



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
MESTRADO PROFISSIONAL

Lucila da Silva Boia

**O INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – CAMPUS ITABAIANA E  
SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

São Cristóvão/SE, Abril de 2023.

Lucila da Silva Boia

**O INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – CAMPUS ITABAIANA E  
SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para a conclusão do curso de Mestrado Profissional em Economia do Programa de Pós-Graduação em Economia (PROPEC) da Universidade Federal de Sergipe.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento Econômico  
Orientador: Prof. Dr. Elmer Nascimento Matos

São Cristóvão/SE, Abril de 2023.

# **O INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE – CAMPUS ITABAIANA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação do curso de Mestrado Profissional apresentada à Universidade Federal de Sergipe como um dos requisitos obrigatórios para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

---

**Presidente e orientador: Prof. Dr. Elmer Nascimento Matos**  
Universidade Federal de Sergipe

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Marco Antônio Jorge**  
Universidade Federal de Sergipe

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Cid Olival Feitosa**  
Universidade Federal de Alagoas

São Cristóvão/SE, Abril de 2023.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Boia, Lucila da Silva

B678i O Instituto Federal de Sergipe : Campus Itabaiana e suas contribuições para o desenvolvimento local / Lucila da Silva Boia ; orientador Elmer Nascimento Matos. – São Cristóvão, SE, 2023.

130 f. : il.

Dissertação (mestrado profissional em Economia) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Economia. 2. Desenvolvimento econômico – Efeito da educação. 3. Capital humano. 4. Ensino profissional – Itabaiana (SE). I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe. II. Matos, Elmer Nascimento, orient. III. Título.

CDU 330.341:377(813.7)

## DEDICATÓRIA

*A minha mãe, a pessoa mais importante da minha vida, espelho de fé, amor e perseverança.*

*A meu pai (in memoriam), a pessoa que mais estaria orgulhosa de mim por esta conquista.*

## AGRADECIMENTOS

Minha gratidão inicial e mais importante à Santíssima Trindade: a Deus, por ser amor e justiça; a Jesus, por ser a razão da minha existência e salvação; ao Espírito Santo, por ser a Luz que me guia, inspira os meus pensamentos, palavras e ações.

À Virgem Maria, minha Mãe, Rainha, Protetora e Advogada celestial.

Ao meu anjo da guarda, admoestador da minha consciência; ao meu arcanjo protetor, São Miguel. Ao glorioso São José, modelo de justiça. Aos meus amados, S. Padre Pio, S. Bento e S. Francisco de Sales, meus intercessores.

A minha família, especialmente a minha mãe. Sou imensamente grata a minha irmã Sandra Boia pela credibilidade e incentivo desde a minha infância. Aos meus irmãos, por todas as orações, apoio e torcida incondicionais. Enfaticamente, agradeço pela contribuição direta de Izabel Boia e Jaqueline Boia. Sou grata ainda a minha prima Franciele Silva por sempre se fazer presente. Vocês são os bens mais preciosos que Deus me concedeu.

À Universidade Federal de Sergipe por me proporcionar o crescimento acadêmico, permitindo-me colher frutos intelectuais e profissionais. Aqui, destaco o meu querido orientador, professor Dr. Elmer Nascimento Matos por todo o acompanhamento deste trabalho, suporte acadêmico, contribuições e compreensão.

Aos nobres professores do PROPEC/UFS, responsáveis por tantos ensinamentos valiosos ao longo da minha trajetória de mestrado. Aos membros da banca de qualificação pelas ideias e opiniões valiosas, professor Dr. Ricardo Lacerda e em especial, ao professor Dr. Marco Antônio Jorge por seu incentivo acadêmico, simpatia e atenção. Agradeço também ao membro externo professor Dr. Cid Olival pelas significativas contribuições.

Aos colegas de curso, pela leveza no caminhar, torcida e compartilhamento de ideias e aprendizados. Primordialmente, agradeço à dileta Antônia, pela amizade comutada nesses dois anos, as partilhas, incentivos, atenção e apoio. Sou grata ainda, ao querido, Marcos Messias, pelo companheirismo, positividade e imensas colaborações.

Ao Instituto Federal de Sergipe, por todas as informações fornecidas pelas Pró-Reitorias e Coordenações. Particularmente, ao economista Wesley Oliveira, por toda disponibilidade, atenção e auxílio sem medidas.

Ao IFS-Campus Itabaiana, em especial, aos meus amigos da Gerência Administrativa e CTI, pela parceria, estímulos e torcida, vocês fazem parte da minha história. Singularmente, sou grata a minha amiga Adelma e aos companheiros de setor, nesse período, Tâmara

Carvalho e Joelson Soares, pela compreensão, apoio e fomento. Aos demais colegas, pela presteza no fornecimento de informações e vibrações positivas, contribuindo diretamente neste trabalho: Viviane Peixoto, Gilvan Cavalcante, Cícero do Nascimento, Jefferson Santana.

Ao meu colega, Ricardo Almeida, pelas ideias extraídas de sua pesquisa que se tornaram base para o meu estudo. Ao meu amigo Pedro Silva, a minha eterna gratidão, por ter sido um dos maiores incentivadores para o meu ingresso no PROPEC, além de ter sido solícito e atencioso no fornecimento de seus materiais e estudos durante todo o curso.

A minha amiga, Josefa Andrade (Berna) por todo amor, apoio, orações e diálogos. Agradeço carinhosamente, as minhas amigas Soraia Sandes, Denise Maria pela atenção, vibrações positivas, presença e orações neste percurso acadêmico.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que emanaram pensamentos positivos, orações e palavras de incentivo e força, contribuindo direta ou indiretamente para a conclusão de mais uma etapa importante na minha vida acadêmica/profissional. Destaco alguns: Abigail Batista, Albertina Boia, Adébora Santos, Alessandra Araújo, Amaury Santos, Bruna Sanvezzo, Camila Seleguini, Davidson Menezes, Edilma Monteiro, Joao Paulo Andrade, Joel Boia, Leylanne Ekysyelle, Marcos Oliveira, Maria Boia, Pedro Boia, Maria Roseane, Tamires Oliveira.

## RESUMO

A educação cumpre um papel crucial na aquisição de conhecimentos e aperfeiçoamento técnico do indivíduo, gerando mão de obra qualificada. Neste íterim, o presente trabalho tem como objetivo principal, analisar as contribuições do Instituto Federal de Sergipe no município de Itabaiana, destacando a relevância da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a formação do capital humano e o desenvolvimento local. Para isso, recorreu-se ao estudo bibliográfico sobre a Teoria do Capital Humano, correlacionando-a ao desenvolvimento econômico. Em seguida, procedeu-se a uma investigação documental sobre a evolução histórica e a expansão da Rede Federal de ensino, apresentando ainda, uma visão panorâmica da atuação do Instituto Federal de Sergipe por meio de dados internos referentes ao ano de 2021. Outrossim, realizou-se uma discussão teórica sobre o desenvolvimento local e sua relação com a EPT, bem como, apresentou-se a dinâmica socioeconômica dos municípios da Microrregião do Agreste de Itabaiana, especificamente desta cidade. Ademais, realizou-se um estudo sobre a implantação do IFS em Itabaiana e sua atuação nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão. O método abordado foi o indutivo, fruto de uma perspectiva positivista e empirista com tipo de pesquisa descritiva. Quanto à abordagem, investigou-se de forma quali-quantitativa. Em relação aos procedimentos metodológicos, utilizou-se de pesquisas bibliográficas, documentos de fonte primária e secundária. De acordo com os dados levantados, enxergou-se a educação como a base primordial para a evolução acadêmica/profissional de um indivíduo, cuja formação contínua influencia de forma direta na qualificação da força de trabalho, esta por sua vez, beneficia o crescimento econômico. Verificou-se também que a atuação do IFS-Itabaiana nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão está ligada diretamente às potencialidades econômicas locais, o que possibilita afirmar que o IFS contribui para o desenvolvimento de Itabaiana, mesmo com resultados incipientes.

**PALAVRAS CHAVES:** Capital humano; Desenvolvimento local; Educação Profissional e Tecnológica; Instituto Federal de Sergipe; Itabaiana.

## ABSTRACT

Education plays a crucial role in the acquisition of knowledge and technical improvement of the individual, generating qualified labor. In the meantime, the main objective of this work is to analyze the contributions of the Federal Institute of Sergipe in the municipality of Itabaiana, highlighting the relevance of Professional and Technological Education (EPT) for the formation of human capital and local development. For this, a bibliographical study on the Theory of Human Capital was used, correlating it to economic development. Then, a documentary investigation was carried out on the historical evolution and expansion of the Federal Education Network, also presenting a panoramic view of the performance of the Federal Institute of Sergipe through internal data referring to the year 2021. A theoretical discussion on local development and its relationship with the EPT was presented, as well as the socioeconomic dynamics of the municipalities of the Microregion of Agreste de Itabaiana, specifically of this city. Furthermore, a study was carried out on the implementation of the IFS in Itabaiana and its performance in the dimensions of teaching, research and extension. The method approached was the inductive one, the result of a positivist and empiricist perspective with a descriptive research type. As for the approach, it was investigated in a qualitative and quantitative way. Regarding the methodological procedures, bibliographical research was used, primary and secondary source documents. According to the data collected, education was seen as the primordial basis for the academic/professional evolution of an individual, whose continuous training directly influences the qualification of the workforce, which, in turn, benefits economic growth. It was also verified that the performance of the IFS-Itabaiana in the dimensions of teaching, research and extension is directly linked to the local economic potential, which makes it possible to state that the IFS contributes to the development of Itabaiana, even with incipient results.

**KEYWORDS:** Human capital; Local development; Professional and Technological Education; Federal Institute of Sergipe; Itabaiana.

## LISTA DE FIGURAS

|  |     |
|--|-----|
| Figura 1 - Mapa da expansão da Rede Federal pelo território brasileiro ..... | 48  |
| Figura 2 - Distribuição das unidades do IFS no Estado de Sergipe .....       | 50  |
| Figura 3 - Missão, Visão e Valores .....                                     | 51  |
| Figura 4 - Linha temporal de ampliação do IFS.....                           | 52  |
| Figura 5 - Hélice Tríplice .....   | 67  |
| Figura 6 - Microrregião do Agreste de Itabaiana .....                        | 73  |
| Figura 7 - Mapa do Município de Itabaiana .....                              | 86  |
| Figura 8 - Feira livre de Itabaiana .....                                    | 88  |
| Figura 9 - Pontos turísticos de Itabaiana .....                              | 92  |
| Figura 10 - Primeira Sede Provisória do IFS-Campus Itabaiana .....           | 97  |
| Figura 11 - Segunda Sede Provisória do IFS-Campus Itabaiana .....            | 98  |
| Figura 12 - Sede definitiva do IFS-Campus Itabaiana .....                    | 99  |
| Figura 13 - Setores e ambientes internos do IFS-Campus Itabaiana.....        | 101 |
| Figura 14 - Bairro São Cristóvão antes do IFS .....                          | 103 |
| Figura 15 - Bairro São Cristóvão após a implantação do IFS .....             | 104 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|  |    |
|--|----|
| Gráfico 1 - Ampliação das unidades da RFEPCT por etapas históricas. ....                     | 47 |
| Gráfico 2 - Presença/ausência do IFS nos municípios de Sergipe .....                         | 56 |
| Gráfico 3 - Estabelecimentos por Grandes Setores da Economia– Microrregião de Itabaiana..... | 77 |
| Gráfico 4 - Vínculos Empregatícios – Microrregião do Agreste de Itabaiana .....              | 83 |

## LISTA DE QUADROS

|  |     |
|--|-----|
| Quadro 1 - Microrregiões de Sergipe- Presença do IFS e cursos ofertados – 2021 ..... | 54  |
| Quadro 2 - Quadro de servidores do IFS.....  | 56  |
| Quadro 3 - Infraestrutura do IFS .....   | 57  |
| Quadro 4 - Recursos financeiros do IFS .....   | 57  |
| Quadro 5 - Resultados/impactos sociais do IFS .....                                  | 58  |
| Quadro 6 - Estrutura física e organizacional do IFS-Campus Itabaiana .....           | 100 |
| Quadro 7 - Servidores do IFS-Campus Itabaiana.....                                   | 101 |
| Quadro 8 - Recursos financeiros do IFS-Campus Itabaiana .....                        | 102 |
| Quadro 9 - Resultados Sociais – dados de pesquisa, extensão e inovação.....          | 112 |
| Quadro 10 - Auxílios Financeiros - Assistência Estudantil.....                       | 115 |
| Quadro 11 - Benefícios concedidos - Assistência Estudantil.....                      | 116 |

## LISTA DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 01 – Dados Socioeconômicos - Microrregião do Agreste de Itabaiana e Sergipe.....                           | 74  |
| Tabela 02 - Dados Socioeconômicos - Microrregião do Agreste de Itabaiana em relação ao estado de Sergipe (%)..... | 74  |
| Tabela 03 – Estabelecimentos por grandes setores - Microrregião do Agreste de Itabaiana e Sergipe - 2021.....     | 76  |
| Tabela 04 – Dados sobre Vínculos Empregatícios – Microrregião de Itabaiana .....                                  | 78  |
| Tabela 05 – Dados Gerais do Município de Itabaiana .....  | 87  |
| Tabela 06 – Estabelecimentos – IBGE Grande Setor da Economia – Itabaiana/SE.....                                  | 89  |
| Tabela 07 – Produto Interno Bruto do Município de Itabaiana.....  | 93  |
| Tabela 08 – Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes – Sergipe.....  | 95  |
| Tabela 09 – Cursos ofertados pelo IFS-Itabaiana por oportunidades de emprego nos setores econômicos local.....    | 106 |
| Tabela 10 – Vagas ofertadas, inscritos, matriculados e concluintes no IFS-Itabaiana – 2018 a 2021.....            | 108 |
| Tabela 11 – IDEB - Ensino Médio – Itabaiana.....  | 109 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|          |  |
|----------|--|
| ASCOM    | Assessoria de Comunicação Social e Eventos   |
| CEFET    | Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica  |
| CLT      | Consolidação das Leis do Trabalho  |
| COALP    | Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio   |
| EAD      | Ensino à Distância   |
| EMDAGRO  | Empresa De Desenvolvimento Agropecuário De Sergipe   |
| EPT      | Educação Profissional e Tecnológica  |
| EUA      | Estados Unidos da América  |
| IBAMA    | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis   |
| IBGE     | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  |
| ICT      | Instituição de Ciência e Tecnologia  |
| IF       | Institutos Federais  |
| IFS      | Instituto Federal de Sergipe   |
| MEC      | Ministério da Educação   |
| NIT      | Núcleo de Inovação Tecnológica   |
| PDI      | Plano de Desenvolvimento Institucional   |
| PROAD    | Pró-Reitoria de Administração  |
| PROEJA   | Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos |
| PRONATEC | Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego  |
| RAIS     | Relação Anual de Informações Sociais   |
| RFEPT    | Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica  |
| SISLOG   | Simpósio Sergipano de Logística  |
| VAB      | Valor Adicionado Bruto   |

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....  | 15  |
| <b>2 CAPITAL HUMANO, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b> .....  | 22  |
| 2.1 Evolução da Teoria do Capital Humano .....   | 22  |
| 2.2 Principais autores da Teoria do Capital Humano .....   | 24  |
| 2.2.1 Theodore William Schultz.....  | 24  |
| 2.2.2 Gary Stanley Becker.....   | 27  |
| 2.2.3 Jacob Mincer .....   | 29  |
| 2.3 Capital humano, crescimento e desenvolvimento econômico.....   | 31  |
| 2.4 Abordagem crítica à Teoria do Capital Humano.....  | 39  |
| <b>3 A REDE DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL</b> .....                                     | 44  |
| 3.1 Perspectiva histórica e expansiva da Educação Profissional e Tecnológica.....  | 44  |
| 3.2 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS).....  | 49  |
| 3.3 A EPT e o desenvolvimento local.....   | 60  |
| 3.3.1 Um passeio pela temática do desenvolvimento econômico local.....   | 60  |
| 3.3.2 Os Institutos Federais e as contribuições para o desenvolvimento local .....   | 68  |
| <b>4 O IFS-ITABAIANA E A CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL</b> .....   | 73  |
| 4.1 Dinâmica socioeconômica da Microrregião do Agreste de Itabaiana e a representatividade do município de Itabaiana ..... | 73  |
| 4.1.1 Visão histórico-cultural do município de Itabaiana .....   | 83  |
| 4.1.2 Panorama socioeconômico de Itabaiana.....  | 86  |
| 4.2 Instituto Federal De Sergipe - Campus Itabaiana.....   | 96  |
| 4.2.1 IFS Campus Itabaiana: dados de ensino.....   | 105 |
| 4.2.2 IFS Campus Itabaiana: dados de pesquisa, extensão e inovação.....  | 110 |
| 4.2.3 IFS Dados de assistência estudantil.....   | 114 |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | 117 |
| <b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....  | 123 |

## 1- INTRODUÇÃO

A educação é um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, valores, e de acordo com Schultz (1973), o valor econômico da educação depende, predominantemente, da procura e da oferta da instrução, considerada um investimento. A educação está, intimamente, associada à cultura da comunidade a que serve e em decorrência, o conceito de educação difere de uma comunidade para outra.

O que a educação tem como constante, não obstante a caracterização emprestada por essas peculiaridades culturais é o “ensino” e o “aprendizado”. Assim, o autor afirma:

Educar significa, etimologicamente, revelar ou extrair de uma pessoa, algo potencial e latente; significa aperfeiçoar uma pessoa, moral e mentalmente, de maneira a torna-la suscetível de escolhas individuais e sociais, capaz de agir em consonância; significa prepará-la para uma profissão, por meio de instrução sistemática; e, por fim, significa exercitar, disciplinar ou formar habilidades, como, por exemplo, aperfeiçoar o gosto de uma pessoa. (Schultz, 1973, p. 18).

Deste modo, para Schultz (ibidem), a ação ou processo de atingir um ou mais objetivos é, em primeira aproximação, o que se pode entender por educação. Já para Blaug (1975) é ao mesmo tempo, investimento e consumo: como um bem de consumo, proporciona aos indivíduos conhecimentos e bem estar; e como um bem de investimento, possibilita às pessoas obterem ganhos futuros.

Desta maneira, a educação passou a ser vista como um pressuposto de crescimento econômico, a partir da década de sessenta através dos estudos de Theodore W. Schultz (1961, 1967, 1973) sobre a Teoria do Capital Humano. Conforme suas análises, o capital humano tem um valor econômico especial, pois é um investimento que não pode ser vendido; só adquirido.

Conforme Schultz, o investimento em educação é o tempo que uma pessoa troca estudando, tendo assim um custo de oportunidade. Para ele, a qualificação e o aperfeiçoamento da população, advindos do investimento em educação, elevariam a produtividade dos trabalhadores e os lucros dos capitalistas, impactando na economia como um todo. Ele demonstrou que o crescimento do produto nacional bruto era resultado do investimento no conhecimento e nas habilidades humanas dos colaboradores. (SCHULTZ 1961; 1973)

Gary Becker (1962) expandiu a teoria, demonstrando o investimento em capital

humano, tendo como exemplos, a educação, o treinamento no trabalho, cuidados de saúde, consumo de vitaminas e aquisição de informação sobre o sistema econômico. Todos eles melhoram as habilidades mental e física das pessoas, elevando a possibilidade de rendimento real.

Dessa forma, o capital humano é um conjunto de capacidades produtivas que uma pessoa pode adquirir, devido à acumulação de conhecimentos gerais ou específicos que podem ser utilizados na produção de riqueza. (BECKER, 1994).

Entretanto, o precursor da formação do capital humano foi Jacob Mincer (1958), pois já indicava a correlação entre o investimento para a formação das pessoas (trabalhadores) e a distribuição de renda pessoal. Para este pesquisador era necessário decidir de forma individual e racional, entre gastar tempo para obter novos conhecimentos e aplicá-los posteriormente em atividades profissionais ou manter-se no trabalho, sem novas formas de treinamento e estudo de novos conhecimentos.

Apesar de Mincer abordar a importância dos investimentos na aquisição de conhecimentos, é válido destacar que as suas contribuições formais para a teoria ocorreram em 1974 com a formulação da equação salarial 44, denominada Minceriana, considerando tanto educação quanto experiência como fatores de influência sobre o salário.

A Teoria do Capital Humano fornece, desse modo, a base teórica para o desenvolvimento dos modelos de crescimento endógeno, que correspondem à endogeneização, ou seja, interiorização do progresso técnico, entendido como o aumento da eficiência na utilização dos fatores convencionais de produção. (PEREIRA, 2008).

Nestes modelos de crescimento, o capital que compõe a função produção do país é a soma do capital físico mais o capital humano, ou seja, o conhecimento é o motor do crescimento econômico. Desta forma, a educação é um fator importante para o crescimento econômico dos países, onde a acumulação de capital humano possibilita melhorias no fator trabalho, aumentando os níveis de produtividade e renda dos indivíduos, e desse modo, a escolaridade está associada ao crescimento econômico dentro da Teoria do Capital Humano (FIGUEIREDO e NAKABASHI, 2005).

Ao considerar o arcabouço teórico sobre o capital humano como fator capaz de gerar crescimento econômico, esta pesquisa se justifica dada a relevância do investimento em educação com enfoque na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para o desenvolvimento socioeconômico.

Neste sentido, Mello (2016) afirma que as Instituições de Ciência e Tecnologia, desempenham um papel fundamental na geração de inovação, pois têm como finalidade acadêmica auxiliar no desenvolvimento econômico e social do seu entorno.

Destarte, os Institutos Federais de Ensino se ocupam de forma substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, entendendo desenvolvimento local e regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas (MEC, 2008).

Assim, considera-se que os Institutos Federais de Educação se apresentam como uma estrutura institucional relevante com autonomia político pedagógica, financeira e administrativa, atuando na consolidação das políticas educacionais no âmbito da escolarização e profissionalização, através da oferta de cursos que atendam às necessidades dos cidadãos em relação à aquisição de novos conhecimentos tanto científicos, como tecnológicos, fornecendo a qualificação da força de trabalho necessária para o mercado, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local.

A preocupação com o desenvolvimento socioeconômico como objeto de ação dos IFs pode ser visto também através da interpretação da redação do art. 6º da Lei 11.892 de 2008 da lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT), que traz como sua característica básica, a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico.

Outrossim, os incisos III, IV e V do art. 7º, nos quais tratam dos objetivos dos Institutos Federais corroboram essa postura:

III – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; (BRASIL, 2008).

Posto isso, estudar a presença do Instituto Federal de Sergipe na cidade de Itabaiana é importante para que sejam disponibilizadas informações que possam ser acessadas pela sociedade, órgãos públicos e privados, demonstrando os benefícios das Políticas Públicas de Educação Profissional e Tecnológica para a formação do capital humano, qualificação da força de trabalho, ampliação do acesso à educação pública e de qualidade,

principalmente para as classes sociais de baixo poder aquisitivo, e conseqüentemente, contribuindo para o desenvolvimento local.

Aqui, é válido apontar que o desenvolvimento local é um conceito identificado com o paradigma do desenvolvimento endógeno que remete tanto ao desenvolvimento de uma cidade quanto ao de um grupo de cidades, envolvendo políticas e estratégias motivadas pelos protagonistas locais – instituições de ensino, governo, empresas. (BELLINGIERI, 2017).

Cabe ressaltar ainda que o estudo justifica-se dada a relevância do município de Itabaiana, sendo o mais representativo nos aspectos socioeconômicos da Microrregião do Agreste de Itabaiana: possui a maior população, área territorial, PIB per capita, além de, deter 74,68% da quantidade de estabelecimentos existentes e 75% da ocupação de pessoal da Microrregião supracitada. (IBGE E RAIS, 2021).

Outrossim, em relação ao estado de Sergipe, Itabaiana ocupa a quarta posição quanto à população, conserva o maior comércio e feira livre do interior do estado, além de possuir uma posição geográfica privilegiada, sendo assim, destaque no setor de transportes, usufruindo o título de “Capital Nacional do Caminhão”. Ademais, ocupa a quinta posição na economia do estado, com participação de 4,2% do PIB sergipano no ano de 2020, bem como, em área urbanizada. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA E IBGE, 2022).

Nesse ínterim, a essência do estudo bibliográfico sobre o tema, os dados sobre a atuação do IFS, bem como, as modificações no cenário físico do entorno da sede, onde o Campus Itabaiana está instalado, motivaram a investigação sobre a presença dessa instituição neste município, levando à seguinte questão central: Quais as contribuições geradas a partir da implantação do Instituto Federal de Sergipe no município de Itabaiana para o desenvolvimento local?

Baseando-se nesta problemática, foram levantadas as seguintes hipóteses: a) o investimento em educação profissional e tecnológica favorece a formação do capital humano à medida que qualifica a força de trabalho, proporcionando desenvolvimento socioeconômico; b) a implantação do Instituto Federal de Sergipe no município de Itabaiana contribui para o desenvolvimento local, uma vez que o processo de interiorização dos campi valoriza a região, diminui as distâncias geográficas, ao favorecer o acesso à educação pública e de qualidade à população, especialmente, de baixo poder aquisitivo.

Para averiguação da validade de tais hipóteses e em resposta à problemática central, inseriu-se como objetivo geral, analisar as contribuições do Instituto Federal de Sergipe (IFS) no município de Itabaiana, destacando a importância da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a formação do capital humano e o desenvolvimento local.

Partindo desse objetivo geral, serão estudados os seguintes objetivos específicos: 1) Estudar a relação da formação do capital humano, educação e desenvolvimento; 2) Pesquisar a evolução histórica das Políticas públicas de Educação Profissional Tecnológica, o processo de expansão dos Institutos Federais de Educação; 3) discutir o desenvolvimento local, bem como, discorrer a história e dinâmica do desenvolvimento socioeconômico do município de Itabaiana e sua representatividade na Microrregião do Agreste de Itabaiana; 4) estudar o processo de implantação e atuação do IFS em Itabaiana, além de, apresentar os resultados sociais nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão no período de 2018 a 2021, identificando as contribuições para o desenvolvimento local.

Para a consecução de tais objetivos, a metodologia aplicada partiu de uma perspectiva positivista, cujo método abordado no presente estudo é o indutivo, visto que há uma necessidade de experimentação, de comprovação dos fatos para se atingir o objetivo, do qual, a observação parte do individual para posteriormente produzir generalizações. Constitui-se no método proposto pelos empiristas (Bacon, Hobbes, Locke, Hume), para os quais o conhecimento é fundamentado na experiência.

Para Lakatos e Marconi (2007), a pesquisa indutiva é parte de um processo mental em que, a partir de dados particulares e suficientemente contatados, infere-se uma verdade geral ou universal não contida nas partes examinadas. Destarte, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões, cujo conteúdo é mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam. Logo, a partir da observação no Instituto Federal de Sergipe – Campus Itabaiana, onde se fará coleta de dados particulares, poderá se obter resultados que permitam a compreensão do objeto em dimensões gerais.

Considerando que o método indutivo parte da observação do fenômeno, o tipo de pesquisa mais apropriada é a descritiva, uma vez que o objetivo principal é demonstrar a atuação do IFS-Campus Itabaiana por meio de suas características e as contribuições para o desenvolvimento local, gerados a partir da implantação dessa unidade da RFEPT neste município.

Outrossim, essa pesquisa visa compreender a relação da Teoria do Capital Humano

e a importância do investimento em educação com ênfase na EPT como forma de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico.

Sendo essa pesquisa fundamentada em uma perspectiva positivista, no que se refere ao tipo de abordagem, tem-se uma investigação quantitativa e qualitativa – originadas no Positivismo Lógico. Neste sentido, Minayo e Sanches afirmam que nenhuma das abordagens é mais científica que a outra, onde a abordagem quantitativa pode complementar a qualitativa, e vice-versa, aprofundando o estudo do fenômeno analisado. Ratificam ainda:

Não há contradição, assim como não há continuidade, entre investigação quantitativa e qualitativa. Ambas são de natureza diferentes. A investigação quantitativa atua em níveis da realidade, da qual, os dados se apresentam aos sentidos, tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. Enquanto a investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente. (1993, p. 247).

Quanto aos procedimentos metodológicos, para Lakatos e Marconi (2017), os dados podem ter diversas fontes: Pesquisa documental de fonte primária/secundária (leis, documentos e materiais ainda não devidamente analisados), a pesquisa bibliográfica e contato direto.

Desse modo, uma vez que se pretende mostrar as contribuições geradas pelo IFS em Itabaiana, a partir da relevância do investimento na EPT, entende-se que é necessária a utilização de pesquisas bibliográficas, visto que, os estudos já realizados fornecem sustentabilidade na investigação, sendo imprescindíveis para a construção do referencial teórico.

Por fim, foram utilizados documentos, relatórios internos, instrução normativa, Lei e plataformas digitais relacionadas ao IFS, a saber: Lei 11.892/2008, Relatórios de Gestão do IFS; Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI; Organogramas; Sistema de Publicações do IFS – SISPUBL.

Recorreu-se ainda ao desfrute de sites institucionais, governamentais, plataformas de pesquisas e órgãos de ensino inerentes ao objeto de estudo: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Relação Anual de Informações Sociais - RAIS; Ministério da Educação – MEC; Sistema de Almojarifado e Patrimônio – SIPAC; Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA; Plataforma QEdU; e contato direto com Pró-Reitorias e Coordenações do IFS- Reitoria e Campus Itabaiana, a fim de subsidiar dados de ensino, pesquisa e extensão no período de 2018 a 2021 que

foram evidenciados de forma quantitativa e qualitativa.

No que se refere à composição do trabalho, está estruturado em cinco capítulos, incluso esta introdução e as considerações finais. No segundo capítulo é exposto o referencial teórico que traz o embasamento da pesquisa, estabelecendo um diálogo sobre o capital humano, a educação e o desenvolvimento econômico. Para isso, faz-se necessário realizar uma abordagem geral sobre a Teoria do Capital Humano a partir de seus principais autores, bem como, trazer uma abordagem crítica, a fim de ampliar o debate, não caracterizando necessariamente uma discussão dialética.

No terceiro capítulo, traz-se a evolução histórica e a expansão da Rede Federal de EPT, caracterizando o Instituto Federal de Sergipe através de uma visão panorâmica de sua atuação no estado de Sergipe. Outrossim, buscando correlacionar e dar amplitude ao debate entre a EPT e o desenvolvimento local, far-se-á uma reflexão teórica sobre essa temática, finalizando com as contribuições dos IFs no contexto socioeconômico local.

O quarto capítulo objetiva estudar a presença do IFS no município de Itabaiana, demonstrando suas contribuições para o desenvolvimento local, através da apresentação da dinâmica socioeconômica da Microrregião do Agreste de Itabaiana, demonstrando a relevância desta cidade no âmbito local. Exprime ainda a atuação e os resultados sociais do IFS nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

Por fim, o quinto capítulo, dedica-se às considerações finais da pesquisa, a partir da retomada breve do desenvolvimento do trabalho, analisando o cumprimento dos objetivos, a verificação das hipóteses, apontando as contribuições desse estudo, bem como, proposições de melhorias e direcionamentos para futuras pesquisas.

## 2 – CAPITAL HUMANO, EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Esse capítulo pretende estabelecer um diálogo sobre o capital humano, a educação e o desenvolvimento econômico. Para isso, é adequado realizar uma abordagem geral sobre a Teoria do Capital Humano, a partir de seus principais autores, refletir a sua inserção no Brasil, inclusive, trazer algumas abordagens críticas, a fim de ampliar o debate, não caracterizando necessariamente, um discurso dialético. É relevante mencionar que o intuito desse capítulo não é dissecar essa teoria, findar as discussões ou validá-la em termos gerais, assumindo-a como caráter messiânico, e sim, fundamentar a relevância do investimento no capital humano, dimensionado na educação (nos capítulos seguintes, afunilar para a Educação Profissional e Tecnológica - EPT), como fator de produção capaz de gerar o desenvolvimento econômico.

### 2.1 – Evolução da Teoria do Capital Humano

Para Souza (2006), a Teoria do Capital Humano tem suas bases teórico-metodológicas na economia neoclássica e seus fundamentos básicos remetiam à Teoria Marginalista<sup>1</sup>. Nasceu da necessidade de explicar satisfatoriamente o crescimento econômico do mundo ocidental, nos períodos de estabilidade alcançada nas décadas após a II Guerra Mundial, uma vez que os fatores de produção – capital e trabalho – não forneceram respostas suficientes. Ainda conforme esse autor havia uma compreensão de que esse resíduo da taxa de crescimento era um “terceiro fator” que para alguns, era a técnica, e para outros, era uma incógnita que a economia ainda não conseguia decifrar.

Nesse contexto, a Teoria do Capital Humano foi desenvolvida no final da década de cinquenta por estes principais autores: Theodore W. Schultz e Gary Becker, quando estes desvendaram o “terceiro fator”, agregando o fator capital humano ao capital e trabalho, além de Jacob Mincer que trouxe modelos econômicos sobre a influência linear do nível de escolaridade sobre os salários.

O termo capital humano se refere às habilidades, à educação, à saúde e ao treinamento dos indivíduos. Trata-se de capital, porque esses atributos são parte integral de nossa constituição, assim como uma máquina, uma planta ou as obras industriais. Eles são

---

<sup>1</sup> A Teoria Marginalista parte da análise do indivíduo em suas formulações, baseada nos princípios do utilitarismo, centrando-se na busca da máxima utilidade e satisfação dos desejos e prazeres individuais. O desdobramento desta teoria nas discussões sobre o nível salarial e distribuição de renda foi a Teoria do Capital Humano.

chamados de capital humano, porque as pessoas não podem ser separadas de seus conhecimentos, habilidades, saúde ou valores na forma como eles são separados de seus ativos financeiros e físicos (BRÁS, 2007; BECKER, 2006). Assim, quanto mais investimentos no capital humano, melhor sua produtividade.

Para Arapiraca (1982, Apud Cunha, 2007), Adam Smith<sup>2</sup>, é tido pelos teóricos do capital humano como o primeiro economista a oferecer suportes conceituais para a teoria. Smith torna homogênea a relação dos três fatores de produção: terra, capital e trabalho. Mesmo reconhecendo a importância da relação, não estabelece as diferenças qualitativas, sem comportar os conceitos abrangentes de capital, como é o caso da técnica e das habilidades humanas adquiridas pela educação. Desse modo, embora os clássicos desde Smith até Marshall<sup>3</sup> reconhecessem a importância dos talentos e capacitação no processo de produção, não a incluíam de forma explícita.

A partir desse enfoque, os atuais teóricos constituíram os pilares da Teoria do Capital Humano, baseados no pressuposto de que a noção de capital é abrangente e heterogênea. Assim, segundo Cunha (2007), os pressupostos dessa teoria estabelecem que as pessoas se educam; e o principal efeito da educação é a mudança provocada nas habilidades e conhecimentos de quem estuda. Quanto maior o nível de escolaridade alcançado, maior o desenvolvimento das habilidades cognitivas e de produtividade. A consequência prevista do aumento de habilidades e de produtividade é uma melhoria no nível de renda, na qualidade de vida e nas oportunidades profissionais e sociais.

Para Andrade (2010), a Teoria do Capital Humano supõe que para tomar decisões de investimento em capital humano, os indivíduos comparam a taxa de retorno desse investimento com a taxa de juros de mercado, levando em conta os custos e rendimentos esperados do investimento em capital humano. Assim, o indivíduo decidirá por realizar esse investimento se os seus custos forem menores que o valor presente dos rendimentos futuros e se a taxa de retorno do investimento em capital humano for superior à taxa de juros de mercado, a taxa mínima de atratividade considerada.

A partir de 1990, conforme Ferreira (2016), a nova configuração do mercado de

---

<sup>2</sup> Em 1776, Adam Smith discorre sobre o tema em “A Riqueza das Nações”, mesmo sem abordar o termo capital humano, quando afirma que o esforço natural de cada indivíduo no sentido de melhorar sua própria condição, exercido com liberdade e segurança, é um princípio tão poderoso capaz não somente de levar a sociedade à riqueza e à prosperidade, mas de superar centenas de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas muitas vezes obstaculiza seus atos.

<sup>3</sup> Alfred Marshall (1890) também falou sobre capital humano em “*Principles of Economics*”, dizendo que “toda riqueza consiste de coisas desejáveis” e dividiu a riqueza em bens materiais e imateriais, sendo estes, as habilidades e qualidades, que seria o capital humano. Para ele, quando o trabalhador adquire conhecimento, torna-se mais confiante na execução de suas tarefas.

trabalho passou a ser caracterizada pelo desemprego estrutural resultante da incorporação tecnológica nos processos produtivos, da abertura comercial e do aumento da concorrência e competitividade internacional. Além do desemprego, verificou-se um processo contínuo de intensificação da precariedade do trabalho e perda de direitos trabalhistas conquistados na Era de ouro através de lutas proletárias.

Nesse sentido, a Teoria do Capital Humano ganhou uma nova roupagem, pois nesse período, o contexto era significativamente diverso daquele entre 1950 e 1970, demandava, portanto, novas formulações para questões como o desemprego, o crescimento econômico e as diferenças salariais. Este cenário, ao invés de levar a Teoria do Capital Humano ao ostracismo, “acabou de lhe rendendo novo impulso e dinamismo” (GENTILI, 2002, apud Ferreira, 2016, p. 28).

Assim, os intelectuais do capital humano centraram seu enfoque na análise sobre os efeitos dos investimentos em indivíduos e, em conformidade com a Teoria Neoliberal, reforçam a ideia de que todos os indivíduos são proprietários de um tipo de capital – o capital humano – e livres, sendo, portanto, responsáveis por suas escolhas e consequências (HARVEY, 2007, apud FERREIRA, 2016, p.29). Se, anteriormente, a educação era identificada como um tipo de investimento que gerava retornos financeiros através do aumento de salários futuros, nesta nova perspectiva, ela continua sendo um investimento, porém o retorno se efetiva no aumento das condições de inserção no mercado de trabalho.

Portanto, para Gentili (2002, apud Ferreira, 2016, p. 29), o conceito de empregabilidade assumiu papel central na nova roupagem da Teoria do Capital Humano e pode ser definido como “um conjunto de saberes, competências e credenciais que habilitam [o trabalhador] para a competição no mercado de trabalho”.

## **2.2 – Principais autores da Teoria do Capital Humano**

Nessa subseção, abordar-se-ão, os principais autores dessa teoria, Theodore William Schultz, Gary Stanley Becker e Jacob Mincer.

### **2.2.1 Theodore William Schultz**

Schultz foi o responsável na formalização do estudo do capital humano, sendo especialista em Economia Agrária e professor de Economia da Educação da Escola de Chicago. Por suas pesquisas econômicas e contribuições, em 1979, recebeu o prêmio Nobel de Economia – especialmente por seu trabalho com capital humano. (KELNIAR; LOPES; PONTILI, 2013).

Em 1960, Schultz, em um artigo seminal publicado no “*The Journal of Political Economy*”(1960, p.571-583), propõe tratar a educação como uma forma de investimento no homem, visto que ela se torna parte da pessoa que a recebe. Portanto, é uma forma de capital humano. Sua proposta se baseou na hipótese de que alguns aumentos importantes no rendimento nacional americano seriam consequência das adições dessa forma de capital. Neste sentido, explica como surgiu o interesse nessa temática:

“O meu próprio interesse por este assunto surgiu no correr de 1956-57, quando eu era membro do Centro de Estudos Avançados das Ciências do Comportamento”. Sentia-me perplexo ante os fatos de que os conceitos por mim utilizados, para avaliar capital e trabalho, estavam se revelando inadequados para explicar os acréscimos que vinham ocorrendo na produção. Durante o ano de minha permanência no Centro, comecei a perceber que os fatores essenciais da produção, que eu identificava como capital e trabalho, não eram imutáveis: sofriam um processo de aperfeiçoamento, o que não era devidamente avaliado, segundo a minha conceituação de capital e trabalho. Também percebi claramente que, nos Estados Unidos, muitas pessoas estão investindo, fortemente, em si mesmas; que estes investimentos humanos estão constituindo uma penetrante influência sobre o crescimento econômico; e que o investimento básico no capital humano é a educação. (SCHULTZ, O valor econômico da educação, 1962, apud FRIGOTTO, 2010, p. 50)

Desse modo, o principal objetivo do artigo foi estimar os recursos que entram na educação nos três níveis cobertos pelo estudo (*Elementary, High School e College e University*). Para o autor, esses recursos são formados por dois componentes: os recursos despendidos pela própria escola e os ganhos a que os estudantes renunciam enquanto estão na escola.

Assim, Schultz (1961, apud Cunha, 2007, p. 32) anunciou a Teoria do Capital Humano, durante a 73ª. Reunião da “*American Economic Association*” (AEA) e publicado na “*The American Economic Review*” em março de 1961 (p.1-17). A nova ideia de capital compreenderia então as aptidões e habilidades pessoais, que podem ser características naturais intrínsecas da pessoa ou adquiridas no decorrer do tempo. Isso levaria o indivíduo a auferir vantagens e a tornar-se mais produtivo. Assim, apresentou sua visão sobre o impacto que investimentos em educação e treinamento das pessoas podem ter no potencial produtivo de um sistema econômico, ou seja, o impacto do capital humano.

Schultz (1961) menciona que o investimento básico no ser humano se dá por meio da educação. As pessoas valorizam as suas capacidades, tanto como produtores, quanto como consumidores, pelo investimento que fazem em si mesmas, sendo a educação a melhor forma de se investir em capital humano, pois, enquanto o nível de bens de produção tem declinado em relação à renda, o capital humano tem aumentado.

Nesse contexto, o investimento em educação é o tempo que uma pessoa troca

estudando, tendo assim um custo de oportunidade, ou seja, o indivíduo faz uma escolha, de modo que poderia estar ganhando dinheiro exercendo uma atividade remunerada no tempo que estuda, além disso, são os investimentos com livros e outros materiais didáticos. Desse modo, o valor econômico da educação depende, predominantemente, da procura e da oferta da instrução considerada um investimento (SCHULTZ, 1973).

Na visão de Schultz, “Investindo em si mesmas, as pessoas podem alargar a gama de escolhas disponíveis a elas. É uma forma livre de os homens aumentarem seu bem estar” (1961, p. 2). Salientou também que os incrementos no resultado nacional eram maiores se comparados com os incrementos na terra, homens-hora e capital físico reproduzível, e que o capital humano seria provavelmente, a principal explicação para essa diferença.

Para ele, o investimento no homem e na pesquisa – duas classes de investimentos importantes para circunstâncias modernas – foram negligenciados pelo pensamento econômico, e essa negligência não se justificaria, pois, as capacidades adquiridas dos agentes humanos seriam a fonte mais importante dos ganhos de produtividade não explicados, sendo este o motivo principal para a criação do conceito de capital humano (SCHULTZ, 1973).

Ressaltou que, embora fosse óbvio que as pessoas adquirissem habilidades e conhecimentos úteis, não era óbvio que essas habilidades e conhecimentos fossem uma forma de capital. E que esse capital fosse em parte substancial, resultado do investimento consciente dos agentes em educação, buscando maiores rendimentos futuros no mercado de trabalho, levantando a hipótese de que o processo educacional fornece não apenas enriquecimento cultural, mas também competências que aumentariam a produtividade do trabalhador e, assim, seu salário (SCHULTZ, 1973).

Desse modo, Schultz afirma que os investimentos em capital humano são aqueles que melhoram as capacidades humanas e oferecem vantagens na consecução por melhores empregos, detalhando-os em cinco principais categorias:

1-Recursos relativos à saúde e serviços, concebidos de maneira ampla de modo a incluir todos os gastos que afetam a expectativa de vida, o vigor e a capacidade de resistência de um povo; 2 - Treinamento realizado no local do emprego, incluindo-se os aprendizados à velha maneira organizados pelas firmas; 3.- Educação formalmente organizada nos níveis elementar, secundário e de maior elevação; 4 - Programas de estudos para os adultos que não se acham organizados em firmas, incluindo-se os programas de extensão, notadamente no campo da agricultura; e 5 - Migração de indivíduos e de famílias, para adaptar-se às condições flutuantes de oportunidades de empregos (SCHULTZ, 1973 , p. 42-43).

Para ele, os proprietários do capital humano são os trabalhadores, estes não podem se separar de suas habilidades e quanto mais conhecimento adquirirem, melhor será a

produtividade. Nesse ínterim, o trabalhador passa a investir em educação na expectativa de retornos, ou seja, a educação se transforma em produto negociável. Porém, para que a educação resulte em crescimento econômico, Schultz expressa que os investimentos devem ser de boa qualidade e corretos.

Portanto, percebe-se que a partir da formulação do conceito de capital humano, a educação passa a ser imprescindível no contexto econômico, pois Schultz (1967) dá uma relevância maior no fator mão de obra, e assim, o indivíduo que investir em conhecimento passa a ter maiores rendimentos e ascensão social.

### 2.2.2 Gary Stanley Becker

Gary Becker, professor na Universidade de Chicago, foi laureado com o Nobel de Economia em 1992 por suas análises microeconômicas para comportamento e interação humana, tornando-se um dos principais estudiosos sobre a relação entre educação e salários, através de modelos matemáticos, sendo uma das referências na Economia da Educação tradicional.

Expandiu significativamente a Teoria do Capital Humano, tendo como um de seus destaques, o livro publicado em 1964, *“Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education”*, partindo da observação de fenômenos empíricos para compreender os efeitos do investimento em capital humano sobre salários e lucro. É válido ressaltar que devido as suas contribuições com pesquisas econômicas sobre questões sociais (discriminação racial, fertilidade, economia do crime, comportamento humano, etc.), Becker gerou uma grande base conceitual, servindo como fornecimento de informações para praticamente todos os estudos posteriores sobre capital humano (MONTEIRO, 2016).

Becker (1962) alega que o capital humano é um conjunto de capacidades produtivas que uma pessoa pode adquirir, devido à acumulação de conhecimentos gerais ou específicos, podendo ser utilizados na produção de riqueza. Desse modo, classifica o capital humano como: geral, definido como um treinamento no qual a produtividade do trabalhador amplia em alguns empregos alternativos e no qual, o seu financiamento, fica a cargo do próprio trabalhador; e específico, definido como aquele treinamento que aumenta a produtividade do trabalhador para a firma em particular e é financiado pela empresa.

A capacitação profissional (*on the job training*), segundo Becker (1975), é uma das fundamentais formas de investimento em capital humano junto com a educação. Assim, analisa as condições nas quais a taxa de retorno deste investimento é positiva, isto é,

quando o acréscimo nos rendimentos gerados pelos aumentos de produtividade oriundos de instrução e habilidades é maior ou igual ao investimento para adquirir tais capacidades.

Segundo o autor, a produtividade é maior nas empresas que adquirem o conhecimento, do que em outras empresas. Ainda cita que um investimento em capital humano não é completamente geral nem específico devido à experiência adquirida pelo trabalhador que pode ser aproveitado em outras empresas, não somente na empresa em que a pessoa adquiriu o conhecimento.

É importante salientar que a escolarização é definida como uma instituição especializada em treinamento, sendo algumas escolas focadas em uma atividade específica (ensino técnico/profissionalizante) e outras que oferecem um conjunto diverso de conhecimentos, como a universidade (BECKER, 1975). Desse modo, o papel das instituições de ensino é qualificar e capacitar indivíduos para o mercado de trabalho e, portanto, o treinamento ofertado por empresas e o conhecimento adquirido nas escolas são considerados complementares e possuem o mesmo escopo.

Em seus estudos sobre as diferenças salariais, Becker (1975) afirma que as escolas e as firmas são fontes substitutas de habilidades particulares, sendo que alguns tipos de conhecimento podem ser mais bem dominados se forem relacionados a um problema prático, enquanto outros exigem especializações mais prolongadas, criando complementações tanto entre aprendizagem (especialização) e trabalho (experiência) quanto entre aprendizagem e tempo.

Dessa forma, o desenvolvimento de certas habilidades pode ser obtido, parcialmente, nas escolas e, parcialmente, nas empresas. Becker comprovou a hipótese de que a educação é um investimento que desenvolve competências que serão compensadas futuramente com aumentos salariais.

Como exemplo, o autor referiu-se aos diversos estudos e pesquisas empíricas quantitativas que evidenciam a disparidade de rendimento entre pessoas mais qualificadas e menos qualificadas, argumentando que a maioria dos estudos atribui ao capital humano à explicação de grande parte do crescimento econômico de longo prazo de alguns países ou regiões.

Assim, uma de suas principais afirmações é decorrente de que os indivíduos tomam a decisão de investir em educação, levando em conta seus custos e benefícios, atribuindo entre estes, melhores rendimentos, maior nível cultural e outros benefícios não monetários. Ele obteve essas evidências não somente nos Estados Unidos, mas em diversos outros países, afirmando que a educação de nível médio e superior aumenta a renda pessoal,

mesmo depois de excluir os custos diretos e indiretos de escolaridade.

Segundo Becker (1994) existe muitas maneiras de se investir em capital humano que influenciam no rendimento real no futuro. É o caso da escolaridade, treinamentos, cuidados médicos, consumos de vitaminas, informações do sistema econômico. Uma melhor dieta adiciona força e resistência, e dessa forma, o trabalhador aumenta a capacidade e produtividade, levando à melhoria nas condições para recebimento de maiores salários.

Além disso, cada vez mais, a saúde emocional é considerada um importante determinante dos ganhos em todas as partes do mundo. A produtividade dos funcionários depende não só da sua capacidade e o montante investido neles, dentro e fora do trabalho, mas também sobre a sua motivação, no sentido de expectativas de ganhos melhores para uma ascensão social.

Outro ponto interessante destacado por Becker (2006), é que não se pode omitir do capital humano a influência das famílias sobre o conhecimento, as habilidades, a saúde, os valores e os hábitos de seus filhos. Os pais afetam os níveis de escolaridade, a estabilidade conjugal, as propensões para fumar e para chegar ao trabalho a tempo, e muitas outras dimensões da vida de seus filhos, isto sugere que há uma relação muito estreita entre os rendimentos, educação e ocupação de pais e filhos.

A teoria do capital humano assume, portanto, que a escolaridade aumenta a produtividade e em consequência, os salários dos trabalhadores e os lucros dos empregadores, principalmente, fornecendo conhecimentos, habilidades, e uma maneira melhor para a análise de problemas. Promove melhoria na saúde, aumenta a propensão para votar, melhora o conhecimento para o controle de natalidade, e estimula a valorização da música e literatura e a prática de esportes. São grandes os benefícios da escolaridade, embora ainda para algumas pessoas esses benefícios sejam aparentemente menores do que os benefícios monetários. (BECKER, 1994).

### **2.2.3 Jacob Mincer**

Jacob Mincer, representante da escola de Chicago (assim como Schultz e Becker), trouxe o estudo da educação para a esfera da economia e sua hipótese era de que os anos de escolaridade teriam uma influência linear sobre o salário, enquanto os anos de experiência no trabalho assumiriam um padrão quadrático.

De acordo com Mincer (1995), as várias categorias dos investimentos em capital humano são divididas através do ciclo de vida: 1 – os recursos destinados aos cuidados das

crianças e com o desenvolvimento infantil, representados pelos investimentos em pré-escola; 2 – os investimentos na educação escolar formal; 3 – investimentos em *job training* (capacitação para o trabalho), *learning* (aprendizagem), *job search* (procura de emprego) e migração; 4 – investimentos em saúde e manutenção que continuam ao longo da vida.

Em seus estudos, os autores Viana e Lima (2010) apontam que Mincer mostrou a relação entre investimento em educação e a distribuição da renda, e a tomada de decisão entre gastar tempo para aquisição de novos conhecimentos ou ficar trabalhando, mas sem obter novas habilidades. Assim, eles explicam que:

O precursor da teoria do capital humano foi Mincer (1958), que indicou a existência de correlação entre o investimento para a formação das pessoas (trabalhadores) e a distribuição de renda pessoal. Para o autor, era necessário decidir de forma individual e racional entre gastar tempo para obter novos conhecimentos e aplica-los posteriormente em atividades profissionais ou manter-se no trabalho sem novas formas de treinamento e estudo de novos conhecimentos. Dessa forma, o autor conclui que a dispersão entre os rendimentos pessoais estava associada ao volume de investimento efetuado em capital humano, os quais impactariam na produtividade e no crescimento da economia (VIANA; LIMA, 2010, p. 3).

Assim, em 1958, Mincer já havia desenvolvido estudos sobre o capital humano, mas foi somente em 1974 que formulou uma equação salarial, denominada Minceriana, considerando tanto a educação quanto a experiência, como fatores de influência sobre o salário. O modelo salarial desenvolvido se tornou um arcabouço utilizado para estimar retornos à educação, retornos à qualidade da educação, retornos à experiência, entre outros.

Conforme Cunha (2007), a hipótese subjacente é de que os anos de escola exercem um impacto linear nos salários (mais anos de escolaridade, maiores rendas) enquanto os anos de experiência no trabalho assumiriam um impacto de padrão quadrático (crescente até certo ponto e decrescente com o envelhecimento do indivíduo). O modelo econométrico de regressão típico decorrente da equação minceriana é:

$$\ln w = \beta_0 + \beta_1 \text{educ} + \beta_2 \text{exp} + \beta_3 \text{exp}^2 + \gamma' x + \epsilon$$

onde:

$w$  é o salário recebido pelo indivíduo;  $\beta_0$ ,  $\beta_1$ ,  $\beta_2$  e  $\beta_3$  são variáveis constantes positivas;  $\text{educ}$  é a sua escolaridade, geralmente medida por anos de estudo;  $\text{exp}$  é sua experiência, geralmente aproximada pelo idade do indivíduo;  $x$  é um vetor de características observáveis do indivíduo, como raça, gênero, região e  $\epsilon$  é um erro estocástico.

De acordo com Neri – FGV (2022), uma das grandes virtudes da equação minceriana é incorporar em uma só equação dois conceitos econômicos distintos: (a) uma equação de

preço revelando quanto o mercado de trabalho está disposto a pagar por atributos produtivos como educação e experiência; (b) a taxa de retorno da educação, que deve ser comparada com a taxa de juros de mercado para determinar a quantidade ótima de investimento em capital humano.

Ainda conforme este autor, este modelo salarial é a base da Economia da Educação em países em desenvolvimento e sua estimação já motivou centenas de estudos que tentam incorporar diferentes custos educacionais, como impostos, mensalidades, custos de oportunidades, material didático, assim como a incerteza e a expectativa dos agentes presente nas decisões, o progresso tecnológico, não linearidades na escolaridade.

É válido salientar que Mincer (1974) não negou que outros fatores poderiam influenciar os ganhos, mas trabalhou com dois elementos principais do capital humano no seu modelo: o investimento em educação e após a escola. Na ausência de medidas específicas de investimento após a escola, Mincer utilizou a experiência. Ele estimou a experiência da idade e da duração da educação, mostrando que são os anos de experiência e não a idade que devem ser enfatizados na tentativa de explicar as variações nos ganhos.

Considerando algumas exposições de Mincer (1974), os custos de oportunidade, expresso no tempo que poderia ser utilizado para outra atividade e os gastos em dinheiro compõem o custo total do investimento em capital humano. Portanto, pode-se afirmar que o incentivo ao investimento em educação é imprescindível, visto que o aumento no nível de escolaridade ao longo do tempo pode aumentar o nível de renda.

Posto o posicionamento dos principais estudiosos da Teoria do Capital Humano, o próximo tópico abordará a relação desse tipo de capital com o crescimento e desenvolvimento econômico.

### **2.3 – Capital humano, crescimento e desenvolvimento econômico**

O presente tópico busca estabelecer um diálogo entre o capital humano, - dimensionado no seu pilar básico, a educação – o crescimento e o desenvolvimento econômico, fazendo-se necessário recorrer à literatura para compreensão destes termos. Embora alguns estudiosos façam distinção entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico<sup>4</sup>, Bresser-Pereira (2008), entende as expressões como

---

<sup>4</sup> Em definição simples, crescimento é considerado como aumento de renda per capita e desenvolvimento econômico implica em mudanças estruturais, culturais e institucionais. Entretanto para alguns estudiosos, não há desenvolvimento sem crescimento econômico, e por isso, há para esses, a similaridade dos termos.

sinônimas (enquanto fenômeno histórico), uma vez que a medida mais geral de desenvolvimento econômico é a do aumento da renda por habitante, porque esta mede aproximadamente o aumento geral da produtividade.

Para ele, o desenvolvimento econômico implica não apenas em aumento de renda per capita, mas em transformações estruturais da economia, porém, dificilmente, uma economia terá aumento de renda per capita sem necessariamente ter algum tipo de mudança estrutural, mesmo que em longo prazo, exceto em situações muito particulares. Assim, acrescenta:

Embora seja necessário analisar de um ponto de vista moral ou valorativo um processo histórico, e reconhecer que alguns processos de desenvolvimento econômico são acompanhados no curto prazo por desenvolvimento social (melhoria na distribuição) e político (avanço da democracia), o fato de durante certos períodos isto não ocorrer não descaracteriza o processo de crescimento como sendo de desenvolvimento econômico. (Bresser-Pereira, 2008, p.4)

Para Bresser, Schumpeter foi o primeiro economista a assinalar que o desenvolvimento econômico implica transformações estruturais do sistema econômico que o simples crescimento da renda per capita não assegura. Assim, define o desenvolvimento econômico como “o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade” (Bresser-Pereira, 2008, p.1).

Nesse ínterim, Bresser afirma que a ocorrência do desenvolvimento econômico só é possível com o crescimento da produtividade, e este, por sua vez, estaria intimamente ligado à incorporação de dois elementos ao trabalho: do progresso tecnológico e o capital. Ambos são responsáveis pelo despontar das nações e contribuem significativamente para o aumento da renda da população que é tida como uma medida que mensura o grau de desenvolvimento de um país através da elevação da produtividade.

Ainda conforme este autor há uma diferenciação de dois tipos básicos de capital – o capital físico e o capital humano –, em que a aceleração incessante do progresso técnico vem levando à gradual substituição do primeiro pelo segundo no papel de fator estratégico de produção. Cada vez é mais importante o conhecimento detido pelos indivíduos com competência técnica, administrativa ou comunicativa. Assim, conclui que o desenvolvimento econômico decorre tanto da acumulação de capital físico quanto humano, que mantêm entre si certa proporcionalidade técnica.

Retoma-se então, o capital humano que, dentro dessa perspectiva, é considerado um dos elementos de produção para geração de desenvolvimento econômico. Em uma

abordagem ampla, o conceito de capital humano refere-se ao investimento em indivíduos e nações, realizado principalmente através da educação, a fim de obter aumento na produtividade do trabalho, gerando retornos micro e macroeconômicos.

Segundo Ferreira (2016), no âmbito individual, o retorno do investimento em capital humano se realiza nos salários dos trabalhadores. No nível macroeconômico, Schultz (1973) frisa que os aumentos derivados da produção nacional têm uma forte correlação com os investimentos educacionais, e estes por sua vez contribuem massivamente para o desenvolvimento econômico. Dentro dessa ótica, Becker (1975) também afirmou que o investimento em capital humano contribui para o crescimento econômico e são responsáveis por melhorias nos rendimentos, na saúde e na composição das famílias dos trabalhadores.

Estas ideias também foram comungadas pelos estudos de Mincer (1974) e (1995) quando, empregando modelos econométricos através de uma função de salário, investigou como os investimentos educacionais interferiam na renda dos indivíduos e detectou uma relação causal positiva entre anos de estudos investidos e retornos salariais. Assim, para ele, em nível micro, as diferentes ações de capital humano podem explicar grande parte da variação observada na estrutura salarial e na distribuição de renda entre os indivíduos e grupos. Em nível macro, o estoque social do capital humano e seu crescimento são centrais para o processo de crescimento econômico.

Destarte, para esse autor, o conceito de capital humano desempenhou um papel importante no tratamento moderno da teoria do crescimento e da economia do trabalho e está entrelaçado no processo de crescimento não apenas como uma causa, mas também como um efeito do crescimento ou do desenvolvimento econômico. Assim, a relação recíproca entre o crescimento econômico e o crescimento do capital humano é considerada como uma chave importante para o desenvolvimento econômico.

Corroborando com estudos acima, Motta (2009) acrescenta que a ideia fundamental da Teoria do Capital Humano é que o trabalho, mais do que um fator de produção, é um tipo de capital: capital humano. Esse capital é tão mais produtivo quanto maior for sua qualidade. Essa qualidade é dada pelo grau de treinamento científico-tecnológico e gerencial que cada trabalhador adquire ao longo de sua vida. Portanto, a qualidade do capital humano não apenas melhora o desempenho individual do trabalhador, tornando-o mais produtivo, como é um fator decisivo para gerar riqueza, crescimento econômico do país e de igualdade social.

Para os autores Almeida e Pereira (2000), a melhoria do nível de educação ou de

habilidades dos trabalhadores, adquirida por meio de treinamento ou de conhecimentos específicos é fator importante para o crescimento econômico. Desse modo, a inserção do capital humano no espaço geográfico tem sido um dos principais métodos, politicamente utilizados, para a redução da pobreza e dos diferenciais de renda. Assim, além da redução das desigualdades sociais, o capital humano é um importante dispositivo para amenizar as disparidades regionais, homogeneizando o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico entre regiões.

É significativo destacar que Robert Lucas e Paul Romer, no final dos anos de 1980 e na década de 1990, retomaram as pesquisas sobre crescimento econômico, fornecendo grandes contribuições para os estudos sobre o capital humano, desenvolvendo a teoria do crescimento endógeno.<sup>5</sup> Para eles, o crescimento é visto como um produto das forças econômicas endógenas aos sistemas de mercado descentralizados.

Nesse sentido, para Andrade (2010), os modelos econômicos de Lucas (1988) e de Romer (1990) incluíram o capital humano como fator determinante nas pesquisas de crescimento econômico. Esses autores foram os primeiros no estudo do crescimento econômico, dentro da visão endógena, a explicar o progresso tecnológico que seria oriundo do estoque de capital humano existente na economia, uma vez que para eles, o capital humano era o motor que impulsionava as economias.

Entretanto, enquanto no modelo de Lucas a variável capital humano estava agregada à função de produção, no modelo de Romer o estoque de capital humano era percebido como os insumos utilizados para gerar o desenvolvimento nas economias.

Ainda para Andrade (ibidem), esses modelos demonstravam que o investimento em capital humano influenciava no crescimento econômico até mesmo de forma indireta, quando as pessoas envolvidas no processo de produção de novas tecnologias são qualificadas. Para isso, eles apontavam como determinantes do crescimento econômico quatro fatores: o capital humano, o capital físico, o progresso tecnológico e o consumo.

Adentrando individualmente na ótica desses autores, Lucas (1988) afirma que para uma economia eficiente, esta deverá possuir um maior nível de capital humano para qualquer nível de capital físico, desde que sua taxa de crescimento eficiente seja maior que a taxa de crescimento equilibrado.

---

<sup>5</sup> A teoria do crescimento endógeno sustenta que o crescimento econômico é o resultado principalmente de forças endógenas e não, exógenas, onde os investimentos em capital humano, inovação e conhecimento contribuem significativamente para o crescimento econômico.

Assim, Lucas (1988) desenvolveu seus estudos, a partir do modelo econômico de Solow, porém diferentemente deste, que defendia o crescimento somente onde houvesse crescimento tecnológico exógeno, defendia a possibilidade de crescimento sustentado com acumulação endógena do estoque de capital humano.

Sua visão se firmava em como um indivíduo aloca seu tempo sobre várias atividades no período atual e como isto afeta sua produtividade, ou seu nível de capital humano em períodos futuros. Nesse sentido, quando uma pessoa busca novos conhecimentos, dedicando-se ao aperfeiçoamento de capacidades técnicas ou adquirindo novas habilidades – ainda que já esteja no mercado de trabalho – ela gera capital humano, o que aumenta as possibilidades de elevação na renda futura.

Lucas (1988) pregava que as habilidades das pessoas eram apresentadas de acordo com o nível de capital humano adquirido individualmente. Para isto, incluiu o estudo do efeito externo do capital humano, aplicando *spill-over*<sup>6</sup> nas teorias sobre o crescimento econômico. Desta maneira, o autor considerava que a acumulação de capital humano era obtida através da produção de bens específicos no local de trabalho ou através do *learning-by-doing*<sup>7</sup>, e explicava a taxa de crescimento nas economias.

Ao analisar o modelo de Lucas, Andrade (2010) explica que o capital humano individual é considerado como o nível geral de habilidade do indivíduo. Sendo que o número de trabalhadores e o nível de habilidade variam de zero ao infinito. Assim, um trabalhador destina fração do seu tempo à produção e o restante à acumulação do capital humano, e então, a parcela da força de trabalho que atua efetivamente na produção é dada pela soma do tempo dos trabalhadores dedicados à produção.

Portanto, para ele, o modelo apresenta efeitos internos e externos, onde o primeiro termo se refere à produtividade das pessoas, enquanto o segundo se relaciona com o acréscimo da produtividade dos demais fatores envolvidos na produção. Destaca ainda que a solução de crescimento sustentado é possível com ou sem efeito externo, porém na presença de efeito externo este provoca um crescimento mais acelerado do capital físico do que do capital humano.

Portanto, para Lucas (1988), a Teoria do Capital Humano pode explicar um grande

---

<sup>6</sup> Dolan e Galizzi (2015) definem um *spillover* como um comportamento que ocorre após o outro, e tem algum tipo de relação por meio de um “motivo subjacente”. Assim, o *spillover* (transbordamento) é entendido como os efeitos positivos ou negativos que uma determinada atividade pode gerar sobre outras que não se encontram diretamente envolvidos nela. É uma temática utilizada nas áreas de Economia, Sociologia e Política.

<sup>7</sup> A expressão *learning-by-doing*, isto é, “aprender fazendo” é uma técnica de aprendizagem que trabalha a premissa de que um indivíduo é capaz de aprender mais sobre algo quando pratica.

número de fenômenos: a forma como as pessoas alocam seu tempo, a maneira como os lucros dos indivíduos evoluem ao longo de suas vidas, aspectos da formação, manutenção e dissolução das relações dentro das famílias, empresas e organizações, e assim por diante.

O modelo de Romer (1990) por sua vez, é provocado pela mudança tecnológica, desenvolvida por investimentos de agentes maximizadores de lucro. Andrade (2010), afirma que Romer foi um dos primeiros a formular um modelo de crescimento onde o progresso tecnológico é resultado de ações de agentes privados que respondem aos incentivos de mercado e que este modelo é baseado em três premissas:

“O progresso tecnológico é o motor do crescimento econômico e incentivo à acumulação continuada de capital; o progresso tecnológico é resultado da ação de agentes que respondem aos incentivos de mercado, o que torna o progresso tecnológico endógeno ao modelo; por fim, a tecnologia é um bem não rival e parcialmente excludente”. (ANDRADE, 2010, p.32).

Conforme seus estudos sobre o modelo de Romer (1990), o capital humano é uma medida do efeito cumulativo de atividades como educação e *on-the-job training*<sup>8</sup>. Embora esse conceito de capital humano seja mais limitado, ele é geralmente utilizado em modelos de crescimento, pois facilita sua especificação e capta mudanças na qualidade da força de trabalho devido a mudanças em variáveis observáveis como nível de escolaridade e treinamento. Desse modo, explica que neste modelo a economia possui três setores:

“Um setor de pesquisa que utiliza capital humano e o conhecimento existente para produzir novo conhecimento, especialmente projetos para produção e novos bens; um setor de bens intermediários ou duráveis, que utiliza os projetos do setor de pesquisa para produção de bens de capital para serem utilizados na produção de bens finais (os projetos podem ser desenvolvidos internamente ou por firmas separadas que vendem sua patente para a firma que irá produzir os bens advindos de um determinado projeto, fazendo com que muitos arranjos institucionais equivalentes levem ao equilíbrio). Um setor de bens finais que utiliza trabalho, capital humano e os bens de capital disponíveis para produção de bens finais. Os bens podem ser consumidos ou armazenados como novo capital”. (ANDRADE, 2010, p.33).

Ainda sob esta ótica, Andrade afirma que “destinar capital humano à pesquisa aumenta a taxa de produção de novos projetos e quanto maior for o estoque de projetos e conhecimento, maior será a produtividade dos indivíduos trabalhando no setor de pesquisas”. (2010, p.35). Logo, o conhecimento pode influenciar a produção de duas formas: um novo projeto possibilita a produção de um novo bem que é utilizado na produção gerando resultados; e também aumenta o estoque de conhecimento, aumentando a produtividade do capital no setor de pesquisas.

Assim, o que interessa no modelo de Romer (1990) é que, o conhecimento é um bem

---

<sup>8</sup> Treinamento no local de trabalho.

não rival, em parte excludente e privadamente fornecido, ou seja, um indivíduo que cria um novo produto possui direito de propriedade, mas não pode impedir seu uso para novas pesquisas. Dessa forma, mostra a importância da tecnologia e do capital humano para o crescimento dos países, enfatizando como uma mudança tecnológica proporciona o incentivo para a acumulação contínua de capital e somado a este fator, estas mudanças representam grande parte do aumento de produção, sendo um importante gerador de externalidades verificado nos Estados Unidos da América (EUA) na década de 1950.

Diante disso, o autor sugere que economias que detêm maior estoque de capital terão como resposta um crescimento acelerado, com efeito, o comércio internacional que interligue estas economias intensificará este processo. Por outro lado, o baixo nível de estoque de capital humano nas economias emergentes é tido como resposta para explicar o seu não crescimento, porém, caso tenham alto teor demográfico, podem se beneficiar pelas vias de integração econômica. Vale destacar ainda que esses modelos apontam como determinantes além do capital humano, o capital físico, a tecnologia e o consumo.

Diante do exposto, é interessante analisar o custo-benefício do investimento em educação. Em relação aos dispêndios provenientes da aquisição de educação, Schultz (1973) dividia em custos diretos e indiretos. Os custos diretos estavam ligados ao acesso à educação, como mensalidades escolares, custos dos livros e materiais escolares e transporte. Já os custos indiretos, ou custos de oportunidade, eram os benefícios pessoais ou ganhos que o indivíduo obtinha à medida que fazia uso da educação e despendia seu tempo livre com estudo e educação.

Nesse ponto, as taxas de retorno em educação, de acordo com Castro (1976), permitem melhorar a alocação de recursos entre investimento em capital humano e físico, além disso, dentro dos investimentos em educação, alocar os recursos entre diversos níveis e tipos de cursos. Assim, explica:

O resultado desses cálculos pode ser expresso em forma de taxa de retorno, que é como se expressam os resultados de investimentos em máquinas ou fábricas; e, em certos casos, os resultados são comparáveis, isto é, se o investimento em educação tem uma rentabilidade superior ao de, digamos, uma fábrica, então, no exemplo, os dispêndios em educação serão economicamente mais produtivos do que os dispêndios nesta fábrica (CASTRO, 1976, p. 20).

Assim, conforme este autor pode-se calcular o efeito de determinado montante de investimento educacional sobre o nível de renda das pessoas que receberam educação e à medida que se introduzem outras variáveis, este método permite conhecer melhor o processo educacional.

Barros e Mendonça (1997) alegam que a motivação e a racionalidade para os

investimentos em capital educacional são os impactos que incrementos no capital educacional têm sobre os diversos aspectos do desenvolvimento socioeconômico do país. Esses impactos, juntamente com os custos desse investimento, definem a sua taxa de retorno e, portanto, se existe sub ou sobreinvestimento deste tipo de capital. Dessa maneira, sugerem que o padrão educacional da população adulta de um determinado país é o resultado de décadas de investimento em educação, do mesmo modo que o estoque de capital físico da economia é o resultado de investimentos em máquinas, equipamentos e infraestrutura.

Esses autores observaram que os efeitos de investimentos em educação não são apenas os mais variados, mas, também, possuem várias dimensões. Por um lado, esses investimentos podem ser concretizados via melhoria, ou na qualidade ou na quantidade da educação. Por outro lado, podem-se diferenciar os investimentos em educação de acordo com o nível em que ocorrem, podendo estar relacionados a uma melhoria na educação fundamental, secundária, superior ou técnica.

Ainda sobre essa temática, Machado (1982) aborda que a ideologia da taxa de retorno sustenta que o investimento em educação é altamente recomendável sob os mais diversos aspectos, pois beneficia o indivíduo, tornando-o mais produtivo e permitindo-lhe auferir melhor renda. Também beneficia a sociedade, garantindo-lhe condições de progresso técnico e científico, e desenvolvimento cultural e econômico em geral.

Dessa forma, segundo esta autora, os investimentos em educação contribuem para o aumento da produtividade e, efetivamente, proporcionam condições para a rápida acumulação do capital, além disso, os indivíduos conseguem aumentar os seus ganhos através do seu aperfeiçoamento técnico. Dentro dessa perspectiva, Jorge (2011) afirma que indivíduos com vida profissional contínua auferem o acréscimo de renda proporcionado pelo investimento em capital humano por maior período de tempo, o que incentiva a aquisição desse capital. Já, indivíduos com participação descontínua no mercado de trabalho são desestimulados na medida em que desfrutam dos benefícios do investimento por um número menor de períodos.

Por fim, Becker (1994) reforça que o nível de capital humano de uma população influencia o sistema econômico de diversas formas, com o aumento da produtividade, dos lucros, do fornecimento de maiores conhecimentos e habilidades, e também por resolver problemas e superar dificuldades regionais, contribuindo com a sociedade de forma individual e coletiva. Visto as diversas abordagens positivas sobre a Teoria do Capital Humano, no próximo subtópico, serão abordados alguns posicionamentos críticos.

## 2.4 – Abordagem crítica à Teoria do Capital Humano

Frigotto (1989), ao analisar a influência do pensamento econômico neoclássico introduzido no âmbito educacional, especialmente a partir da década de 60 nos EUA e posteriormente disseminado em nível de países subdesenvolvidos, afirmou que “a inteligência” imperialista indica aos países subdesenvolvidos e/ou aos miseráveis do mundo subdesenvolvido a chave mediante a qual, sem abalar as estruturas geradoras da desigualdade, é possível atingir a “igualdade” econômica e social – investimento no capital humano.

Desse modo, em seus estudos abordados no livro “A produtividade da escola improdutiva” percebeu que a Teoria do Capital Humano oriunda do arsenal da economia neoclássica, na ideologia positivista, vem, ao mesmo tempo, se constituindo numa teoria do desenvolvimento e numa “teoria da educação”. O autor afirma:

Quanto ao primeiro sentido – teoria de desenvolvimento – concebe a educação como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do trabalho e, por extensão, potenciadora de renda, um capital (social e individual), um fator do desenvolvimento econômico e social. Quanto ao segundo sentido, ligado ao primeiro – teoria da educação – a ação pedagógica, a prática educativa escolar reduzem-se a uma questão técnica, a uma *tecnologia educacional* cuja função precípua é ajustar requisitos educacionais a pré-requisitos de uma ocupação no mercado de trabalho de uma dada sociedade. (FRIGOTTO, 1989).

Na ótica dessa teoria, a educação é fundamental para “criar e aumentar” o capital humano. É o processo educativo que produzirá algumas atitudes e conhecimentos para capacitar para o trabalho. Assim sendo, neste ponto de vista, a educação é tida como um dos fatores que auxiliam no desenvolvimento e na distribuição social de renda.

No entanto, as questões relacionadas às diferenças de classes são deixadas de lado, pois quem não conseguiu uma posição social melhor deve ser autoresponsabilizado, pois não teve méritos. Com relação a este ponto Frigotto (1993) expõe que:

O investimento no “fator humano” passa a significar um dos determinantes básicos para o aumento da produtividade e elemento de superação do atraso econômico. Do ponto de vista macroeconômico, constitui-se no fator explicativo das diferenças individuais de produtividade e de renda e, conseqüentemente, de mobilidade social. (1993, p.41).

Para esse autor, a Teoria do Capital Humano advoga que o sucesso profissional é devido a alguns “valores” que a pessoa recebeu que acabam aumentando sua produtividade. Assim, aspectos ligados a atitudes, valores, resultado do processo de

socialização que se efetiva na escola, são mais importantes para a produtividade das pessoas na organização, enquanto forneçam hábitos de funcionalidade, respeito à hierarquia, disciplina etc. (FRIGOTTO 1993, p. 46). Outro ponto criticado por ele é no âmbito macroeconômico, conforme diz:

As tentativas de se mensurar, em termos macro, a contribuição da educação para o crescimento econômico têm esbarrado, do ponto de vista da investigação, nas mais diversas críticas internas à teoria. Essas críticas fundamentalmente se prendem à debilidade das medidas que tentam apreender o impacto da educação sobre o crescimento. A visão positivista, cujo patamar de sustentação se calca sobretudo na mensuração dos fenômenos, no rigor formal, na aplicação do modelo físico de ciência às ciências sociais, fica vulnerável. Isto faz com que a Teoria do Capital Humano se desloque da esfera macroeconômica para a microeconômica. (Frigotto 1989, p.43)

No entanto, é importante destacar que apesar da crítica no âmbito macro, Frigotto (1989) menciona que nas análises microeconômicas há uma maior confiabilidade na construção dos indicadores utilizados.

Ele expõe ainda que há um conjunto de trabalhos com apelo às análises marxistas – Bowles, Gintis, Levi, Edwards, entre outros – nos quais, para esses autores, a educação escolar é um aspecto da reprodução da divisão capitalista do trabalho. A organização escola, em seus principais aspectos, é uma réplica das relações de dominação e submissão da esfera econômica.

Ao examinar estes estudos, Frigotto (ibidem) comenta que estas análises, ainda que apontem para alguns aspectos significativos, apenas se desenvolvem dentro de uma linguagem marxista. E acrescenta:

Trata-se de análises que, sob um aspecto, apenas deslocam o vínculo da relação economia-educação, educação-trabalho, dos traços cognitivos (treinamentos de habilidades) para o campo afetivo, valorativo, comportamental, não transpondo o quadro das análises anteriores, de caráter funcional. (1989, p. 48).

Outros estudiosos apontam várias críticas, visto que para eles essa teoria tem um caráter solucionador, mascarando a realidade social. Baptiste (2001, p. 191-197) ressaltou algumas delas: (1) a Teoria do Capital Humano só reconhece duas realidades sociais: a maximização da utilidade individual e o livre-mercado; (2) os teóricos do capital humano tratam as pessoas como homines economici, radicalmente isoladas, materialistas, livres de restrições sociais ou responsabilidades, direcionadas apenas pelo desejo de felicidade e segurança material; (3) os proponentes da teoria assumem que o mundo é uma meritocracia em que o status socioeconômico das pessoas é limitado pelo investimento em educação; (4) pessoas mais educadas sempre são mais produtivas que as menos educadas, como se a diferença de produtividade fosse suficiente para explicar toda a injustiça social; (5) a

instituição social mais legítima para governar e explicar o comportamento e realizações das pessoas é o mercado livre; (6) a teoria trata os homens como lobos solitários que misturam avareza com racionalidade econômica.

Kuenzer (1997) ao analisar essa teoria, também afirma que a educação aparece com um caráter messiânico que é vista como aquela que solucionará os problemas sociais. Segundo a autora, a educação possui um caráter de mediadora e expressa o mascaramento da Teoria do Capital Humano na medida em que:

A distribuição do saber é produzida socialmente, e segundo as necessidades do capital, o que permite entender que a sua não democratização expressa pelo seu caráter seletivo e excludente não é uma disfunção, mas a sua própria forma de articulação com o capital. (KUENZER, 1997, p.22).

Retoma-se Frigotto (1989) que já havia apontado críticas nesse sentido, afirmando que a circularidade das análises da teoria parte do método positivista e que este, por sua vez, é decorrência da concepção do homem, de sociedade e que interessa à classe burguesa (dominante). Trata-se, pois, de explicitar, “uma das funções da Teoria do Capital Humano reside não enquanto revela, mas enquanto esconde a verdadeira natureza dos fenômenos”. (1989, p.53).

Dessa forma, afirma que se trata da ótica burguesa de conceber a realidade, ou seja, o modo pelo qual os interesses da burguesia a condicionam a perceber a gênese do real, pois se todos os indivíduos são livres, se todos no mercado de trocas podem vender e comprar o que querem, o problema da desigualdade é culpa do indivíduo. Ou seja, se existem aqueles que têm capital, é porque se esforçaram mais, trabalharam mais, sacrificaram o lazer e pouparam para investir. (FRIGOTTO, 1989, p.61)

Outrossim, existe uma linha de pensadores que afirmam que a Teoria do Capital Humano nega as causas sistêmicas e estruturais do fenômeno do desemprego e sua “versão ressignificada” – após os anos 90, conforme já visto – continua, portanto, tendo um caráter mistificador da realidade. Nesse sentido, Gentili (2002, apud Ferreira, 2016, p. 29) aborda que o conceito de empregabilidade reduz o problema do desemprego e da pobreza ao sucesso ou fracasso dos indivíduos em investirem em si mesmos e lograrem conquistar uma posição no mercado de trabalho.

Por outro lado, conforme esse autor, a partir desse conceito, defende-se que a crise do desemprego – e, conseqüentemente, da pobreza – pode ser superada com a dinamização do mercado de trabalho através de três elementos: a redução dos encargos patronais, a flexibilização trabalhista e a formação profissional permanente.

Para Ferreira (2016), no contexto de desemprego estrutural, a Teoria do Capital

Humano ressignificada irá postular que o investimento em indivíduos deve ocorrer de modo a aumentar suas chances de inserção no mercado de trabalho. Mas não é apenas uma questão do tipo ou quantidade de conhecimento que o mercado de trabalho demanda. Tão relevante quanto, é a maneira como o indivíduo faz uso destas capacidades. Sobre isto, Gentili afirma que:

“Os indivíduos podem ter uma grande condição de empregabilidade, mas o que torna concreta as oportunidades de emprego e renda não é o quantum de empregabilidade que possuem, e sim a maneira como, numa lógica competitiva, essa empregabilidade é colocada em prática na hora de concorrer pelo único emprego.” (GENTILI, 2002, p. 55)

Além desses trabalhos, é importante mencionar o credencialismo<sup>9</sup> que segundo Lima (1980) faz uma abordagem crítica ao investimento no capital humano, no sentido de que a educação seria considerada como um instrumento de seleção de trabalhadores, de acordo com seu nível de escolaridade, que direcionaria o tipo de trabalho mais apropriado e adequado ao seu nível de educação, assim, o diploma seria apenas uma credencial.

De acordo com Almeida e Pereira (2000), os marxistas, críticos da Teoria do Capital Humano, concordam que o aumento da escolarização contribui para elevar a produtividade no trabalho, mas não por proporcionar novos conhecimentos e habilidades, e sim, pelas ideias credencialistas, nas quais o nível de escolarização abriria o leque de escolhas para os empregadores, favoreceria a supervisão autoritária, à medida que a escola moldaria o indivíduo para a disciplina, tornando-o mais preparado para desenvolver as atividades de acordo com as normas do sistema capitalista.

Becker (1994) confirma a existência do credencialismo, porém destaca que o seu principal problema é o desinteresse das empresas no desempenho escolar dos indivíduos, privilegiando apenas as habilidades específicas e seu desempenho na vida profissional, como agradar clientes, relacionamento entre colegas, entre outras questões.

Portanto, percebe-se que há uma centralidade no julgamento à Teoria do Capital Humano, em tê-la como caráter messiânico, ofuscando a realidade. Dentre as diversas abordagens críticas sobre essa teoria é válido destacar: a educação significa somente uma forma de qualificação da mão de obra para inserção no mercado de trabalho, servindo como uma ferramenta para aproveitar o excedente do trabalhador ao sistema capitalista; impõe ao indivíduo a responsabilização pelo seu próprio nível de renda, sem considerar as adversidades que são encontradas no contexto socioeconômico e cultural de cada região.

---

<sup>9</sup> O credencialismo baseia-se no papel do diploma na estruturação das hierarquias profissionais e na tradição corporativista que rege a organização e o exercício de profissões, mediante o estabelecimento de privilégios legais e restrições de acesso.

(LIMA, 1980; FRIGOTTO, 1989).

Diante de toda a discussão exposta, é notório que apesar das críticas, há um consenso/aceitação de que o capital humano, dimensionado pela educação, é um meio eficaz de ampliação do conhecimento e habilidades, elevando não somente o nível de renda do indivíduo, mas a sua capacidade produtiva, que se torna uma ferramenta para se ampliar a produtividade econômica. Ademais, há um consenso entre os estudiosos e críticos da teoria, que o nível de capital humano existente em um país ou região exerce grande influência na sociedade, criando condições para um ambiente favorável ao crescimento e ao progresso econômico.

De fato, o investimento no capital humano não resolverá por si só os problemas socioeconômicos, porém, é inegável que a educação tem uma relação direta com o desenvolvimento econômico, uma vez que propicia qualificação da força de trabalho, gerando crescimento na produtividade, aumento do nível salarial, e conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida da sociedade, ainda que tenha mais contundência no âmbito microeconômico do que macroeconômico. Nesse ínterim, destacando a relevância do investimento no capital humano, dimensionado na educação, que se iniciará o próximo capítulo, afunilando para a Educação Profissional e Tecnológica e sua relação com o desenvolvimento local.

### **3 – A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Neste capítulo, abordar-se-ão a evolução histórica e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, caracterizando o Instituto Federal de Sergipe com uma visão panorâmica de sua atuação no estado de Sergipe. Outrossim, buscando estabelecer relação entre a EPT e o desenvolvimento local, far-se-á uma breve discussão teórica sobre essa temática, finalizando com as contribuições dos IFs no contexto socioeconômico local.

#### **3.1 Perspectiva histórica e expansiva da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**

Em 1909, a partir da criação de dezenove escolas de aprendizes e artífices, subordinadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública, o Presidente da República Nilo Peçanha iniciou a história das instituições de ensino que atualmente constituem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Nesse período, de acordo com IFS (2014), eram baixos os índices de urbanização e industrialização e a economia não fazia, praticamente, nenhuma exigência à escola.

No entanto, na década de 1930, percebeu-se certa presença do capitalismo industrial e em 1937, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, foram transformadas em *liceus industriais*. Meses depois, o ensino profissional passou a ser considerado de nível médio e em 1942, obedecendo ao novo contexto da economia brasileira, cujo eixo voltou-se da atividade agroexportadora para a industrial, passaram a se chamar *escolas industriais e técnicas*. (IFS, 2014).

É válido destacar, conforme Neto 2009 (Apud Silva, 2021), que intensificada a industrialização com forte apoio do Estado, nas décadas de 1930 e 1940, as Escolas Industriais acompanharam o novo modelo de desenvolvimento, qualificando a mão de obra, tendo em vista o seu papel estratégico para o país na formação das áreas de infraestrutura para o desenvolvimento econômico nas décadas seguintes.

Desse modo, segundo Souza e Castioni (2012), em 1959, as *escolas industriais e técnicas* passaram a se chamar de *escolas técnicas federais*, configuradas como autarquias (com autonomia didática e de gestão).

Em 1978, três escolas federais, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Paraná

foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e durante a década de 1990, diversas outras escolas se uniram a estas, equiparando-se, no âmbito da educação superior, aos centros universitários, formando a base do *sistema nacional de educação tecnológica*.

No período de 1998, o governo definiu uma proibição de construção de novas escolas e estabeleceu uma série de atos normativos que culminaram na separação da educação superior, acentuando as segmentações existentes, pois essa decisão direcionou essas instituições para a oferta predominante de cursos superiores e, contraditoriamente, ensino médio regular, remetendo a oferta de cursos técnicos à responsabilidade dos estados e da iniciativa privada.

Em virtude disso, grande parte do esforço pedagógico passou a ser direcionado ao acompanhamento dos cursos de ensino médio com o objetivo de preparar candidatos de excelência para o ensino superior. Por outro lado, a oferta no nível superior oscilou entre a proposta com viés mais acadêmico, em especial nas engenharias, e cursos superiores de tecnologia cada vez mais fragmentados. (SOUZA; CASTIONI, 2012).

Após sete anos de embate iniciou-se a reorientação das políticas federais para a Educação Profissional e Tecnológica, através da Lei 10.973 de 2004, que se tornou um marco regulatório das políticas de inovação tecnológica, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 2005, conhecida como Lei de Inovação, que estabeleceu medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País, conforme descrito em seu artigo primeiro.

A partir dessa lei, as universidades e institutos federais de educação profissional, denominadas pela lei como Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT) passaram a agregar a função de estruturar um órgão interno, chamado Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), com a função de gerir suas políticas de inovação.

Desde esse momento, as instituições de educação tecnológica retomaram com grande oferta de cursos técnicos integrados com o ensino médio, objetivando o aperfeiçoamento dos programas e cursos para elevar os níveis da qualidade da oferta, realizar pesquisas, desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo e de prestação de serviços.

É interessante mencionar que os NITs são estruturas instituídas por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências específicas previstas na Lei nº

13.243, de 11 de janeiro de 2016 (fez alterações na Lei 10.973 de 2004). São setores que têm como finalidade gerar as políticas de inovação e empreendedorismo, auxiliando na promoção, utilização do conhecimento e uso de novas tecnologias oriundas de universidades e institutos de pesquisa (BRASIL, 2016).

Retomando a evolução histórica, é cabível salientar que em 2005, com a alteração da lei que proibia a expansão da rede federal, o Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC) criou, no final de 2005, o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional com o objetivo de ampliar a presença destas instituições em todo o território nacional, buscando melhorar a distribuição espacial e cobertura das instituições de ensino e, conseqüentemente, ampliar o acesso da população à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no país (BRASIL, 2020).

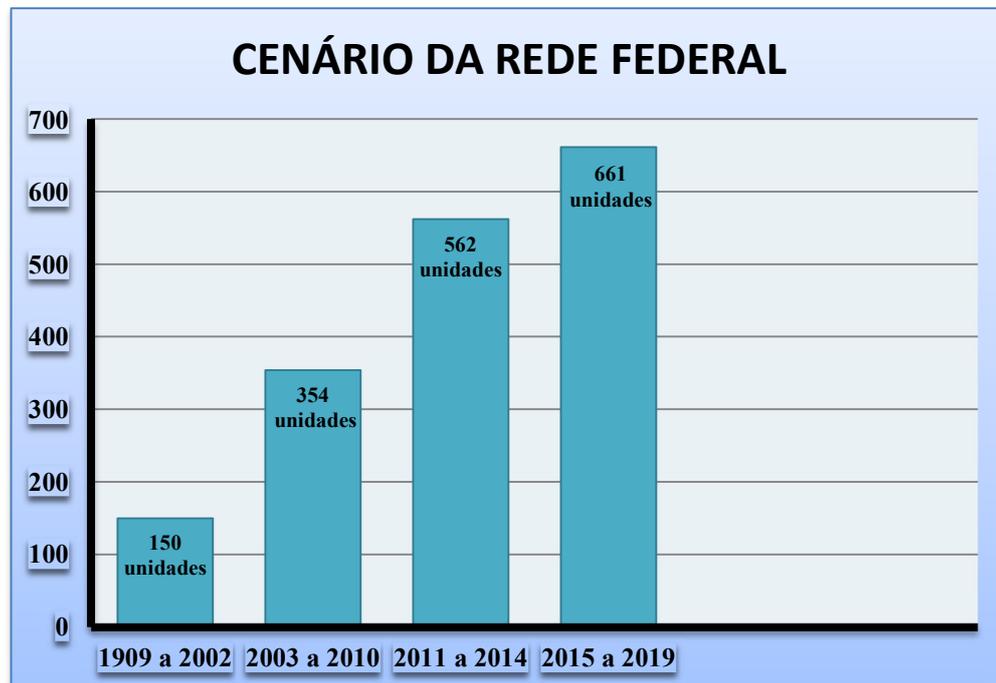
Esse processo foi distribuído em três fases:

I – Construção de unidades da federação desprovidas dessas instituições como Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, através da criação de cinco escolas técnicas federais e de quatro escolas agrotécnicas federais, e trinta e três novas unidades de ensino descentralizadas; II – geração em 2007 de cento e cinquenta novas instituições distribuídas nos vinte e seis estados e no Distrito Federal, contemplando cento e cinquenta municípios diferentes escolhidos pelo próprio MEC e mediante manifestação de interesse por parte das prefeituras municipais. III – Iniciada em 2011, estabeleceu um projeto de criação de 208 novas unidades até 2014, permanecendo o propósito de superação das desigualdades regionais e na viabilização das condições para acesso a cursos de formação profissional e tecnológica como ferramenta para melhoria de vida da população. (BRASIL- MEC 2020).

Antes do início da expansão programada, a rede federal contava com aproximadamente cento e quarenta unidades distribuídas entre centros de educação tecnológica e suas unidades de ensino descentralizadas; uma universidade tecnológica e seus campi; escolas agrotécnicas e escolas técnicas vinculadas às universidades federais; além do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

No período compreendido entre os anos de 2003 e 2010, houve um aumento de duzentos e quatorze novas unidades, chegando em 2014 ao total de quinhentos e sessenta e duas unidades, conforme Gráfico 01.

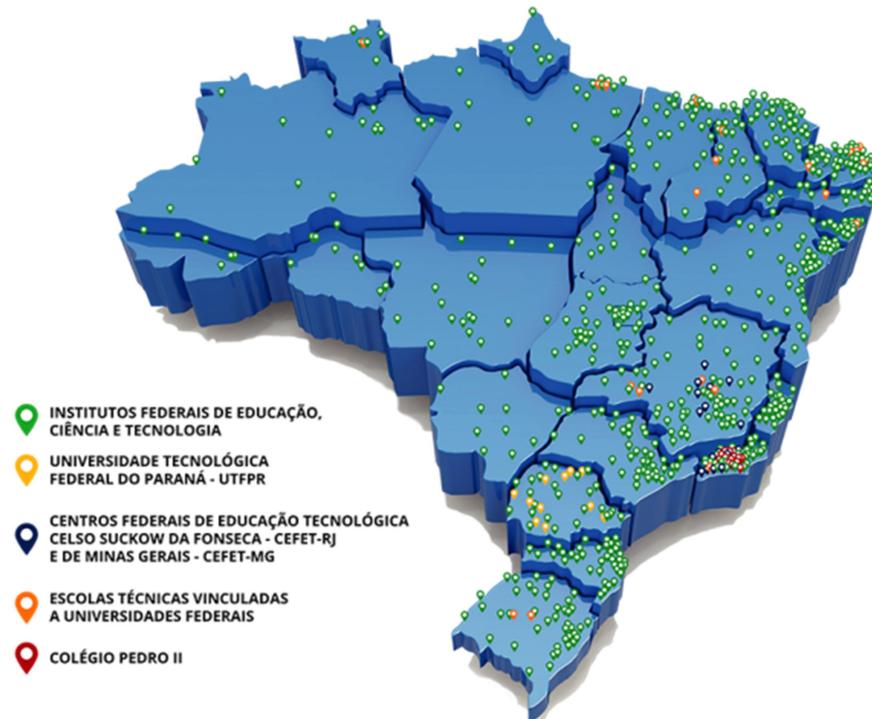
Gráfico 1 - Ampliação das unidades da RFEPCT por etapas históricas.



FONTE: Elaboração própria baseada no MEC/SETEC, 2015; Site do MEC 2022.

No ano de 2019, consoante MEC (2022), a Rede Federal estava composta por trinta e oito Institutos Federais, dois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), vinte e duas escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Considerando os respectivos *campi* associados a estas instituições federais, tem-se ao todo seiscentos e sessenta e uma unidades, distribuídas entre as 27 unidades federadas do país, em 578 municípios, conforme Figura 01. Essas instituições possuem autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Figura 1 - Mapa da expansão da Rede Federal pelo território brasileiro



FONTE: MEC/SETEC, 2022.

É válido ressaltar que o processo de expansão considerou três dimensões para implantação de suas unidades: social, geográfica e de desenvolvimento. Na dimensão social, objetivou-se o desenvolvimento econômico e universalização de programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (atendimento aos municípios populosos com receita per capita inferior a R\$ 1.000,00 e com mais de 80 mil habitantes).

Na dimensão geográfica, considerou-se o atendimento prioritário aos municípios com mais de 50 mil habitantes ou microrregiões não atendidas pela oferta de EPT; na dimensão de desenvolvimento, destacou-se a criação de unidades de EPT em municípios com Arranjos Produtivos Locais <sup>10</sup>(APLs) envoltos de grandes investimentos. (SILVA; TERRA, 2013 Apud SILVA, 2021, p. 75)

Neste sentido, Santos (2015) considera o processo de interiorização uma forte

<sup>10</sup> O termo Arranjo Produtivo Local (APL) refere-se à aglomeração de um número significado de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como, de empresas correlatas e complementares, em um mesmo espaço geográfico, com identidade cultural e vínculo de articulação e interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais e instituições, tais como, bancos, associações, escolas técnicas, universidade, empresas de prestação de serviço e instituições de pesquisa e desenvolvimento. (Dallabrida, 2017 Apud Silva 2021, p 90).

presença da concepção cepalina, fundada na ideia de diminuição das desigualdades regionais com a ampliação de oportunidades e acesso às experiências do mundo moderno. Assim, o autor aponta a ampliação dos investimentos na Rede Federal, saltando de dois bilhões em 2003 para nove bilhões uma década depois, no período de 2007-2010, em articulação com o projeto desenvolvimentista exposto no Plano Plurianual (2004-2007), indicando o deslocamento de unidades das escolas técnicas federais para o interior.

A partir desse cenário de desenvolvimento, evolução e inovação ao longo dos anos, onde a EPT teve grande importância, Mello (2016) afirma que as Instituições de Ciência e Tecnologia desempenham um papel fundamental na geração de inovação, pois têm como finalidade acadêmica auxiliar no desenvolvimento econômico e social do seu entorno. Como consequência deste compromisso, novas funções são assumidas como: projetos tecnológicos em cooperação com empresas; comercialização de resultados de pesquisas; patenteamento de produtos e processos e licenciamento de tecnologias.

Portanto, os IFs surgiram para responder às demandas imediatas da sociedade brasileira por acesso ao conhecimento e condições para enfrentar o mundo do trabalho, bem como desempenhar um papel importante na construção de um projeto de desenvolvimento que articulasse educação superior, básica e profissional, de forma pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de EPT. (SOUZA; CASTIONI, 2012).

Além disso, o processo de expansão teve como objetivos: ampliar e interiorizar a rede de Institutos Federais para democratizar e potencializar o acesso de vagas na EPT, a partir do estreitamento territorial, garantindo o acesso à formação acadêmica e profissional, articulada com as demandas sociais do entorno dessas unidades de ensino, fomentando dessa forma, o desenvolvimento local e regional.

Posto a evolução histórica e a relevância da ampliação da rede federal de EPT, na próxima seção será estudada a presença do IF em Sergipe, percorrendo o caminho dinâmico de atuação neste estado.

### **3.2 – O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia De Sergipe (IFS)**

No tópico anterior foi apresentada a evolução histórica da RFEPT, desde a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, Liceus Industriais, Escolas Industriais, Escolas Agrotécnicas Federais, CEFETs até os IFs, acompanhando as demandas sociais, com objetivo geral de contribuir para a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

Nesse contexto, segundo o Relatório do IFS (2022), a história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) inicia com a promulgação da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, – mediante a integração entre o Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe (CEFET-SE), em Aracaju - incluindo sua unidade descentralizada localizada no município de Lagarto - e a Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (EAFSC).

Logo, mediante esse processo de integração, viabilizado pelo Decreto 6.095 de 24 de abril de 2007, essas unidades de ensino foram transformadas em: IFS-Campus Aracaju, IFS-Campus Lagarto e IFS-Campus São Cristóvão. (IFS, 2014).

Desse modo, o IFS é uma autarquia detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar e sua presença no estado de Sergipe tem considerável importância, conforme afirma IFS (2022):

A inserção do IFS no estado de Sergipe é de grande relevância, pois articula a educação básica, profissional e superior, com ação pluricurricular e multicampi, atuando no desenvolvimento de programas e projetos de ensino por meio da oferta de cursos de nível médio – nas modalidades integrado, técnico concomitante e subsequente; nível Superior – através dos cursos de tecnologia, licenciatura e bacharelado; nível de Pós-graduação – com cursos de mestrados profissionais. (p. 11).

Atualmente, essa instituição é composta pela sede administrativa central – Reitoria – localizada em Aracaju, capital sergipana, e dez unidades de ensino – Campi -, distribuídas em todo estado de Sergipe, sendo sete delas frutos do processo de expansão da RFEPT, consoante Figura 02.

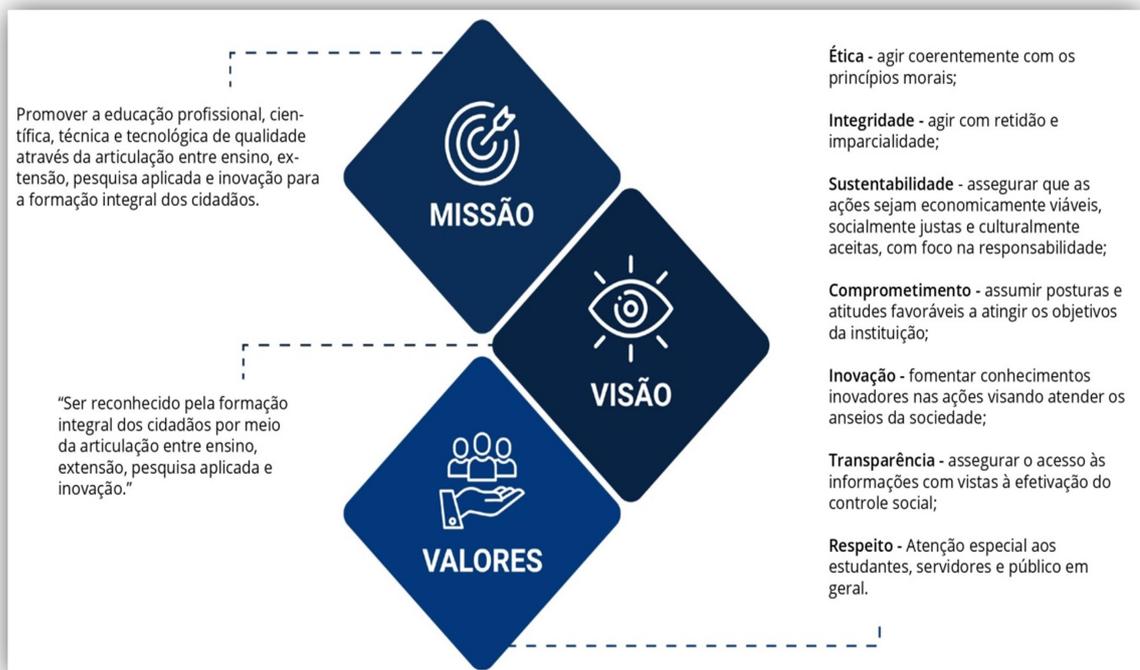
Figura 2 - Distribuição das unidades do IFS no Estado de Sergipe



FONTE: Relatório de Gestão do IFS 2022.

Conforme o Relatório de Gestão dessa instituição, o IFS busca contribuir para criação e o aperfeiçoamento tecnológico de processos, produtos e serviços em articulação com os setores produtivos da sociedade local e regional, através das atividades de pesquisa, extensão e inovação. Outrossim, busca promover a produção e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, na perspectiva do desenvolvimento social e econômico do estado de Sergipe, consoante sua missão, visão e valores. (IFS, 2022).

Figura 3 - Missão, Visão e Valores



FONTE: Relatório de Gestão do IFS 2022.

Nesse âmbito, visando o desenvolvimento local e regional, o processo de expansão de unidades de EPT estabelecido pelo MEC, conforme visto na seção anterior, considerou três dimensões (social, geográfica e de desenvolvimento). No Estado de Sergipe, o caminho de interiorização iniciou em 2011, com a implantação de três campi: nos municípios de Itabaiana, Glória e Estância, localizados respectivamente, nas microrregiões do Agreste de Itabaiana, Sergipana do Sertão de São Francisco e Estância.

Em 2014, houve a concepção do Campus Tobias Barreto, e no ano seguinte, o Campus Propriá, situados nas microrregiões, nesta ordem, Tobias Barreto e Propriá. Já no de 2017, a cidade de Socorro, fixada na microrregião de Aracaju, recebeu uma unidade da RFEPT. Por fim, em 2020, o Campus Poço Redondo (em fase de implantação,

inauguração prevista para 2023), estabelecido na microrregião Sergipana do Sertão de São Francisco, ganhou uma unidade da rede de IFs, conforme a Figura 04.

Figura 4 - Linha temporal de ampliação do IFS



FONTE: Relatório de Gestão do IFS 2021

É importante salientar que cada unidade da RFEPT não atende somente ao seu município de implantação, mas à sua microrregião, considerando as demandas social, geográfica e de desenvolvimento, objetivando capacitar os alunos nos mais diversos níveis de escolaridade (ensino médio-técnico à pós-graduação), atingindo o âmbito acadêmico e profissional, favorecendo o desenvolvimento local e do seu entorno.

Nesse sentido, considerando a relação do processo de expansão de unidades da RFEPT (iniciada em Sergipe no ano de 2011) e as demandas, especialmente a de desenvolvimento, no que tange às questões econômicas, segundo Nascimento (2020), a

dinâmica do estado de Sergipe<sup>11</sup> tem o setor de serviços responsável pela maior parte da riqueza produzida no ano de 2017 (75,47%), representando o valor de 27.474 bilhões (R\$), seguido do setor industrial com 6.964 bilhões (19,13%) e da agropecuária com apenas 1.966 bilhões (5,40%).

Em relação ao número de estabelecimentos por setores da economia no estado de Sergipe, em 2010, de acordo com Nascimento (2020), o setor de serviços apresentava 75,63%, seguido do setor de indústria com 14,23%, e por último o setor agropecuário 10,14%. Já em 2017 (transcorridos seis anos do início da expansão), se manteve a mesma estrutura econômica com a predominância do setor de serviços com 78,80%, seguido pela indústria com 12,52% e o setor agropecuário 8,69%.

Conforme este autor (ibidem), no que tange ao número de empregos formais por setores da economia em 2010, coerentemente aos indicadores do parágrafo anterior, o setor de serviços tinha supremacia com 74,40%; indústria com 21,89% e setor agropecuário, 3,72%. Em 2017, o setor de serviços teve um percentual ainda mais expressivo com 80,26%; o setor de indústria e agropecuário apresentaram uma leve queda, com os percentuais respectivos de 16,97% e 2,77%.

Esses dados justificam a abrangência do setor de serviços com o maior número de cursos ofertados pelo IFS (nesse mesmo período), com cinquenta e três opções desses cursos profissionais e tecnológicos, participando com 50% do total, seguido do setor da indústria com quarenta e um, e participação de 38,68% e, por último, o setor da agropecuária com doze cursos e 11,32% de participação no total.

No que se refere aos dados geográficos de Sergipe, fica situado na Região Nordeste do país tendo como seus limites territoriais, o Oceano Atlântico, os estados da Bahia a oeste e ao sul, e Alagoas ao norte, possuindo setenta e cinco municípios, três mesorregiões e treze microrregiões (IBGE, 2021). Além dessas divisões, em 2007, o governo do estado, a partir de seus órgãos gestores, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), adotou mais uma classificação ou grupamentos de municípios para o planejamento e desenvolvimento de suas ações, criando oito territórios. (Nascimento, 2020).

Posto isto, segue abaixo quadro com a representatividade das microrregiões e as unidades da RFEPT em Sergipe, e suas respectivas ofertas de cursos (médio-técnico e graduação).

---

<sup>11</sup> O estado de Sergipe tem uma população estimada de 2.338.474 pessoas, ocupando a 22ª posição Brasil, com densidade demográfica de 94,36 hab/km<sup>2</sup>; ocupação em trabalho formal de pessoas acima de 16 anos com taxa média de 41,7 %. Seu Índice de Desenvolvimento Humano é de 0,665. Variação do PIB em 2019 de 3,6%. Taxa de desemprego de 12,7% no 2º trim/2022. (IBGE, 2022). (Site do Observatório de Sergipe, 2022).

Quadro 1 - Microrregiões de Sergipe- Presença do IFS e cursos ofertados – 2021

| Microrregião/<br>Campus do<br>IFS   | Municípios   | Cursos ofertados por microrregiões                                     |   |  |
|---|--|--|---|--|
|   |  | Médio - Técnico Integrado  | Médio –Técnico Subsequente                                    | Graduação  |
| Sergipana do Sertão do São Francisco -<br>Campus Nossa Senhora da Glória e Poço Redondo | Canindé do São Francisco, Feira Nova, Gararu, Gracho Cardoso, Itabi, Monte de Alegre de Sergipe, <b>Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo</b> , Porto da Folha         | Agropecuária   | Agroecologia;<br>Alimentos                                    | Tecnologia em Laticínios   |
| Carira  | Carira, Frei Paulo, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis  |  |   |  |
| Nossa Senhora das Dores   | Aquidabã, Cumbe, Malhada dos Bois, Muribeca, Nossa Senhora das Dores, São Miguel do Aleixo   |  |   |  |
| Agreste de Itabaiana –<br>Campus Itabaiana  | Areia Branca, Campo do Brito, <b>Itabaiana</b> , Macambira, Malhador, Moita Bonita, São Domingos   | Agronegócio;<br>Manutenção e Suporte em Informática                    | Agronegócio;<br>Manutenção e Suporte em Informática           | Ciência da Computação;<br>Tecnologia em Logística  |
| Tobias Barreto –<br>Campus Tobias Barreto   | Poço Verde, Simão Dias, <b>Tobias Barreto</b>  | Comércio – Concomitante;<br>Desenvolvimento de Sistemas - Concomitante | Comércio;<br>Informática                                      |  |
| Agreste de Lagarto –<br>Campus Lagarto  | <b>Lagarto</b> , Riachão do Dantas   | Edificações;<br>Eletromecânica;<br>Redes de Computadores               | Edificações;<br>Eletromecânica;                               | Arquitetura e Urbanismo;<br>Engenharia Elétrica;<br>Sistemas de Informação;<br>Física;<br>Tecnologia em Automação Industrial |
| Propriá –<br>Campus Propriá   | Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedrode São João, Ilha das Flores, Neópolis, Nossa Senhora de Lurdes, <b>Propriá</b> , Santana do São Francisco, Telha |  | Redes de Computadores;<br>Manutenção e Suporte em Informática | Gestão de Tecnologia da Informação   |
| Cotinguiba  | Capela, Divina Pastora, Santa Rosa de Lima,  |  |   |  |

|   |   |   |   |   |
|---|---|---|---|---|
|   | Siriri  |   |   |   |
| Japarutuba  | Japarutuba,<br>Japoatã, Pacatuba,<br>Pirambu, São<br>Francisco  |   |   |   |
| Baixo<br>Cotinguiba   | Carmópolis, General<br>Maynard,<br>Laranjeiras, Maruim,<br>Riachuelo, Rosário<br>do Catete, Santo<br>Amaro das Brotas |   |   |   |
| Aracaju –<br>Campus<br>Aracaju,<br>Nossa<br>Senhora do<br>Socorro e<br>São<br>Cristóvão | <b>Aracaju</b> , Barra dos<br>Coqueiros, <b>Nossa<br/>Senhora do<br/>Socorro e São<br/>Cristóvão</b>                  | Edificações; Eletrônica<br>Eletrotécnica; Informática;<br>Alimentos;<br>Desenho de Construção<br>Civil – PROEJA;<br>Hospedagem – PROEJA;<br>Manutenção e Suporte em<br>Informática e (PROEJA);<br>Agroindústria;<br>Agropecuária;<br>Agroindústria-<br>Concomitante;<br>Aqüicultura | Petróleo e Gás;<br>Redes de<br>Computadores;<br>Eletrônica;<br>Hospedagem;<br>Segurança no<br>Trabalho;<br>Turismo; Edificações;<br>Alimentos; Química;<br>Informática;<br>Agrimensura;<br>Agropecuária;<br>Agroindústria;<br>Manutenção e Suporte<br>de Informática; | Engenharia Civil;<br>Gestão em Turismo;<br>Matemática;<br>Química;<br>Saneamento<br>Ambiental;<br>Análise e<br>Desenvolvimento de<br>Sistemas;<br>Tecnologia em<br>Agroecologia;<br>Tecnologia em<br>Alimentos;<br>Licenciatura em<br>Ciências Biológicas |
| Boquim  | Araúá, Boquim,<br>Cristinápolis,<br>Itabaianinha,<br>Salgado,<br>Pedrinhas, Tomar<br>do Geru, Umbaúba                 |   |   |   |
| Estância –<br>Campus<br>Estância  | <b>Estância</b> ,<br>Indiaroba,<br>Itaporanga D’<br>Ajuda, Santa Luzia<br>do<br>Itanhy                                | Aqüicultura; Edificações;<br>Eletrotécnica  | Eletrotécnica;<br>Edificações;<br>Recursos Pesqueiros   | Engenharia Civil  |

\*Os municípios em negrito são os locais onde há unidade do IFS.

FONTE: Silva (2021); Adaptação própria baseada no site do IFS (2022).

Ao analisar o Quadro 01, identifica-se que as Microrregiões de Estância, Propriá, Tobias Barreto, Agreste de Lagarto e Agreste de Itabaiana possuem uma unidade da Rede Federal de EPT em cada uma, ofertando um total de trinta cursos diversificados entre médio-técnico e graduação. Cabe ressaltar que o IFS-Campus Glória e o Campus Propriá oferecem cursos de formação iniciada e continuada, nas áreas de operador de computador e vendedor; e Agente de Inclusão Digital e Programador WEB, respectivamente.

A Microrregião de Aracaju, situada na região metropolitana de Aracaju, detém proporcionalmente os maiores indicadores populacionais, econômicos e sociais do estado, razão pela qual se fundamenta a existência de três unidades do IFS nesta localidade, e com o maior número de ofertas de cursos de acordo com as demandas sociais, geográficas e de desenvolvimento. Dentre essas ofertas, tem-se: doze cursos técnicos integrados; treze

cursos técnicos subsequentes; dez cursos de graduação e cursos de Pós-Graduação. (IFS, 2022).

Gráfico 2 - Presença/ausência do IFS nos municípios de Sergipe



FONTE: Elaboração própria baseada em Silva (2021).

De acordo com a análise do Quadro 01 e do Gráfico 02, constata-se que das treze microrregiões, correspondentes a setenta e cinco municípios existentes no estado de Sergipe, há presença de unidades do IFS em sete microrregiões, revelando uma porcentagem de 52% (39 cidades). No entanto, ainda existem seis microrregiões compostas por 36 cidades, onde não há presença de unidades dessa instituição, o que sugere uma possibilidade de expansão nessas áreas descobertas, equivalente a 48% de todo o estado.

Ainda sobre a atuação do IFS, segundo o seu Relatório de Gestão em 2022, ano base 2021, essa autarquia possui um dinâmico modelo de negócio, que busca otimizar os recursos aplicados aos processos para gerar valor público. Dessa forma, para cumprir sua missão e atingir seus objetivos, possui um quadro de servidores efetivos e terceirizados, totalizando um mil e quinhentos e nove, sendo: quinhentos e três docentes, seiscentos e sessenta e nove técnicos administrativos e trezentos e trinta e sete terceirizados.

Quadro 2 - Quadro de servidores do IFS

| SERVIDORES                   |                             |               |
|------------------------------|-----------------------------|---------------|
| DOCENTES                     | TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS    | TERCEIRIZADOS |
| 503                          | 669                         | 337           |
| (54% Mestres e 36% Doutores) | (17% Mestres e 2% Doutores) |               |

FONTE: Relatório de Gestão do IFS 2022.

No que concerne a sua infraestrutura, apesar de necessitar de ampliações/melhorias físicas e tecnológicas, tem-se no IFS, uma boa composição para aplicabilidade de suas metas e objetivos enquanto EPT: dez campi, conforme visto anteriormente; cinco Pró-Reitorias (Ensino; Pesquisa, Extensão e Pós-graduação; Gestão de Pessoas; Administração e Desenvolvimento Institucional); duas Diretorias Sistêmicas; onze bibliotecas; cento e trinta e seis laboratórios; sete cantinas/refeitórios; dois centros de saúde escolar; e seis alojamentos.

Quadro 3 - Infraestrutura do IFS

| <b>INFRAESTRUTURA</b>                   |                                   |                                       |
|---|-----------------------------------|---------------------------------------|
| <b>CAMPI</b><br>10                      | <b>BIBLIOTECAS</b><br>11          | <b>LABORATÓRIOS</b><br>136            |
| <b>PRÓ-REITORIAS</b><br>5               | <b>DIRETORIAS SISTÊMICAS</b><br>2 | <b>REFEITÓRIOS/<br/>CANTINAS</b><br>7 |
| <b>CENTRO DE<br/>SAÚDE ESCOLAR</b><br>2 | <b>ALOJAMENTOS</b><br>6           |                                       |

FONTE: Relatório de Gestão do IFS 2022.

No que tange sobre a aplicação dos recursos financeiros no ano de 2021, segundo o Relatório de Gestão do IFS (2022), seu planejamento de estrutura orçamentária está dividido em quatro tipos de demandas:

1 - *orçamento custeio*, destinado a atender despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, em geral, são despesas para manutenção das atividades da instituição (contratos de serviços, locação de mão de obra, materiais de consumo, etc.); 2 – *orçamento capital* atua diretamente na formação ou aquisição de um bem de capital, trata-se do aumento da riqueza patrimonial (obras de construção; bens permanentes, imóveis); 3 – *assistência estudantil*, visando o atendimento aos alunos, através de bolsas de pesquisa, auxílios financeiros, etc.; 4 – *Pagamento de pessoal*, referente a folha de pagamento dos servidores efetivos da instituição. (IFS, 2022)

Quadro 4 - Recursos financeiros do IFS

| <b>RECURSOS FINANCEIROS</b>                       |   |
|---|---|
| <b>ORÇAMENTO CUSTEIO</b><br>R\$ 22.832.947,00     | <b>ORÇAMENTO CAPITAL</b><br>R\$ 597.687,00        |
| <b>ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL</b><br>R\$ 4.977.587,00 | <b>PAGAMENTO DE PESSOAL</b><br>R\$ 271.420.884,00 |

FONTE: Relatório de Gestão do IFS 2022.

Em relação aos resultados/impactos sociais para o cumprimento de sua missão – promover educação profissional, científica e tecnológica de qualidade através da articulação entre ensino, extensão, pesquisa aplicada e inovação para formação integral dos cidadãos - o IFS possui uma cadeia de valor composta por três macroprocessos:

1 – *gerencial/estratégico* - baseado na governança corporativa em quatro eixos (estratégia, liderança, riscos e controle), permitindo desenvolver as relações institucionais, a modernização organizacional, a gestão estratégica do negócio, além do controle interno; 2 – *finalístico* - busca gerir todas as interfaces relacionadas à educação e também, desenvolver a gestão do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e do ensino a distância; 3 – *suporte operacional* - fornece a sustentação estrutural ao sucesso dos demais macroprocessos no tocante à gestão de pessoas, tecnologia da informação, gestão orçamentária e administrativa, informação corporativa e assistência estudantil. (IFS, 2022).

Dessa forma, os macroprocessos coadunam com a busca da visão institucional, (consoante Figura 2) coexistindo para o fortalecimento da estrutura organizacional, visando à geração de valor público. Nesse ínterim, em 2021, todos os recursos aplicados aos processos resultaram nos impactos sociais, de acordo com o Quadro 05.

Quadro 5 - Resultados/impactos sociais do IFS

| CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS<br>18          | CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES<br>18                          | CURSOS TÉCNICOS CONCOMITANTES<br>4                  | CURSOS PROEJA<br>1                  | CURSOS SUPERIORES<br>18     | MESTRADOS PROFISSIONAIS<br>2 |
|---|---|---|-------------------------------------|-----------------------------|------------------------------|
| VAGAS/ TÉCNICOS INTEGRADOS<br>860         | VAGAS/ TÉCNICOS SUBSEQUENTES<br>1890                        | VAGAS/ TÉCNICOS CONCOMITANTES<br>240                | VAGAS/ CURSOS SUPERIORES<br>830     | VAGAS/ PROEJA<br>40         |                              |
| INSCRITOS/ TÉCNICOS INTEGRADOS<br>3638    | INSCRITOS/ TÉCNICOS SUBSEQUENTES<br>5294                    | INSCRITOS/ TÉCNICOS CONCOMITANTES<br>145            | INSCRITOS/ PROEJA<br>65             | INSCRITOS/ SUPERIOR<br>3838 |                              |
| MATRÍCULAS/ TÉCNICO INTEGRADOS<br>818     | MATRÍCULAS/ TÉCNICO SUBSEQUENTE<br>1493                     | MATRÍCULAS/ TÉCNICO CONCOMITANTE<br>79              | MATRÍCULAS CURSOS SUPERIORES<br>262 | MATRÍCULAS PROEJA<br>14     |                              |
| CONCLUINTES DOS TÉCNICOS INTEGRADOS<br>53 | CONCLUINTES DOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES<br>598                | CONCLUINTES DOS TÉCNICOS CONCOMITANTES<br>10        | GRADUADOS/ SUPERIOR<br>178          | MESTRES<br>17               |                              |
| MARCAS CONCEDIDAS<br>6                    | SOFTWARES REGISTRADOS NO INPI<br>11                         | PROJETOS DE PESQUISA<br>185                         | PROJETOS DE EXTENSÃO<br>136         | PROJETOS DE INOVAÇÃO<br>34  |                              |
| AÇÕES DE PESQUISA E INOVAÇÃO<br>35        | CURSOS DE EXTENSÃO<br>72                                    | ATIVIDADES CULTURAIS ARTÍSTICAS E DESPORTIVAS<br>33 | EVENTOS ACADÊMICOS<br>161           |                             |                              |
| ALUNOS ASSISTIDOS (AUXÍLIO PRAAE)<br>5337 | PROJETO ALUNOS CONECTADOS (CHIP DE INTERNET RPN/MEC)<br>276 | CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO DE TABLETS<br>1394          | CESTAS BÁSICAS<br>2997              |                             |                              |

FONTE: Relatório de Gestão do IFS 2022

No que concerne ao Quadro 05, verifica-se a disponibilização de sessenta e um cursos para a população sergipana, diversificados em: Técnicos Integrados, Subsequentes e Concomitantes; Proeja; Superiores; e Mestrados Profissionais, com oferta total de três mil e oitocentos e sessenta vagas no ano de 2021, sendo confirmadas 12.980 inscrições.

Todavia, após a realização dos processos seletivos para a participação nos cursos, foram realizadas 2.666 matrículas totais. Já em relação ao número de concluintes, tem-se a quantidade total de oitocentos e cinquenta e seis alunos, cujos cursos foram finalizados, correspondendo a 32,10% do total de matrículas.

Ao examinar esses dados, especialmente no que tange ao baixo número de conclusões, o Plano de Implementação de Controles do IFS, construído com base no cenário institucional para o enfrentamento da COVID – Doença originária do coronavírus SARS-CoV-2 causadora da Pandemia Mundial da COVID-19, iniciada em 2020 - fez um mapeamento dos riscos relacionados à área de ensino, de acordo com o grau de análise, conforme Relatório de Gestão do IFS:

1-gerenciamento inadequado pelos discentes do próprio tempo e do estudo; 2 – evasão escolar; baixo engajamento e desmotivação na execução das atividades do ensino remoto; 3 – comprometimento dos processos de ensino-aprendizagem, em virtude das suas necessidades de manutenção da vida; 4 – Comprometimento de parte significativa do conteúdo programático, como suporte à formação profissional e a realização de exames de larga escala. (p.26, 2022)

Desse modo, é válido ressaltar, consoante o Relatório acima, que o ano de 2021 foi marcado pelo agravamento da limitação orçamentária e pelas dificuldades impostas pelas restrições motivadas pela pandemia da COVID-19. Nesse sentido, a Pró-Reitoria de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação (PROPEX) e a Diretoria de Inovação e Empreendedorismo (DINOVE) priorizaram as ações de incentivo à manutenção das atividades de pesquisa, extensão e inovação dentro do contexto das limitações a que estiveram sujeitas essas atividades durante o ano.

Assim, em relação aos dados do Quadro 05, o IFS apresentou no ano corrente de 2021, o número de quatrocentos e sessenta e dois projetos, cursos e ações de pesquisa, extensão e inovação; cento e noventa e quatro eventos acadêmicos e atividades culturais; onze softwares registrados; e seis marcas concedidas, totalizando seiscentos e setenta e três atuações educacionais.

Portanto, conforme Nascimento (2020), a educação profissional e tecnológica não deve ser entendida como um mero instrumento de formação profissional de pessoas para atendimento das necessidades de um mercado de trabalho, devendo ser compreendida como um agente que potencializa uma educação para dar condições ao ser humano de

desenvolver sua capacidade de produzir conhecimentos oriundos de uma prática de interação com a realidade local.

Nesta perspectiva, tendo em vista os objetivos desta pesquisa, o próximo tópico abordará a relação da EPT com o desenvolvimento local.

### **3.3 – A EPT e o desenvolvimento local**

No tópico anterior, foi apresentada uma visão panorâmica do IFS e sua atuação no desenvolvimento socioeconômico do estado de Sergipe. Neste, far-se-á uma discussão sobre a relevância da EPT para o desenvolvimento local, iniciando com um passeio pela construção dessa temática. É válido salientar que a discussão teórica desta pesquisa está fundamentada na Teoria do Capital Humano, logo, o intuito desta seção não é realizar um aprofundamento sobre o debate de desenvolvimento local, mas dar amplitude à compreensão do objeto dessa pesquisa.

#### **3.3.1 – Um passeio pela temática do desenvolvimento econômico local**

Segundo Silva e Carvalho (2001), as teorias que tratam do desenvolvimento econômico passaram por várias mudanças de enfoque ao longo das décadas, onde os primeiros keynesianos debateram a questão da distribuição de renda como determinante da poupança e do crescimento. A noção de tornar o ciclo vicioso de poupança baixa e crescimento baixo em um ciclo virtuoso com a atuação do governo foi reiterada por Gunnar Myrdal em sua teoria da “causação circular”, onde reforça a ideia de que o desenvolvimento econômico tem que ser promovido necessariamente por meio de interferências políticas. A partir de então, o envolvimento do governo passou a ser considerada uma ferramenta crítica do desenvolvimento econômico.

Nos anos 50 e 60, o termo “desenvolvimento” significava praticamente o mesmo que “expansão industrial”, e somente após a Segunda Guerra Mundial o desenvolvimento nacional ganhou mais status nas discussões das agendas públicas de diversas nações. Desse modo, coube aos chamados estruturalistas, os “cepalinos”, levantar os problemas diferenciados dos países do terceiro mundo e à medida que o paradigma do desenvolvimento nacional conquistava os discursos e as práticas, sua dimensão geográfica, em distintas escalas (regional, local), no interior dos países, crescia em interesse analítico e em apelo político e social. (LINS, 2016).

Para Silva e Carvalho (2001), a análise econômica realizada pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), formada por Raul Prebisch, o brasileiro Celso Furtado e outros, chegou à conclusão da necessidade de protecionismo no comércio pelo bem dos países menos desenvolvidos, dando celebridade à chamada política de industrialização em substituição das importações que teve notável influência em vários países do terceiro mundo.

A teoria da Escola Estruturalista Latino-Americana permeava na responsabilidade do Estado, sendo este possuidor dos mais importantes centros de decisão, aparecia então como agente privilegiado para avaliar e realizar a síntese das inúmeras cadeias de reações provocadas pelas múltiplas decisões, cabendo a ele coordenar e arbitrar o processo, reparando as “falhas de mercado”.<sup>12</sup> (COSTA, 2010).

Para Silva e Carvalho (2001), estas ideias remetiam à Nova Teoria do Crescimento Econômico, cuja centralização de suas análises estava fortemente ligada aos fatores não econômicos e às falhas de mercado, a partir da presença de externalidades no processo de crescimento e desenvolvimento dos países menos desenvolvidos. Dessa maneira, as principais falhas de mercado são conhecidas como externalidades e bens públicos, onde esta externalidade está presente sempre que o bem-estar do consumidor ou as possibilidades de produção de uma firma são diretamente afetadas pelas ações de outro agente na economia.

Ainda conforme estes autores, nessa teoria, o crescimento é visto como um produto das forças econômicas endógenas aos sistemas de mercado descentralizados. Sendo assim, a economia pode atingir um equilíbrio de crescimento perpétuo através de suas forças internas e para que haja tal tipo de crescimento é necessário apenas que a tendência decrescente dos retornos do capital seja eliminada.

Neste ínterim, fatores como inovação tecnológica endógena (que surgem como resultado dos esforços dos agentes produtivos para maximizarem seus lucros), capital humano (ou seja, o estoque de conhecimento dos agentes econômicos) e os arranjos institucionais (incluindo aí a política governamental e a organização da sociedade civil) passam a assumir um papel crucial no crescimento contínuo da renda per capita em qualquer sistema econômico. Silva e Carvalho (2001), explicam esses fatores através das

---

<sup>12</sup> Falhas de mercado são quando os mercados trabalham de forma incorreta, gerando alocações de equilíbrio que podem gerar resultados ineficientes, sendo necessária a intervenção do governo para corrigi-las. Tais falhas podem ser: bens públicos (bens indivisíveis); externalidades (positivas ou negativas); concorrência imperfeita; informação assimétrica. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2011 Apud Rolim, 2017.p.17).

hipóteses dessa teoria:

1 - Incorporação do Capital Humano, onde se considera um conceito de capital amplo que incorpore componentes físicos e humanos essenciais; 2 - Learning-by-doing – (aprender-fazendo). Esta ideia foi introduzida na teoria do crescimento econômico por Arrow (1962) e usada por Romer (1986). Nesses modelos, a experiência com a produção ou investimento contribui para o incremento da produtividade. Também é suposto de forma complementar que o aprendizado realizado por um produtor incrementa a produtividade de outros através de um processo de transbordamento do conhecimento (spillovers of knowledge); 3 - C&T e P&D – Outra ideia de crescimento endógeno é que o nível tecnológico pode avançar não apenas por obra do acaso, mas antes ser função das despesas com “Pesquisa & Desenvolvimento”, ou seja, através de uma forma deliberada de se incrementar o nível tecnológico. (p. 472).

Em relação ao último fator, os autores explicam que o progresso tecnológico possibilitado por esse tipo de atividade pode gerar crescimento endógeno, a partir da eliminação dos retornos decrescentes ao nível agregado, especialmente se as melhorias nas técnicas pudessem estar repartidas de uma maneira não-rival<sup>13</sup> por todos os produtores. Esta não-rivalidade é plausível de ocorrer com relação aos avanços no conhecimento, isto é, no aparecimento de novas ideias úteis.

Dessa forma, um processo compartilhado de informações e a geração de novas tecnologias tendem também a desenvolver-se naquele espaço geográfico, onde cada empresa se beneficia ao conhecer, ainda que informalmente, o que está acontecendo com seus competidores e quais as tendências do setor tornando-se desse modo mais dinâmico e competitivo, ou seja, um grande setor composto de muitas empresas em uma região ligadas horizontal e verticalmente pode se beneficiar do crescimento local e ao mesmo tempo, beneficiar cada empresa e o local onde se insere. (SILVA e CARVALHO, 2001).

Portanto, a economia mundial sofreu profundas transformações na década de 1970 e 1980, decorrentes, principalmente, de fenômenos como o da globalização e da emergência de novos paradigmas tecnológicos, que criaram restrições à preservação das velhas formas de organização, aliadas ao declínio de regiões fortemente industrializadas e à rápida ascensão econômica de novas regiões, provocando alterações nas políticas de desenvolvimento regional<sup>14</sup>, que por sua vez, incorporaram à sua dinâmica econômica, os aspectos institucionais (formais e informais, tais como conhecimento, rotinas, capital

<sup>13</sup> Não-rival é característica sempre presente nos bens essencialmente públicos e se refere ao fato de que o consumo (ou utilização) por um agente não impede outro desse mesmo consumo. (Silva e Carvalho, 2001).

<sup>14</sup> Aqui, cabe destacar que as Teorias do Desenvolvimento Regional são de inspiração Keynesiana, inseridas na análise macroeconômica, e trazem como elemento comum, a existência de uma atividade econômica líder que propaga seu dinamismo para os demais setores da economia, gerando o crescimento. Trata-se do paradigma de cima para baixo, ou centro-abaixo, baseado numa força externa, exógena, que se instala na região e dá origem ao desenvolvimento. Seus quatro principais modelos são: a Teoria da Base de Exportação; O modelo de Causação Circular Cumulativa; modelo de Desenvolvimento Desigual e Transmissão Inter-regional do Crescimento; Polos de Crescimento. (Bellingieri 2017, p. 7-9).

social, e cultura, entre outros) e a valorização da capacitação local para o combate às desigualdades regionais. (FEITOSA 2005; COSTA, 2010 Apud SILVA 2021, p. 23).

No Brasil, a busca do desenvolvimento associada à industrialização dominou o pensamento e a política econômica nacional entre as décadas de 1950 e 1970, porém desapareceu da agenda pública nos anos de 1980, tendo em vista os problemas macroeconômicos (principalmente a inflação).

Contudo, a relativa estabilização monetária obtida em meados da década de 1990 abriu caminho para a discussão de questões mais estruturais da economia, tais como a distribuição de renda e o desenvolvimento (relacionado à valorização do local), fomentando o ressurgimento da temática do desenvolvimento regional/local, com a proliferação de programas de Pós-graduação em desenvolvimento e a difusão de políticas e estratégias governamentais voltadas à sua promoção. (BELLINGIERI, 2017).

Diante disso, de acordo com esse autor (ibidem), o termo “local” ganhou destaque no novo cenário econômico, político e social, exigindo um novo direcionamento de estratégias públicas e privadas em relação aos diversos espaços territoriais. Destarte, a responsabilidade pelo desenvolvimento antes creditada à escala nacional passou a ser de competência primaz da escala local, o que acabou desaguando na Teoria do Desenvolvimento Endógeno.

Nesse sentido, Bellingieri (2017) afirma que desenvolvimento local não é sinônimo de desenvolvimento municipal. É um conceito identificado com o paradigma do desenvolvimento endógeno, não se refere a uma escala geográfica determinada, mas, sim, a um território socialmente construído, podendo, portanto, remeter tanto ao desenvolvimento de uma cidade quanto ao de um grupo de cidades ou ao de uma região, embora muitas vezes acabe sendo utilizado como sinônimo de desenvolvimento de cidades.

Para Massuanganhe (2019), o desenvolvimento local envolve políticas e estratégias influenciadas pelos protagonistas locais. Além disso, tem como objetivo o de procurar, por meios endógenos, uma integração vantajosa de partilha de benefícios que vão impulsionar o desenvolvimento.

O processo de desenvolvimento deve ser equacionado numa matriz de interação de diferentes esferas de atuação: exercício do poder (governança); perspectiva de participação (mobilização e inclusão dos atores locais) e na perspectiva de desenvolvimento de capacidades e aptidões (fortalecimento). Estas três dimensões devem ser articuladas de forma convergente, no sentido de capitalizar as economias de escala e sinergias necessárias.

Nesta perspectiva, este autor (ibidem) afirma que a grande característica do processo de desenvolvimento local é o fato de os atores serem os principais agentes na identificação dos problemas, formulação de estratégias, tomada de decisões, implementação e avaliação. Assim, a força desse modelo vem da constatação de que os projetos que contam com a destacada participação da comunidade local são mais bem idealizados e conduzidos.

A crescente internacionalização da atividade econômica e a redefinição das funções clássicas do Estado modificam as escalas territoriais, fortalecendo os níveis de ação locais e regionais, elegendo as regiões e lugares como fontes de vantagens concorrenciais e os atores locais como determinantes da competitividade das atividades econômicas. Ou seja, na conceituação endógena, o desenvolvimento é adquirido por aspectos intrínsecos ao local, ao território, e pela sua capacidade de usar suas potencialidades de forma a conectar-se ao sistema econômico global. (BENKO 2001, Apud BELLINGIERI, 2017, p.16).

Por conseguinte, em oposição aos modelos oriundos das teorias do Desenvolvimento Regional, exógenos, *de cima para baixo*, o desenvolvimento endógeno supõe o território como fator estratégico de desenvolvimento, que parte das potencialidades socioeconômicas originais do local, enraizadas nas condições locais, *de baixo para cima*. O desenvolvimento poderia ser alcançado não pela capacidade do território em atrair atividades econômicas dinâmicas, mas, sim, por gerar internamente estas atividades. (AMARAL FILHO Apud BELLINGIERI 2017, P.17).

Dessa forma, de acordo com Muls (2008), o território se torna um agente de transformação e não mero suporte de recursos e atividades econômicas, ou seja, ao endogeneizar o papel do território, pode-se dizer que cada grupo de instituições e de organismos locais responsáveis por estas trajetórias de crescimento é específico ao território, sendo um produto de seu próprio contexto e o resultado de sua própria construção.

A mobilização dos atores locais, a formação de redes entre organismos e instituições locais e uma maior cooperação entre empresas situadas em um mesmo território são instrumentos que têm possibilitado aos territórios novas formas de inserção produtiva e uma atenuação das desigualdades sociais. Esses mecanismos não substituem a ação do mercado ou a ação estatal, mas sobrepõem-se a estas na medida em que o território elabora, a partir de suas instituições próprias e de seus organismos específicos, uma estratégia de desenvolvimento local. (MULS, 2008).

Neste contexto, Costa (2010) destaca a importância dos aglomerados territoriais de empresas que devem envolver não apenas empresas, mas também outros agentes locais,

como organismos de pesquisa, educação e treinamento, na forma de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais. Assim, como parte derivada da Teoria do Desenvolvimento Endógeno, chamada de nova geração de políticas industriais, surgiu o Arranjo Produtivo Local (APL), assim definido:

Espaço social, econômico e historicamente construído através de uma aglomeração de empresas (ou produtores) similares e/ou fortemente interrelacionadas, ou interdependentes, que interagem numa escala espacial local definida e limitada através de fluxos de bens e serviços. Para isto, desenvolvem suas atividades de forma articulada por uma lógica socioeconômica comum que aproveita as economias externas, o binômio cooperação-competição, a identidade sociocultural do local, a confiança mútua entre os agentes do aglomerado, as organizações ativas de apoio para a prestação de serviços, os fatores locais favoráveis (recursos naturais, recursos humanos, cultura, sistemas cognitivos, logística, infraestrutura etc.), o capital social e a capacidade de governança da comunidade. (Costa 2010, 126-127)

Para o autor acima, esta definição une a visão de uma aglomeração de produtores ao conceito de território, como um espaço resultante de uma construção sociopolítica, na qual há projetos discordantes, porém sinalizado pela necessidade de se construir as bases de um efetivo pacto territorial em prol do desenvolvimento da localidade e da região, sobrepujando interesses deletérios e endogeneizando centros decisórios. Ou seja, uma das principais vantagens do foco em APLs está no fato de ser uma abordagem que vai além das tradicionais visões baseadas na empresa individual, no setor produtivo ou na cadeia produtiva, estabelecendo um nexo efetivo entre as atividades produtivas e o território.

Para que haja uma evolução de um simples aglomerado geográfico de empresas para um arranjo produtivo e, logo em seguida para um sistema produtivo e inovativo local, é necessário que haja a geração e/ou introdução de inovações no aglomerado e o fortalecimento da capacidade de aprender dos indivíduos e empresas e da difusão desse conhecimento por todo o conjunto de empresas locais.

Assim, os formatos organizacionais que privilegiam a interação e a atuação conjunta dos diversos agentes econômicos mostram-se mais adequados para promover a geração, aquisição e difusão do conhecimento e inovação, proporcionando a criação de vantagens competitivas duradouras para as regiões onde estão circunscritos. Com isso, ganham importância os processos de aprendizagem e a capacidade das empresas e regiões em adquirir conhecimentos e usá-los de maneira eficiente. (FEITOSA, 2005 Apud Silva 2021, p.37-38).

Ainda conforme estes autores, a capacidade de aprendizado e a interação entre empresas criam um ambiente favorável para a geração e difusão do conhecimento. Nesse âmbito, a existência de capacidades locais para interpretação dos conhecimentos

codificados e a difusão do conhecimento tácito<sup>15</sup>, via interação, tornam a inovação localizada e restrita aos agentes envolvidos, favorecendo a formação de sistemas produtivos com concentração geográfica e promovendo o desenvolvimento econômico da região.

O processo de inovação<sup>16</sup> por intermédio do conhecimento é visto como um recurso chave e uma fonte de vantagens competitiva entre empresas em um ambiente crescentemente competitivo, porém a obtenção e o tratamento adequado da informação são ações essenciais para se chegar ao conhecimento, requisito fundamental para alcançar a inovação.

Desse jeito, o bem-estar de indivíduos, organizações e países assentam crescentemente na criação, difusão e utilização de conhecimento. (REIS, 2008).

Segundo Becker (2006) as inovações são capazes de gerar vantagens competitivas em médio e longo prazo e são essenciais para a sustentabilidade das empresas e dos países no futuro e têm a capacidade de agregar valor aos produtos de uma empresa, diferenciando no ambiente competitivo, ou seja, aqueles que inovam ficam em posição de vantagens em relação aos demais.

A corrente evolucionária ou neo-schumpeteriana percebe a inovação como resolução de um processo complexo e contínuo de experiências nas relações entre ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento nas instituições acadêmicas, indústrias e governo, e somente através da interação desses três atores, conhecido como “Tríplice Hélice”, é possível criar um sistema de inovação sustentável e durável na era da economia do conhecimento (ANDRADE, 2016).

Segundo Mello (2016), esta aliança provedora de conhecimento praticada entre universidade/ICT, empresas e setor público existe há muitos anos em países desenvolvidos, e o Brasil precisa se inserir (em uma proporção maior) em padrões de desenvolvimento centrados na inovação para alavancar os processos de desenvolvimento socioeconômico e cultural e a competitividade entre as empresas.

---

<sup>15</sup> O conhecimento codificado é apresentado sob a forma de informação, por meio de manuais, livros, revistas técnicas, software, fórmulas matemáticas, documentos de patentes, bancos de dados etc.. A codificação permite que o conhecimento seja transmitido, manipulado, armazenado e reproduzido. Já o conhecimento tácito envolve habilidades e experiências pessoais ou de grupo, apresentando um caráter mais subjetivo. O conhecimento tácito permite a diferenciação da capacitação entre diferentes empresas, pois constitui uma vantagem competitiva única e a forma mais comum de adquiri-lo é através da experiência e/ou contratação de profissionais experientes de outras empresas. (Tigre 2014).

<sup>16</sup> . A palavra inovar vem do latim *innovare* que significa tornar novo, renovar, portanto inovação é o ato de inovar, ou seja, Inovação é um processo que vai desde a invenção de um novo elemento até seu desenvolvimento para uso comercial, o que significa sua utilização pela sociedade (ANDRADE 2016).

Segundo Silva (2021) o termo Tríplice Hélice foi estabelecido por Henry Etzkovitz em meados dos anos 1990, para descrever o modelo de inovação com base na relação governo-universidade-indústria, onde, somente através da interação desses três atores é possível criar um sistema de inovação sustentável e durável na era da economia do conhecimento.

Figura 5 - Hélice Tríplice



FONTE: Site ConectaPI

Reis (2008) explica esse relacionamento da seguinte forma: a busca por recursos humanos altamente qualificados e ao conhecimento atual da ciência e da tecnologia fizeram as empresas se aproximarem das universidades/ICTs, que por sua vez, hoje são solicitadas a expandir o seu universo de atuação, por intermédio de maior interação com outros segmentos sociais, aumentando o seu retorno para a sociedade.

Nesse sentido, conforme este autor (ibidem), a complexidade e o alcance das atividades e das pesquisas científicas/tecnológicas necessárias para dar suporte ao desenvolvimento tecnológico receberam maior importância e, por conseguinte, surgiu um terceiro ator, o Governo, com o intuito de viabilizar, facilitar e garantir a manutenção das relações entre a universidade/ICTs e a empresa.

Esse relacionamento está aumentando à medida que a inovação tecnológica assume o estatuto social de fator muito importante para o desenvolvimento econômico das sociedades capitalistas. Assim, a intervenção do governo no mercado pode fazer com que o resultado de determinados mercados se tornem mais eficientes, uma vez que o Estado atua na correção das falhas de mercado, buscando o bem-estar para toda a sociedade. Portanto, nesse viés, iniciar-se-á o último tópico desse capítulo.

### 3.3.2 – Os Institutos Federais e as contribuições para o desenvolvimento local

Conforme visto no final do tópico anterior, a Inovação (Marketing, Organizacional e Tecnológica<sup>17</sup>) ganhou mais destaque a partir do relacionamento estabelecido pela Tríplice Hélice, tornando-se um marco na era da economia do conhecimento. Aqui, vale o destaque para a Inovação Tecnológica, sendo esta peça fundamental na atuação dos IFs, enquanto instituto de ciência e tecnologia.

A Inovação Tecnológica é entendida como a transformação do conhecimento em produtos, processos e serviços que possam ser colocados no mercado, ou seja, “é toda novidade implantada pelo setor produtivo, por meio de pesquisa ou investimentos e que aumenta a eficiência do processo produtivo ou que implica um novo ou aprimorado produto.” (ANDRADE, 2016, P.33).

Ainda conforme este autor, a inovação tecnológica não é restrita às empresas de grande porte, nem tampouco somente a empresas privadas, como também não é processo estático, trata-se de um processo dinâmico, envolvendo fontes internas e externas.<sup>18</sup>

Desta forma, as políticas de inovação tecnológica no Brasil obtiveram maior visibilidade no ano de 2004 através da promulgação da Lei 10.973, conhecida como Lei de Inovação, regulamentada pelo Decreto nº 5.563 de 2005, onde ficaram estabelecidas medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do país, além de ter denominado as universidades e institutos federais como ICTs.

Em torno da Lei de Inovação Tecnológica estão organizados três eixos: a constituição de ambiente propício à constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação, envolvendo empresas, ICTs e entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento; o estímulo a parcerias estratégicas de ICTs no processo de inovação; e o incentivo à inovação nas empresas. Nesse sentido, essas instituições de ensino devem seguir diversos

---

<sup>17</sup> A inovação de marketing consiste na implementação de novos métodos de marketing, envolvendo melhorias significativas no design do produto ou embalagem, preço, distribuição e promoção, já a inovação organizacional, segundo o Manual d'Oslo pode ser definida como a implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas. (ANDRADE, 2016, p. 33 e 35)

<sup>18</sup> As fontes internas envolvem as atividades direcionadas para o desenvolvimento de produtos e processos para a obtenção de melhorias incrementais por meio de programas de qualidade, treinamento e aprendizado organizacional; e as fontes externas envolvem a conquista de informações codificadas, consultorias, licenças de fabricação de produtos ou tecnologias inseridas em máquinas e equipamentos. (ANDRADE, 2016).

princípios, dentre eles, é coerente destacar àqueles relacionados ao desenvolvimento:

1 - promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social; 2 - redução das desigualdades regionais; 3 - descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada ente federado; 4 - promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas; 5 - estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos no País; 6 – promoção de competitividade empresarial e incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia; 7 - utilização do poder de compra do Estado para fomento à inovação. (Art. I da Lei 10.973 de 2004 e sua alteração, Lei 13.243 de 2016).

Como pode ser visto na citação acima e no regulamento desta lei, a administração pública direta, autárquica e fundacional, incluídas as agências reguladoras e as agências de fomento passaram a gerar mais estímulos e apoios visando a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação que envolvam empresas, ICTs e entidades privadas sem fins lucrativos destinados às atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia, aspirando ainda a formação e a capacitação de recursos humanos qualificados.

Nesse ínterim, as ICTs são, atualmente, motores de desenvolvimento, capazes de gerar novas riquezas: o conhecimento, por sua vez, gerador de inovações. Ou seja, o desenvolvimento não é mais pautado apenas na capacidade de recursos minerais que um território possui, mas também no seu capital humano, capaz de gerar novos produtos inovadores, pautados na informação.

Nesse viés, percebe-se a relevância dessas instituições de ensino para o desenvolvimento socioeconômico local que pode ser analisado a partir de várias vertentes, das quais se destacam a implantação de instituições de ensino e pesquisa, responsáveis não somente pela formação de mão de obra qualificada, mas pela geração de um conjunto de conhecimentos multiplicadores de produtos, técnicas, tecnologias e de novos conhecimentos, se constituindo em um espiral do ciclo da produção científica.

As políticas de desenvolvimento local assumiram um papel de destaque na promoção do desenvolvimento econômico, em decorrência das transformações ocorridas nos processos produtivos que tendem a valorizar cada vez mais o conhecimento e a informação.

Desta maneira, a promoção do desenvolvimento local ou regional canaliza esforços

dos quais as ICTs geralmente participam. A razão é o papel educacional e produtor/difusor de conhecimento dessas instituições, cuja importância foi amplificada pelos desafios da globalização, muito exigentes em termos de processos de aprendizagem e inovação. Argumenta-se ser crucial suas atividades “alcançarem” o entorno territorial, sobretudo quanto à pesquisa, com transbordamento que transfira conhecimento, estimule a aprendizagem e impulse a inovação, ajudando a resolver problemas concretos (LINS, 2016).

Nesse sentido, apontamos a fundamental participação dos IFs (enquanto ICT), visto que o processo de expansão da Rede Federal tem enorme relevância para o desenvolvimento local (inclusive, regional) tendo em vista, o estreitamento territorial, favorecendo a estruturação das políticas públicas educacional e tecnológica, especialmente, nas regiões mais periféricas, contribuindo para a redução das desigualdades sociais regionais, ampliando a oferta da qualificação de mão de obra, tornando-a mais acessível à população local.

Esse estreitamento com o território e, por conseguinte, a contribuição para o desenvolvimento local e regional, é um dos objetivos elencados pelo Ministério da Educação (MEC) para justificar a importância da expansão da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica.

A preocupação com o desenvolvimento socioeconômico como objeto de ação dos IFs pode ser visto a partir da Lei 11.892 de 2008 – Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - através da redação do art. 6º que traz por característica principal a oferta da educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. No entanto, cabe destacar algumas finalidades importantes, conforme os incisos abaixo:

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico; IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (BRASIL, Lei 11.892/2008).

Outrossim, os objetivos descritos no artigo 7º dessa Lei ratificam a observância das finalidades e características citadas acima, demonstrando seu papel enquanto instituições

de ensino, pesquisa e extensão que se tornam assim, agentes econômicos de formação profissional, de qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho, aprimoramento das competências científicas e tecnológicas orientadas ao estímulo e fortalecimento dos arranjos produtivos locais, consoante os incisos de I ao VI, porém aqui vale destacar:

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

A partir da interpretação dos incisos supracitados, percebe-se a essência de atuação dos IFs, o estímulo e apoio à qualificação do cidadão, através do ensino, pesquisa e extensão, visando sua evolução enquanto ser humano e profissional, e conseqüentemente, contribuindo para a qualidade de vida do indivíduo e sua inserção no mercado de trabalho, com a perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Neste sentido, para Freitas e Carvalho (2020), os IFs cumprem importante missão, atribuída por lei, de suporte aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Um dos mecanismos previstos para o cumprimento de seu mister é a realização da pesquisa aplicada, com vistas ao atendimento das necessidades dos setores produtivos que interagem com os campi em suas regiões de abrangência, ocupando um papel de destaque na interiorização da educação profissional e tecnológica.

Dentro dessa mesma lógica, Castioni e Carvalho (2012 apud Silva 2021) afirmam que a missão dos Institutos Federais é a promoção da Justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como, a busca de soluções técnicas e de novas tecnologias. Dessas instituições, portanto, é esperado que respondam às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimento e por suporte aos arranjos produtivos locais.

Mello (2016) corrobora dizendo que as Instituições de Ciência e Tecnologia, desempenham um papel fundamental na geração de inovação, pois têm como finalidade acadêmica auxiliar no desenvolvimento econômico e social do seu entorno. Desse modo, os IFs se ocupam de forma substantiva, de um trabalho mais contributivo, intrinsecamente voltado para o desenvolvimento local e regional, entendendo desenvolvimento local e

regional como a melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas. (MEC, 2008).

Pacheco (2011) por sua vez, afirma que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de Educação Profissional e Tecnológica do governo federal. Nesse âmbito, enquanto política pública, os IFs assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas, ao estabelecer uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais.

Portanto, considera-se que os Institutos Federais de Educação se apresentam como uma importante estrutura institucional, com autonomia política pedagógica, financeira e administrativa que atua na consolidação das políticas educacionais no âmbito da escolarização e profissionalização, capaz de ofertar cursos que atendem à população em geral e suas necessidades de aquisições de novos conhecimentos, tanto científicos, como tecnológicos, fornecendo a qualificação da força de trabalho necessária para o mercado, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Por fim, considerando todas as contribuições dos IFs apontadas nesse tópico, bem como, a relevância do processo de interiorização, levando unidades de ensino federal para regiões territorialmente mais estratégicas e carentes de EPT, o próximo capítulo abordará os resultados desse processo de expansão da RFEPT no entorno local de Itabaiana - SE.

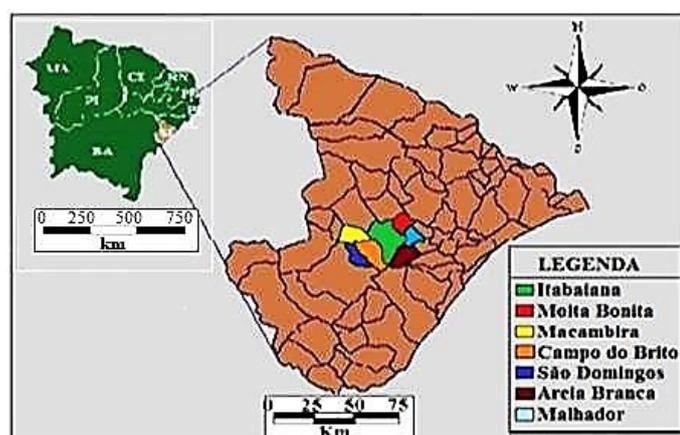
## CAPITULO 4 – O IFS-ITABAIANA E A CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Este capítulo tem por objetivo estudar a presença do Instituto Federal de Sergipe em Itabaiana, demonstrando suas contribuições para o desenvolvimento local. Para isso, faz-se necessário apresentar a dinâmica socioeconômica dos municípios da Microrregião do Agreste de Itabaiana, analisando a representatividade e a relevância desta cidade no âmbito local. É interessante mencionar que a profundidade da análise socioeconômica se dará no município de Itabaiana, visto que é o centro dinâmico da microrregião e onde há a instalação do IFS, o que reforça a necessidade de estudá-lo. Fár-se-á em seguida, um estudo sobre a implantação do IFS nessa cidade e sua atuação nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, a fim de estabelecer um diálogo de dimensão prática sobre o transbordamento positivo do IFS – enquanto EPT - para o desenvolvimento local, exprimindo seus resultados no âmbito qualitativo e quantitativo.

### 4.1 Dinâmica socioeconômica da Microrregião do Agreste de Itabaiana e a representatividade do município de Itabaiana

A Microrregião do Agreste de Itabaiana, localizada na mesorregião do Agreste de Sergipe, é umas das treze que constituem esse estado, sendo composta por sete municípios: Areia Branca, Campo do Brito, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita e São Domingos, em conformidade com a Figura 06.

Figura 6 - Microrregião do Agreste de Itabaiana



FONTE: site do Researchgate

Ademais, possui uma população total de, aproximadamente, 176.317 habitantes,

representando 7,54% da população de Sergipe que tem 2.338.474 pessoas, segundo estimativa do IBGE para o exercício de 2021. A microrregião de Itabaiana detém uma área territorial de 1.123,75 km<sup>2</sup>, equivalente a 5,12% da área total sergipana, dimensionada em 21.938,19 km<sup>2</sup>, conforme Tabelas 01 e 02.

TABELA 01 – Dados Socioeconômicos - Microrregião do Agreste de Itabaiana e Sergipe

| Municípios                 | População Estimada 2021 | Área Territorial 2021( km <sup>2</sup> ) | IDHM 2010 | PIB per capita 2020 (R\$) | Pessoal Ocupado 2020 |
|----------------------------|-------------------------|--|-----------|---------------------------|----------------------|
| Areia Branca               | 18.825                  | 148,13                                   | 0,579     | 12.373,50                 | 1.178                |
| Campo do Brito             | 18.325                  | 201,51                                   | 0,621     | 12.593,25                 | 1.684                |
| Itabaiana                  | 96.839                  | 337,29                                   | 0,642     | 19.906,73                 | 17.763               |
| Macambira                  | 7.002                   | 137,49                                   | 0,583     | 12.476,46                 | 543                  |
| Malhador                   | 12.689                  | 101,89                                   | 0,587     | 13.598,47                 | 792                  |
| Moita Bonita               | 11.361                  | 95,41                                    | 0,587     | 19.567,68                 | 868                  |
| São Domingos               | 11.276                  | 101,99                                   | 0,588     | 10.179,10                 | 693                  |
| Total/Média-Microrregião   | 176.317                 | 1.123,75                                 | 0,598     | 14.385,03                 | 23.521               |
| Sergipe                    | 2.338.474               | 21.938,19                                | 0,665     | 19.583,07                 | 366.054              |
| Itabaiana/Microrregião (%) | 54,92                   | 30,02                                    | 107,35    | 138,38                    | 75,52                |
| Microrregião/Sergipe (%)   | 7,54                    | 5,12                                     | 89,95     | 73,46                     | 6,43                 |

FONTE: Elaboração própria baseada no site do IBGE (2022).

TABELA 02 – Dados Socioeconômicos - Microrregião do Agreste de Itabaiana em relação ao estado de Sergipe (%)

| Municípios     | População Estimada 2021(%) | Área Territorial 2021( %) | IDHM 2010 (%) | PIB per capita 2020 (%) | Pessoal Ocupado 2020 (%) |
|----------------|----------------------------|---------------------------|---------------|-------------------------|--------------------------|
| Areia Branca   | 0,81                       | 0,68                      | 87,07         | 63,18                   | 0,32                     |
| Campo do Brito | 0,78                       | 0,92                      | 93,38         | 64,31                   | 0,46                     |
| Itabaiana      | 4,14                       | 1,54                      | 96,54         | 101,65                  | 4,85                     |
| Macambira      | 0,30                       | 0,63                      | 87,67         | 63,71                   | 0,15                     |
| Malhador       | 0,54                       | 0,46                      | 88,27         | 69,44                   | 0,22                     |
| Moita Bonita   | 0,49                       | 0,43                      | 88,27         | 99,92                   | 0,24                     |
| São Domingos   | 0,48                       | 0,46                      | 88,42         | 51,98                   | 0,19                     |
| Total/Média    | 7,54                       | 5,12                      | 89,95         | 73,46                   | 6,43                     |

FONTE: Elaboração própria baseada no site do IBGE (2022).

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), apenas com dados do IBGE 2010, a Microrregião do Agreste de Itabaiana registra uma média de 0,598, aproximadamente 10% abaixo do índice estadual, 0,665. O PIB per capita no ano de 2020 tem uma média microrregional de R\$ 14.385,03, inferior 26,54% no que concerne o valor de Sergipe, 19.583, 07. Por fim, o pessoal ocupado compreende 23.521, correspondendo a 6,43% em relação à ocupação no estado, consoante Tabela 01 e 02.

Partindo para uma análise individual, verifica-se na Tabela 01, a relevância do município de Itabaiana em todos os indicadores socioeconômicos da Microrregião do Agreste de Itabaiana: o mais populoso com 54,92% do total estimado em 2021; possui a maior área territorial com 30,02% do território total.

Itabaiana apresenta o melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal com 0,642 no ano de 2010. No que concerne ao PIB per capita com R\$ 19.906,73 no ano de 2020, detém o melhor indicador da Microrregião do Agreste de Itabaiana, superando o estado de Sergipe que deteve nesse ano o valor de R\$ 19.583,07. Em relação à ocupação de pessoal, Itabaiana conduz um percentual muito expressivo, correspondente a 75,52% da quantidade total, revelando a sua atuação fundamental para o mercado de trabalho local.

Conforme a averiguação da Tabela 01, em termos de representatividade populacional, o município de Areia Branca ocupa a segunda posição com 10, 68%, bem próximo de Campo do Brito que possui 10,39%. Malhador com 7,20 % detém a quarta maior população da Microrregião do Agreste de Itabaiana, seguida dos municípios de Moita Bonita 6,44% e São Domingos 6,39%. A última colocação é da cidade de Macambira com 3,97%. (IBGE 2022).

Em relação à área geográfica, o município de Campo do Brito ocupa a segunda posição com 17,93 %, seguido dos municípios de Areia Branca 13,18%, Macambira 12,24%; São Domingos e Malhador com 9,08% e 9,07%, respectivamente. Por fim, Moita Bonita completa a totalidade territorial com 8,49%.

No que se refere à apresentação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, - excetuando, Itabaiana e Campo do Brito com valores de 0,64 e 0,62, nesta sequência - verifica-se uma grande proximidade entre o restante dos municípios com média aproximada de 0,58, conforme dados do IBGE em 2010.

Acerca do PIB per capita, constata-se que Moita Bonita detém a segunda posição na Microrregião do Agreste de Itabaiana, com o valor de 19.567,68. 13,55%. Na sequência regressiva, têm-se os municípios: Malhador com 13.598,47; Campo do Brito, 12.593,25; Macambira, 12.476,46; Areia Branca, 12.373,50; São Domingos, 10179,10 – todos os

valores expressos em R\$.

A respeito da ocupação do pessoal, existe uma discrepância gritante entre Itabaiana que ocupa a primeira posição com 75,52% e os demais municípios (seis) que juntos somam o percentual de 24,48.

No que concerne à análise do número de estabelecimentos por setores da economia, consoante Tabela 03, observa-se que o Setor de Comércio predomina em todos os municípios da microrregião do Agreste de Itabaiana, com uma taxa de 45,36 %, em relação ao total de estabelecimentos, seguido pelos setores: Serviços com 29,75%; Indústria, 9,86 %; Construção Civil, 8,10 % e Agropecuária com 6,92 %.

TABELA 03 – Estabelecimentos por grandes setores - Microrregião do Agreste de Itabaiana e Sergipe - 2021

| Municípios                | Indústria | Construção Civil | Comércio | Serviços | Agropecuária | Total         |
|---------------------------|-----------|------------------|----------|----------|--------------|---------------|
| Areia Branca              | 10        | 0                | 40       | 31       | 22           | <b>103</b>    |
| Campo do Brito            | 31        | 54               | 102      | 65       | 34           | <b>286</b>    |
| Itabaiana                 | 199       | 158              | 971      | 609      | 101          | <b>2.038</b>  |
| Macambira                 | 10        | 0                | 19       | 17       | 14           | <b>60</b>     |
| Malhador                  | 2         | 1                | 25       | 22       | 6            | <b>56</b>     |
| Moita Bonita              | 10        | 1                | 50       | 45       | 7            | <b>113</b>    |
| São Domingos              | 7         | 7                | 31       | 23       | 5            | <b>73</b>     |
| Microrregião de Itabaiana | 269       | 221              | 1.238    | 812      | 189          | <b>2.729</b>  |
| Sergipe                   | 2.196     | 1.747            | 11.142   | 11.471   | 2.058        | <b>28.614</b> |

FONTE: Elaboração própria baseada na RAIS 2021.

OBS.: RAIS negativa = Não

Em concordância com a Tabela 03, ao contemplar os estabelecimentos relacionados a Sergipe, constata-se que os setores de Comércio e Serviços são os mais importantes para o estado, representando um percentual conjunto de 79% no ano de 2021 (28.614). Na sequência, têm-se, os setores da Indústria com 7,67%; Agropecuária, 7,19%; e por fim, o setor de Construção Civil com 6,10%. Desta forma, confirma-se a força terciária na economia sergipana.

No que tange à representação da Microrregião do Agreste de Itabaiana em relação ao estado de Sergipe, percebe-se uma correspondência de 9,53% do total de estabelecimentos por setores existentes no ano de 2021 (28.614). Destes, os mais importantes são Comércio e Serviços, que juntamente perfazem um percentual de 9,06% acerca do quantitativo total destes setores no estado (22.613).

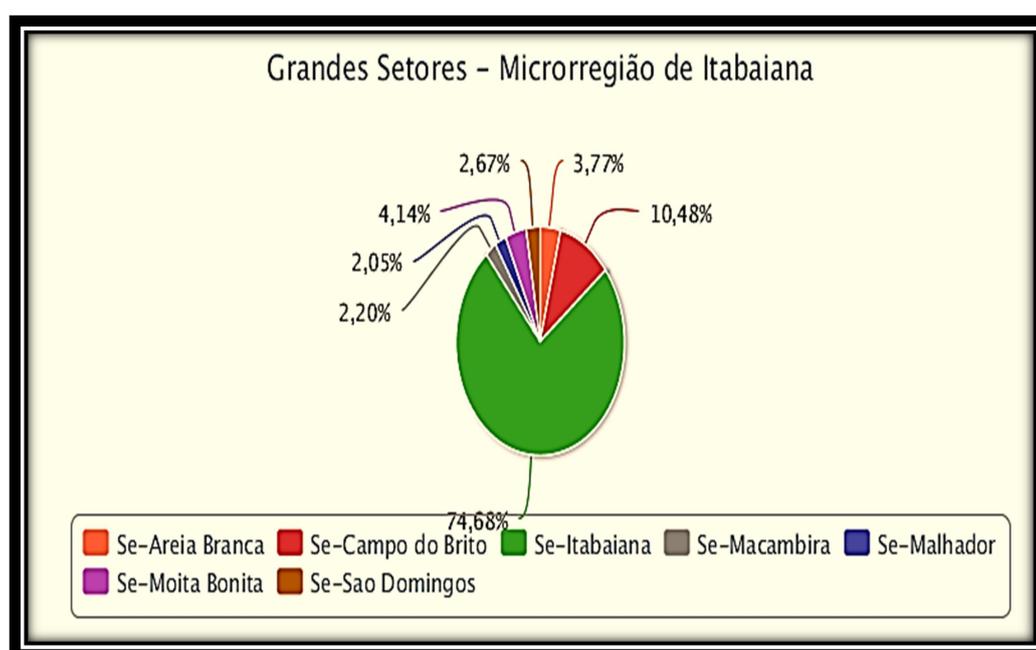
Ainda em consonância com a Tabela 03, no que se refere à proporcionalidade por

setor, a Microrregião do Agreste de Itabaiana representa 12,24% da Indústria de Sergipe. O setor de Construção Civil corresponde a 12,65% e o Agropecuário, 9,18% em relação ao estado. Logo, a partir destes dados, compreende-se a distribuição dos tipos de cursos do IFS ofertados em todo o estado de Sergipe, consoante Quadro 01 constante no tópico 3.2, capítulo 3, desta dissertação.

É interessante notar a expressiva representatividade do município de Itabaiana na estrutura setorial citada na Tabela 03, possuindo 2.038 dos 2.729 estabelecimentos existentes na microrregião em destaque, perfazendo 74,68 % do total. Na sequência estão os municípios de: Campo do Brito com 10,48%; Moita Bonita, 4,14%; Areia Branca, 3,77%; São Domingos, 2,67%; Macambira, 2,20%. Já a menor participação pertence à cidade de Malhador, equivalente a 2,05 %, conforme o Gráfico 03.

É válido ressaltar que, dentro da verificação do grande setor de Serviços, está o setor da Administração Pública, detendo 27 estabelecimentos, equivalente a 3,32% em relação ao número total do grupo (812), sendo que em todos os municípios possuem 4 estabelecimentos, exceto a cidade de Malhador, com apenas, 3 estabelecimentos, conforme a RAIS 2021.

Gráfico 3 - Estabelecimentos por Grandes Setores da Economia– Microrregião de Itabaiana



FONTE: RAIS 2021

OBS.: RAIS negativa = Não

Partindo para uma análise sobre os vínculos empregatícios (CLT e Estatutários<sup>19</sup>) na Microrregião do Agreste de Itabaiana, de acordo com a RAIS no ano de 2021, constata-se a predominância de empregos no Setor da Administração Pública em todos os municípios, exceto Itabaiana (19,12%), a saber: Areia Branca com 47,73%; Campo do Brito 36,81%; Macambira, 53,98%; Malhador, 74,23%; Moita Bonita, 55,78%; e São Domingos, 67,86%.

É interessante notar que os dados aludidos referenciam a típica relevância do setor público em municípios pequenos, porém explicam o provável baixo investimento nos outros setores da economia (serviços e indústrias, por exemplo), consoante Tabela 04.

TABELA 04 - Dados sobre Vínculos Empregatícios – Microrregião de Itabaiana - 2021

| Municípios                | Indústria | Construção Civil | Comércio | Serviços | Adm Pública | Agropecuária | Total          |
|---------------------------|-----------|------------------|----------|----------|-------------|--------------|----------------|
| Areia Branca              | 118       | 0                | 172      | 140      | 589         | 215          | <b>1.234</b>   |
| Campo do Brito            | 293       | 175              | 315      | 263      | 635         | 44           | <b>1.725</b>   |
| Itabaiana                 | 2.561     | 447              | 6.549    | 4.097    | 3.277       | 202          | <b>17.133</b>  |
| Macambira                 | 139       | 0                | 45       | 24       | 264         | 17           | <b>489</b>     |
| Malhador                  | 15        | 11               | 68       | 93       | 556         | 6            | <b>749</b>     |
| Moita Bonita              | 15        | 4                | 184      | 119      | 415         | 7            | <b>744</b>     |
| São Domingos              | 104       | 15               | 63       | 61       | 549         | 17           | <b>809</b>     |
| Microrregião de Itabaiana | 3.245     | 652              | 7.396    | 4.797    | 6.285       | 508          | <b>22.883</b>  |
| Sergipe                   | 50.442    | 16.996           | 68.351   | 134.574  | 110.115     | 11.592       | <b>392.070</b> |

FONTE: Elaboração própria baseada na RAIS 2021.

OBS.: Ind Rais Negativa = Não

Ao observar os dados sobre o estado de Sergipe, consoante Tabela 04, assimila-se a predominância do setor de serviços, ao representar 34,32% do total (392.070) de vínculos por setores em 2021. Entretanto, nota-se também a relevância do setor público com 28,08% da empregabilidade, o que supõe-se ser uma característica prevalente no estado de Sergipe.

<sup>19</sup> A Consolidação das Leis do Trabalho, cuja sigla é CLT, regulamenta as relações trabalhistas, tanto do trabalho urbano quanto do rural. Já o regime estatutário é definido pela lei 8.112 de 1990 que estabelece o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Federais.

Sugestiona-se ainda a possibilidade de expansão de indústria que corresponde apenas a 12,86% no ano de 2021 (publicação mais recente da RAIS).

No que concerne à representação da Microrregião do Agreste de Sergipe em relação a Sergipe, verifica-se que a participação dessa Microrregião nos vínculos empregatícios é de apenas 5,83% da empregabilidade estadual (392.070). Destes, os mais relevantes são os setores de Comércio, Administração pública e Serviços, com percentual de 10,82% (7.396), 5,70% (6.285) e 3,56%(4.797) em relação aos seus respectivos setores no estado. Portanto, enxerga-se que a maior representatividade no número de empregos da Microrregião acerca de Sergipe está no setor de comércio.

Em uma apuração individual sobre os dados de vínculos empregatícios, percebe-se através das tabelas 01 e 04 que o município de Areia Branca, situado na base da Serra de Itabaiana, tem uma população estimada de 18.825 e 1.234 habitantes com vínculos empregatícios no exercício de 2021, correspondendo a apenas 6,55% de ocupação. A principal atuação na geração de empregos pertence ao setor público 47,73% – característica preponderante em pequenas cidades.

Em seguida, esse município possui um forte alicerce no setor agropecuário com 17,42% do total de vínculos empregatícios, principalmente devido ao cultivo de cereais, cana-de-açúcar, horticultura (grande produtor de coentro do estado de Sergipe); na pecuária com criação de bovinos, suínos e muares; criação de galináceos.

Na sequência, o setor de comércio representa 13,94% (comércio têxtil, combustíveis, varejo de mercadorias em geral); serviços com 11,34% (Limpeza em prédios e em domicílios, transporte rodoviário de cargas) e indústria 9,56% (pequenos estabelecimentos de doces e iguarias locais; fabricação de produtos cerâmicos não refratários; extração de pedra, areia e argila).

O município de Campo do Brito é o lar do Parque Nacional da Serra de Itabaiana possui uma população estimada de 18.325 e 1.725 habitantes com vínculos empregatícios em 2021 (vide tabelas 01 e 04, respectivamente), correspondendo a 9,41% de ocupação. Constata-se a predominância de vínculos públicos com 36,81%, seguidos do setor de comércio 18,26%; indústria 16,98% e serviços 15,24%.

Destacam-se na geração de empregos, segundo a RAIS (2021): a fabricação de produtos de limpeza e polimento; artefatos de material plástico; produtos cerâmicos não refratários para uso estrutural na construção; estruturas metálicas e móveis.

Por último, tem o setor agropecuário com apenas 2,55% de vínculos empregatícios (cultivo de mandioca, manga, laranja, maracujá e feijão), pecuária (bovinos, suínos e

equinos) e avicultura de galináceos. (RAIS 2021). É interessante destacar, apesar de este município possuir menos residentes do que Areia Branca verifica-se uma taxa maior de cidadãos empregados, em razão da maior participação dos setores de comércio, indústria e serviços.

Dando sequência à averiguação da Tabela 04, aprecia-se o município de Itabaiana, o mais populoso da Microrregião do Agreste de Itabaiana com 96.839 pessoas, destas, 17.133 estão com vínculos empregatícios ativos, correspondendo a 17,69% de taxa de ocupação em relação à população total.

Os vínculos empregatícios de maiores destaques pertencem ao setor de comércio, sendo o mais importante da economia de Itabaiana com 38,22%. A segunda posição é ocupada pelo setor de serviços com uma representatividade expressiva de 23,91%, seguida da administração pública geral com 19,12%. A indústria também tem relevância considerável com 14,95%. As últimas posições são da Construção civil e agropecuária com respectivamente, 2,6% e 1,17%.

De modo especial, é válido enfatizar as atividades de maior relevância quanto aos vínculos empregatícios no ano de 2021, conforme a RAIS, a saber: Comércio varejista em geral; comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo; comércio de peças e acessórios para veículos automotores; atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária; Transporte rodoviário de carga; fabricação de produtos cerâmicos; administração pública em geral; abate e fabricação de produtos de carne; atividades de apoio à agricultura e à pecuária.

A cidade de Macambira, vizinha dos municípios de Campo do Brito, Frei Paulo e São Domingos, situa-se a 13 km a Norte-Oeste de Itabaiana possui uma população estimada de 7.002 e 489 cidadãos ocupados, equivalendo a 6,98% da totalidade de vínculos empregatícios no ano de 2021.

O setor mais relevante na empregabilidade municipal de Macambira é o da administração pública em geral com 53,99%. A segunda posição pertence ao setor de indústria com 28,42%. Na sequência, têm-se os setores de comércio 9,20%, serviço 4,91% e por último o setor agropecuário.

As atividades produtivas de maior destaque em relação aos vínculos empregatícios são: fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes; fabricação de produtos cerâmicos não refratários; Comércio varejista de mercadorias em geral; criação de bovinos, caprinos e ovinos. É plausível mencionar que Macambira, assim como Areia Branca, não possuem vínculos empregatícios no setor de construção civil, conforme Tabela 04.

A próxima cidade a ser analisada é Malhador, conhecida como a terra do Inhame (um dos principais produtos agrícolas), detentora de um grande manancial de água, represada através da barragem do rio Jacarecica II, na divisa com o município de Areia Branca (Prefeitura, 2022), cuja população total representa a quarta posição na microrregião do agreste de Itabaiana com 12.689 pessoas, destas, apenas 5,9% em ocupação laboral formal (749 pessoas). (RAIS, 2021).

Assim como os municípios anteriores, Malhador tem na Administração Pública sua principal fonte geradora de empregos com 74,23%. Na segunda e terceira posição, respectivamente, apresentam-se os setores de serviços com 12,42% e comércio 9,1%. Em seguida, têm-se os setores de indústria 2%; construção civil 1,46% e agropecuária com 0,80% dos vínculos formais no ano de 2021.

A produtividade dos vínculos ativos é caracterizada – além da classe pública - principalmente pela presença do comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns; transporte rodoviário de carga; telecomunicações por fio; criação de bovinos e animais de grande porte.

O município de Moita Bonita fica localizado à aproximadamente 64 km da capital sergipana, Aracaju. Originou-se de um local denominado Alto do Coqueiro, que não passava de uma pequena aglomeração de sítios de um local denominado Alto do Coqueiro, localizada em um terreno elevado, onde existiam muitos coqueiros. O seu nome, por sua vez, teve influência de outro povoado vizinho, denominado Moita de Cima, que posteriormente foi alterado para Moita Bonita. (IBGE, 2022).

Esse município possui uma população estimada de 11.361 pessoas, representando a quinta posição na Microrregião do Agreste Sergipano, destas, 744 estão ocupadas, equivalendo a 6,55% da totalidade de vínculos empregatícios no ano de 2021.

A ocupação empregatícia precípua de Moita Bonita pertence ao setor público com 55,78 %, seguido dos setores: Comércio, 24,73%; Serviços com 15,99%; Indústria 2,02%. As duas últimas colocações de empregos formais são dos setores Agropecuário e Construção Civil com 0,94% e 0,53 %.

As principais atividades desenvolvidas através dos vínculos ativos são da administração pública em geral; transporte rodoviário de carga; comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção; comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja; comércio atacadista de hortifrutigranjeiros; fabricação de produtos de panificação e criação de bovinos e aves.

Por fim, quanto ao exame individual sobre vínculos empregatícios, segundo a RAIS (2021), o município a ser analisado é São Domingos, cuja população total corresponde a 11.276 pessoas, ocupando a penúltima posição dentro do Agreste de Itabaiana, ganhando apenas da cidade de Macambira. O pessoal ocupado formalmente no ano de 2021 atingiu o quantitativo de 693, equivalendo a 6,15% da totalidade ativa.

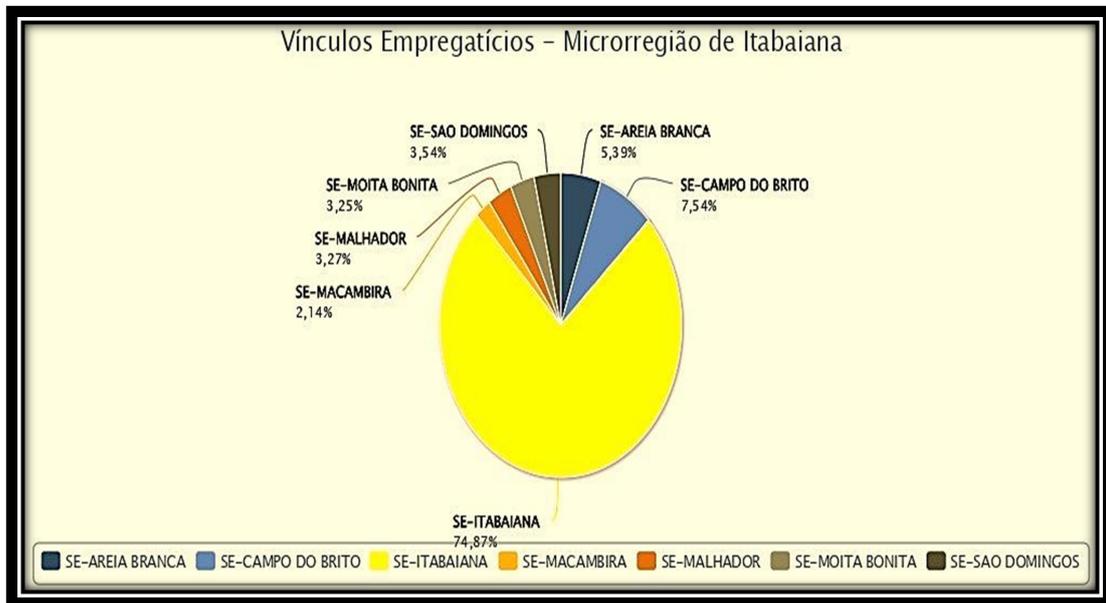
Em relação aos vínculos por grandes setores, tem-se assim como nas demais cidades analisadas, o âmbito público como essencial fonte geradora de empregos com 67,86% da classe ativa. O setor de Indústria ocupa a segunda posição com 12,86%, seguido dos setores de Comércio e Serviços, empatados tecnicamente com os percentuais respectivos de 7,78% e 7,54%. As últimas posições estão no âmbito agropecuário com 2,10% e Construção Civil com 1,85%.

No que tange às atividades geradas a partir das ocupações formais, segundo a RAIS (2021), é conveniente destacar as mais relevantes (incluindo a administração pública em geral), a saber: Curtimento e outras preparações de couro; Fabricação de produtos de panificação; fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes; Comércio varejista de artigos recreativos e esportivos; comércio varejista de combustíveis para veículos automotores; criação de bovinos, caprinos e ovinos.

É louvável expor ainda que a cidade de São Domingos localizada a 76 quilômetros de Aracaju nasceu às margens do Rio Vaza-Barris com a feira da Pindoba, em 1924. Atualmente, é um dos maiores produtores de farinha de mandioca do estado, fornecendo para Aracaju, Lagarto, Itabaiana e até para o estado de São Paulo. (IBGE, 2022).

Em resumo, há uma percepção, a partir da análise do Gráfico 04, sobre os três municípios com maiores atuações na geração de vínculos empregatícios por grandes setores da economia na Microrregião do Agreste de Itabaiana, a saber: Itabaiana com 74,87%; Campo do Brito 7,54% e Areia Branca com 5,39%. Os demais municípios estão abaixo de 4%, somando o percentual total de 12,2 %.

Gráfico 4 - Vínculos Empregatícios – Microrregião do Agreste de Itabaiana



**FONTE:** Elaboração própria baseada na RAIS 2021.

\* Ind Rais Negativa igual a Não (indicadores com valores zerados são excluídos)

Diante das análises das tabelas e gráficos demonstrados anteriormente, percebe-se que o município de Itabaiana é o mais relevante para o desenvolvimento econômico da Microrregião do Agreste ao qual pertence, sendo também de extremo destaque dentro do estado sergipano, consoante ainda Tabelas 05 e 06, motivos pelos quais se justificam a escolha desta cidade para sediar uma unidade da rede federal de EPT.

Aqui, é pertinente salientar que foram extraídos dados públicos mais recentes relativos ao período de um ano, 2021, pois o intuito deste tópico não foi realizar uma análise minuciosa de dados, e sim, apresentar a dinâmica socioeconômica da Microrregião do Agreste de Itabaiana através de uma visão panorâmica, expressando a magnitude de Itabaiana nessa localidade.

Desse modo, considerando toda a representatividade de Itabaiana não somente para o desenvolvimento local, mas para a economia do estado de Sergipe, ponderando ainda que este município foi eleito para receber uma unidade do IF (objeto desse estudo), é válido ampliar a pesquisa, apontando sua história e principais características sociais, econômicas e culturais.

#### 4.1.1 – Visão histórico-cultural do município de Itabaiana

Segundo a EMDAGRO (2018), o início da colonização das terras itabaianenses

remete-se a 1590, quando a expedição de Cristóvão de Barros liquidou os indígenas e iniciou o processo de colonização de Sergipe. Datam dessa época as primeiras notícias de terras doadas a sete lavradores para colonizarem as circunvizinhanças do Rio Sergipe.

É nesse período que ocorre o povoamento e colonização de Itabaiana com a distribuição de imenso número de sesmarias (terrenos que eram concedidos pelos reis de Portugal e pelas autoridades coloniais portuguesas aos sesmeiros – colonos ou cultivadores) de suas terras, notadamente aquelas situadas à margem do rio Jacarecica.

Os colonos contemplados com tais sesmarias se espalharam em sítios pelas margens do rio, fundando o Arraial de Santo Antônio, a primeira povoação de Itabaiana. Na região atualmente conhecida por Igreja Velha, a uma légua do atual centro da cidade de Itabaiana, foi erguida uma capela, dando origem à Irmandade das Santas Almas. Esta capela é registrada no mapa de Caspar Barlaeus, durante a invasão holandesa, datado provavelmente de 1641, data em que os holandeses pesquisaram ouro na Serra de Itabaiana. (Prefeitura de Itabaiana, 2022).

Ainda conforme a Prefeitura de Itabaiana, o local onde se encontra hoje a sede do município, conhecida no século XVI como Caatinga de Ayres da Rocha, era primitivamente um sítio pertencente ao pároco de São Cristóvão, Padre Sebastião Pedroso de Góes, que vendeu no dia 9 de julho de 1675 à Irmandade das Almas de Itabaiana, sob a condição de nele ser reedificado um templo sob a invocação de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Assim, foi edificada a Igreja de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, passando para este lugar a sede da vila que até então funcionava na Igreja Velha.

Desse modo, com a construção da Igreja Matriz e da Praça Fausto Cardoso, feirantes da zona rural se fixaram em seu entorno, definindo um dos mais importantes centros de venda de produtos agrícolas. Em função dessa dinâmica, esse pequeno aglomerado formou um centro polarizador, tendo a feira como a sua maior centralidade, de alcance limitado, atraindo pessoas e mercadorias das áreas mais próximas. (CARVALHO; COSTA, 2009)

A povoação foi crescendo e no ano de 1678 Itabaiana se tornou distrito, possuindo paróquia desde outubro de 1675, permanecendo a invocação de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Em 1698, a vila foi construída, sob a denominação de Vila do Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Em 1727, já possuía sua Câmara, representando o município.

A Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana foi elevada à categoria de cidade em 28 de agosto de 1888, Após o ano de 1888, quando Itabaiana passou a ter autonomia municipal, a agricultura ainda era sua principal atividade econômica, destacando-se com a cultura do algodão, mesmo que as unidades de beneficiamento desse produto estivessem

localizadas em outros municípios sergipanos, como Estância, Própria e Neópolis. (CARVALHO; COSTA, 2009). Em relação ao comércio, estes autores afirmam:

Nos primeiros anos do século XX, começava a ser melhor estruturado, apresentando maior diversidade comercial e de serviços, com a constituição de armazéns, depósitos de produtos alimentícios, pequenas vendas de refeições e bebidas, farmácias, lojas de vestuário; além de pequenos serviços. Por outro lado, Itabaiana já contava com um engenho de açúcar a vapor e seis a tração animal, além de várias unidades (quase artesanais) de descaroçamento de algodão. Fato de destaque também nesse período é a construção do mercado público (1905), sendo construído na Praça Santo Antônio. (2009, p. 4).

Ainda conforme esses autores (ibidem), na década de 1920 a atividade econômica advinha principalmente da comercialização da farinha de mandioca, do açúcar e do sal, que chegava a abastecer o sertão da Bahia, como também, vindo de atividades geradas por sete usinas de açúcar e das várias fábricas de descaroçamento de algodão.

Carvalho e Costa afirmam que em meados de 1950, Itabaiana já tinha um aspecto urbano mais consolidado, fruto da intervenção do governante Euclides Paes Mendonça: através do aumento de número de ruas; implantação de armazéns atacadistas, revendedoras de veículos da Volkswagen e da Chevrolet; construção de postos de gasolina, além de agregar a revenda de peças e acessórios; outrossim, instituiu a feira no dia de quarta, visando suprir a fragilidade da comercialização de produtos de primeira necessidade durante a semana.

É válido mencionar que em 1956 a cidade de Itabaiana já possuía um grande número de caminhões que faziam viagens para os grandes centros comerciais do estado e para o sul do país, especialmente para o Estado de São Paulo, proporcionando acesso a uma variedade de mercadorias. Foi nesta época que se iniciou a expansão do comércio local. (Prefeitura de Itabaiana).

Carvalho e Costa (2019) mencionam que na década de 1970 o progresso desta cidade se intensificou ainda com a construção da subestação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), do Açude da Macela e pela presença do Armazém da CIBRAZEM e com um conjunto de serviços básicos proporcionados, em sua maioria, pelo setor público, que ocupavam 1.864 pessoas empregadas em atividades industriais, comerciais, serviços e agropecuária.

Logo, esse período tornou-se um marco histórico de extrema importância para Itabaiana, na medida em que sua feição urbana passou por uma radical transformação,

contribuindo para a constituição de centro urbano mais relevante na oferta de bens e serviços do interior do estado de Sergipe. Atualmente, Itabaiana possui 57 comunidades e a Sede municipal. (CARVALHO; COSTA, 2009; EMDAGRO, 2018).

É interessante notar que a história de colonização e povoamento do município de Itabaiana tem em sua gênese e evolução uma face religiosa de grande importância, esta que continua sendo uma forte característica sociocultural dessa localidade. Do ponto de vista socioeconômico, o desenvolvimento da cidade, inicialmente, se deu por vias agrárias e posteriormente, a feira livre tornou-se o cerne principal. Posto o posicionamento histórico, o próximo tópico irá aprofundar o panorama socioeconômico e cultural de Itabaiana.

#### 4.1.2 – Panorama socioeconômico de Itabaiana

Itabaiana é uma cidade do estado de Sergipe, comumente chamada de “Capital Nacional do Caminhão” – a fama levou à criação da Lei 13.044/2014<sup>20</sup>, oficializando o título - fica localizada na Microrregião do Agreste de Itabaiana, pertencente à Mesorregião do Agreste sergipano, distante 56 km da capital, Aracaju.

Figura 7 - Mapa do Município de Itabaiana



FONTE: Site do Research gate

É plausível mencionar a posição geográfica privilegiada de Itabaiana, por estar em

<sup>20</sup> O projeto de lei confere ao município de Itabaiana o título de “Capital Nacional do Caminhão”, é de autoria do senador Eduardo Amorim (PSC), cuja argumentação justificativa se concentrou na posição estratégica geográfica para o transporte de cargas na região do Nordeste. Consagrou-se com esse título por possuir, na data de criação desta lei, o maior percentual de caminhões por pessoa do país. (Duarte, 2014).

uma área de transição entre o litoral e o sertão sergipano, contribui para torná-la uma referência no agreste do estado, sendo favorecida pelo setor de transportes. Outrossim, os municípios limítrofes são: ao norte, Moita Bonita e Ribeirópolis; ao Sul, Campo do Brito e Itaporanga d'Ajuda; a Leste, Areia Branca e Malhador; e a Oeste, Macambira e Frei Paulo.

Segundo estimativa do IBGE em 2021, o município se estende territorialmente por 337,29 km<sup>2</sup>, possuindo uma densidade demográfica de 287,1 habitantes por km<sup>2</sup>, uma vez que a população está no patamar de 96.839 pessoas, conforme Tabela 05, contendo dados gerais sobre Itabaiana. É plausível expor ainda, no que concerne à população, PIB per capita e área territorial, Itabaiana ocupa as posições quarta, décima terceira e vigésima quinta, respectivamente, em relação ao estado de Sergipe.

TABELA 05 – Dados Gerais do Município de Itabaiana

| <b>POPULAÇÃO</b>  |  |
|---|--|
| População estimada (2021)                               | 96.839   |
| <b>TRABALHO E RENDIMENTO</b>                            |  |
| Pessoal Ocupado (2020)                                  | 17.763   |
| População ocupada (2020)                                | 18,5 %   |
| Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2020)   | 1,6 salários mínimos   |
| <b>ECONOMIA</b>   |  |
| PIB a preços correntes (2020)                           | 1.913.873,31   |
| PIB Per capita (2020)                                   | 19.906,73  |
| Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH (2010) | 0,642  |
| <b>TERRITÓRIO E AMBIENTE</b>                            |  |
| Área territorial (2021)                                 | 337,29 km <sup>2</sup>   |
| Área urbanizada – 2019                                  | 20,63 km <sup>2</sup>  |
| Densidade demográfica estimada (2021)                   | 287,10   |
| Mesorregião   | Agreste Sergipano  |
| Microrregião  | Agreste de Itabaiana   |
| Distância em relação à Aracaju (rodoviária)             | 56 km  |
| Comunidades existentes (2018)                           | 58   |
| Hidrografia   | Rio Jacarecica, Rio Traíras e Rio das Pedras   |
| Clima   | Subúmido a seco  |
| Limites do município                                    | Ao norte, Moita Bonita e Ribeirópolis; ao Sul, Campo do Brito e Itaporanga d'Ajuda; a Leste, Areia Branca e Malhador; e a Oeste, Macambira e Frei Paulo. |

FONTE: Elaboração própria baseada no site do IBGE 2022; EMDAGRO 2018.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Itabaiana (2022), esta cidade detém o

maior comércio do interior do estado de Sergipe, Seu núcleo concentra-se na feira livre <sup>21</sup>realizada aos dias de quarta-feira e sábado, num espaço de mais de vinte mil metros quadrados, sendo classificada como a maior feira ao ar livre do interior do Estado de Sergipe.

A feira livre (Figura 08) abrange mais de 500 bancas expostas pelas ruas dos Largos do Santo Antônio e do José do Prado Franco e imediações, onde se adquirem e comercializam-se produtos variados: agrícolas, manufaturados e industrializados. A disposição física da feira em meio ao centro comercial redesenha um espaço multicolorido, atraindo muitos turistas e moradores de cidades vizinhas, beneficiando o comércio local.

Figura 8 - Feira livre de Itabaiana



FONTE: Sites - A8 Sergipe; 93 Notícias; Só Sergipe; Infonet.

É interessante destacar que devido à sua importância para o desenvolvimento local, a feira livre de Itabaiana tornou-se patrimônio cultural imaterial de Sergipe através da Lei 8.561/2019, fruto da iniciativa da ex-deputada Maria Mendonça. Segundo essa deputada, a feira é, sobretudo, um fenômeno sociocultural que ganhou notoriedade nacional por sua

<sup>21</sup> A feira aos sábados teve seu início no ano de 1888, a princípio na Praça Fausto Cardoso, ficando por muito tempo sem um local fixo. Em 1928, seu endereço foi o Largo do Santo Antônio e atualmente, estende-se até o Largo José do Prado Franco. À época, como a feira já atraía muitas pessoas de cidades circunvizinhas, no dia 22 de setembro de 1954, foi inaugurada também nos dias de quarta-feira. (Prefeitura de Itabaiana, 2022)

diversidade e particularidades, tornando-se um ambiente convidativo que atrai pessoas de várias partes do país. Afirmou ainda:

Além de aquecer a economia da cidade há mais de um século, a feira de Itabaiana se transformou num ambiente de fortalecimento das relações interpessoais, onde importantes negócios são realizados, contribuindo para o desenvolvimento do Estado de Sergipe. Salientou que apesar das mudanças culturais e comportamentais do mundo capitalista, esse comércio continua sendo um espaço onde a tradição e as histórias curiosas dos seus habitantes se expressam em importantes narrativas que revelam a grandiosidade do seu povo e do lugar. (Mendonça, Ne-notícias, 2019)

A “Capital Nacional dos Caminhões” destaca-se como uma das principais cidades do estado com maior concentração de atividades comerciais, abrangendo 971 estabelecimentos, entre o atacado e varejo, segundo a RAIS, correspondendo a 47,64% em relação à totalidade por setores da economia municipal no ano de 2021, conforme Tabela 06.

TABELA 06 – Estabelecimentos – IBGE Grande Setor da Economia – Itabaiana/SE

| ANO                          | Indústria | Construção Civil | Comércio | Serviços | Agropecuária | Total |
|------------------------------|-----------|------------------|----------|----------|--------------|-------|
| 2017                         | 206       | 76               | 899      | 521      | 125          | 1.827 |
| 2018                         | 202       | 116              | 898      | 566      | 122          | 1.904 |
| 2019                         | 192       | 160              | 910      | 576      | 110          | 1.948 |
| 2020                         | 186       | 173              | 899      | 585      | 101          | 1.944 |
| 2021                         | 199       | 158              | 971      | 609      | 101          | 2.038 |
| Média simples no período (%) | 10,02     | 7,07             | 47,38    | 29,57    | 5,79         | 100   |

FONTE: Elaboração própria baseada na RAIS (2017 a 2021).

OBS.: Ind Rais Negativa igual a Não

OBS.2: Período de 2017 a 2021<sup>22</sup>

Ao analisarmos a Tabela 06 - IBGE Grande Setor da Economia – Itabaiana/SE – percebe-se que o número de estabelecimentos no setor de Comércio teve predominância em todo o período, representando uma média simples de 47,39% em relação ao total de estabelecimentos nos últimos cinco anos, demonstrando a potência do comércio local em relação às demais atividades econômicas. O setor de Serviços (inclusive a Administração Pública) é o segundo setor mais relevante de Itabaiana, equivalente a uma média simples

<sup>22</sup> Período selecionado de acordo com os cinco anos de dados públicos mais recentes, visando à análise o cruzamento de informações entre a oferta de cursos do IFS/Itabaiana e o leque de oportunidade no mercado de trabalho local, em consonância com os grandes setores da economia.

de 29,56%.

É louvável destacar que no ano de 2020, início da pandemia da COVID-2019 houve uma leve queda no número de estabelecimentos da principal atividade econômica do município, correspondente a 1,20%, porém a queda no setor agropecuário foi bem mais expressiva com 8,18% e o setor de Indústria com 3,12%.

Nota-se ainda que em 2021 (mesmo durante a Pandemia), os setores da Indústria, Comércio e Serviços recuperaram e cresceram até mais do que no ano de 2019. O setor Agropecuário, por sua vez, permaneceu no patamar do ano de 2020, e a construção civil voltou ao padrão anterior à pandemia, o que demonstra que a economia local já retornava ao seu perfil econômico – em relação ao número de estabelecimentos formais – com predominância no setor de Comércio, seguido dos setores de Serviços, Indústria, Construção Civil e Agropecuária.

Outro dado interessante conforme a Tabela 06 é em relação ao setor de Construção Civil que emplacou um crescimento expressivo a partir do ano de 2019, ultrapassando o setor agropecuário, ocupando desde então, a quarta posição da economia de Itabaiana, no formato IBGE – Grande Setor.

Retomando a exposição das características do setor de comércio, a cidade de Itabaiana possui grande visibilidade na comercialização do ouro, vendido em grande escala (no próprio estado e estados vizinhos) com muita variedade, sendo considerada, portanto, a “terra do ouro”. Além disso, é um grande centro de mercadorias comerciais como alimentícios, têxteis, materiais de construção, etc., para os municípios vizinhos e às populações dos povoados do interior do estado. (Prefeitura de Itabaiana, 2022).

Outrossim, o comércio da cidade serrana se dilatou com a inauguração do Shopping Peixoto, que se tornou o primeiro shopping fora da grande Aracaju, um novo instrumento socioeconômico e cultural, sendo mais um grande empreendimento dos comerciantes itabaianenses. (PREFEITURA DE ITABAIANA, 2022).

Em relação ao processo industrial, segundo Firmino e Lirbório (2018), as poucas indústrias itabaianenses, nascidas muito modestamente, contavam e ainda contam com uma mão-de-obra em sua maioria familiar; com técnicas mais artesanais misturadas com técnicas sofisticadas e modernas; com a matéria-prima empregada advinda de povoados da cidade, de cidades próximas e em menor proporção de outros estados e regiões.

No entanto, Itabaiana é a cidade mais importante do estado, no que se refere à indústria ceramista e a carrocerias para caminhões, tendo sua gênese atrelada às formas artesanais, no que diz respeito à fabricação dos seus produtos e nas serralharias que deram

origem as fábricas de carrocerias, onde “a produção de carrocerias para caminhões é tão antiga quanto à existência dos caminhões com carrocerias em madeira” (BISPO, 2013 Apud Firmino; Lirbório, 2018, p. 2019).

Assim, segundo esses autores (ibidem), levando-se em consideração que a cidade de Itabaiana é tida como a “Capital Nacional do Caminhão”, o que gerou o desenvolvimento de vários tipos de atividades e serviços relacionados com o mesmo, pode-se apontar a grande importância dos caminhoneiros e os caminhões para o município. Por um lado, eles têm destaque na realização da feira livre, por outro, eles foram e são fundamentais para as indústrias de carrocerias.

É pertinente aludir que a necessidade de escoamento da produção impulsionou o desenvolvimento do setor de transportes, com o crescimento do número de caminhões, “são mais de 5000 caminhões emplacados em Itabaiana, segundo dados do Detran-SE, fato que ampliou a economia do município, gerando outras demandas como a comercialização de peças automotivas, chaparia, pintura, borracharias, oficinas e a fabricação de carrocerias.” (SILVA; SOARES, 2020, p. 3033)

É válido destacar ainda que Itabaiana é grande produtora e exportadora da produção hortícola, em virtude de um mercado consumidor propício e a médias e pequenas propriedades existentes na cidade, levando-a, devido a suas características peculiares, a possuir destaque no interior sergipano, tanto pela numerosa população que sustenta como pela função que exerce, de cinturão verde de Aracaju (MELO, 1980 Apud FIRMINO, LIRBÓRIO, 2018, P.218).

Neste sentido, Carvalho e Costa (2009) afirmam que o município de Itabaiana é um território tradicionalmente formado por agricultura familiar com destaque para a produção: de mandioca, batata-doce, batata inglesa, feijão em grão, tomate, amendoim e hortaliças, assim como na pequena criação de bovinos, ovinos, suínos e de avicultura. O escoamento para a cidade ocorre, principalmente, nos dias da feira livre e em dias de quinta, quando ocorre o comércio em atacado, sendo distribuídos para outras cidades do agreste, para a capital sergipana, bem como, exportados para outros estados, particularmente os estados da Bahia, Alagoas e Pernambuco.

Em relação ao setor de turismo, segundo informações da Prefeitura de Itabaiana (2022), a existência dos ecossistemas naturais (Figura 09) é a centralidade turística municipal, contendo parques ecológicos, centro de preservação de aves, cachoeiras, poços de águas escuras, grutas, trilhas, e dentre esses, merecem destaque: Parque Nacional Serra de Itabaiana; Poço das Moças; Parque dos Falcões; Pilões da Ribeira; Poções da Ribeira;

Trilha da Via Sacra; Trilha do Paredão e do Caldeirão; Trilha do Paredão dos Falcões; Gruta da Serra de Itabaiana – as trilhas citadas e a Gruta localizam-se na Serra de Itabaiana.

Figura 9 - Pontos turísticos de Itabaiana



FONTE: Site da Prefeitura de Itabaiana (2022).

É válido evidenciar o Parque Nacional Serra de Itabaiana, uma unidade de preservação ambiental que reúne ecossistemas de mata atlântica e de caatinga e é uma rica reserva hídrica, sendo por isso, o principal destino de Sergipe para quem aprecia o ecoturismo, trilhas e banho de cachoeira. Em sua maior parte, situa-se às margens da BR 235 em Itabaiana, abrangendo ainda áreas dos municípios circunvizinhos de Areia Branca, Laranjeiras, Itaporanga D’Ajuda e Campo do Brito. (PREFEITURA DE ITABAIANA, 2022).

O Parque supracitado foi criado com o objetivo de preservar os ecossistemas naturais existentes, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e de turismo ecológico. Nesse ínterim, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é responsável pela proteção, o controle e a administração do Parque, bem como, o assessoramento dos estudantes e dos pesquisadores que se dirigem diariamente ao local.

O Parque dos Falcões também é digno de visibilidade, pois é o único centro de criação, multiplicação e preservação de aves de rapina da América do Sul, sendo um dos poucos locais do país com autorização do IBAMA para a criação dessas aves em cativeiro, tornando-se referência mundial no manejo, reprodução e reabilitação desses animais, acumulando um grande conhecimento sobre o seu comportamento. (PREFEITURA DE ITABAIANA, 2022).

Além da natureza, o município de Itabaiana dispõe de outros locais turísticos que também são geradores de renda, dentre eles: Shopping Peixoto, um dos maiores polos comerciais e de lazer do interior de Sergipe; Feira Livre – além de ser o maior centro de comercialização de produtos ao ar livre do interior do estado, é considerado um ponto turístico pela diversidade e iguarias que oferece; Casa de Farinha, muito conhecida por produzir comidas típicas do Nordeste que são vendidas durante todo o ano; Povoado Carrilho também chama atenção pela comercialização das castanhas, onde cerca de 90% dos moradores utilizam-se desse produto como sua renda principal.

Posto a exposição sobre as características das atividades econômicas de Itabaiana, é interessante visualizar através da Tabela 07, o Produto Interno Bruto, o PIB per capita e o Valor Adicionado Bruto por atividade econômica no período de cinco anos (2016 a 2020) com dados de publicação mais recente para melhor compreender o panorama econômico desse município que ocupa a quinta posição na economia do estado com participação de 4,2% do PIB sergipano. (IBGE, 2020).

TABELA 07 – Produto Interno Bruto do Município de Itabaiana

| DISCRIMINAÇÃO   | 2016         | 2017         | 2018         | 2019         | 2020         |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| PIB a preços correntes<br>(x 1000) R\$  | 1.627.832,77 | 1.805.324,37 | 1.793.290,26 | 2.006.621,51 | 1.913.873,31 |
| PIB Per capita  | 17.245,27    | 18.964,29    | 18.937,34    | 21.027,82    | 19.906,73    |
| Valor Adicionado Bruto<br>a preços correntes<br>(x 1000) R\$  | 1.438.260,13 | 1.584.968,88 | 1.557.823,21 | 1.753.013,92 | 1.679.430,50 |
| <b>Valor Adicionado Bruto a preços correntes por atividade econômica</b>  |              |              |              |              |              |
| AGROPECUÁRIA<br>(x 1000) R\$  | 127.326,82   | 143.988,11   | 94.617,29    | 170.336,63   | 174.635,59   |
| INDÚSTRIA<br>(x 1000) R\$   | 134.541,94   | 120.174,79   | 116.260,32   | 123.933,91   | 133.414,86   |
| SERVIÇOS - Exclusive<br>Administração, Defesa,<br>Educação E Saúde<br>Públicas E Seguridade<br>Social<br>(x 1000) R\$ | 804.771,53   | 923.204,91   | 933.980,33   | 999.890,15   | 893.480,97   |
| ADMINISTRAÇÃO,<br>Defesa, Educação E  | 371.619,84   | 397.601,07   | 412.965,27   | 458.853,24   | 477.899,07   |

|  |            |            |            |            |            |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|
| Saúde Públicas E<br>Seguridade Social<br>(x 1000) R\$            |            |            |            |            |            |
| Impostos Sobre Produtos<br>Líquidos De Subsídios<br>(x 1000) R\$ | 189.572,64 | 220.355,49 | 235.467,05 | 253.607,59 | 234.442,81 |

FONTE: Elaboração própria baseada no Site do IBGE (2022)

**Nota:** Média no período (2016 a 2020) por macrossetor: Agropecuária 9%; Indústria 8%; Serviços 83%

Ao analisar a Tabela 07, a partir da publicação de dados do site do IBGE, verifica-se que relação ao Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços correntes por atividade econômica, percebe-se que na classificação realizada pelo IBGE, o setor de serviços (exceto Administração Pública) é a atividade econômica que mais adiciona valor para o município de Itabaiana, apresentando uma evolução de R\$ 804.771,53 em 2016 para R\$ 893.480,97 em 2020, um aumento de 11,02% nesse período. Em seguida, tem-se o setor de Administração Pública com elevação de R\$ 371.619,84 em 2016 para 477.899,07 em 2020.

É interessante notar que entre 2016 a 2018, em relação ao VAB a preços correntes, houve uma alternância entre os setores Agropecuário e Industrial. A partir de 2019, a Agropecuária assumiu essa posição, gerando um valor de 170.336,63 para 174.635,59 em 2020, apresentando crescimento mesmo no ano em que ocorreu a crise sanitária já mencionada, sendo que a evolução total no período correspondeu a 21,28%.

Desse modo, é válido mencionar que em relação ao PIB a preços correntes, o macro setor terciário é o mais relevante na geração da riqueza municipal em todo o período exposto, apresentando um valor adicionado de 804.771,53 para 999.890,15 em 2019, equivalente a um acréscimo de 24,24%, demonstrando também a potência do comércio local. Em 2020, nota-se uma queda de 10,60 acerca do ano anterior sugere-se então, que há uma relação com a Pandemia da Covid-19 e que o setor terciário em Itabaiana sofreu mais do que o setor agropecuário no ano de 2020.

Na ótica socioeconômica, pode-se afirmar que Itabaiana é o principal município da microrregião do Agreste de Itabaiana, sendo também de grande destaque no estado sergipano, por sua tradicional agricultura familiar, as atividades urbanas que compõem o comércio (principalmente a feira livre, a segunda mais importante do estado) e a oferta de serviços, bem como, por ser um grande pólo cerâmico estadual e possuir forte presença no setor de transportes devido à quantidade de caminhões existentes na cidade - dados que justificam a escolha deste município para sediar uma unidade do IFS.

Diante disso, é louvável ainda mostrar a representação de Itabaiana em relação ao estado de Sergipe no que tange à produtividade econômica, objetivando aprofundar a atualidade econômica local<sup>23</sup>. Assim, faz-se necessário apresentar o Valor Adicionado Bruto por atividade econômica estadual, consoante Tabela 08.

TABELA 08 – Valor Adicionado Bruto a Preços Correntes – Sergipe

| Ano   | VAB Agropecuária | VAB Indústria | VAB Serviços | VAB Total da Economia |
|---|------------------|---------------|--------------|-----------------------|
| <b>VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS CORRENTES - SERGIPE (EM MILHÕES)</b> |                  |               |              |                       |
| 2016  | 1 725            | 6 974         | 26 053       | 34.752                |
| 2017  | 1 967            | 6 968         | 27 477       | 36.412                |
| 2018  | 1 420            | 7 458         | 28 404       | 37.282                |
| 2019  | 2.037            | 7 863         | 29 971       | 39 871                |
| 2020  | 2 584            | 8 906         | 29 198       | 40 688                |
| Total   | 9 733            | 38 169        | 141.103      | 189 005               |

FONTE: Elaboração própria baseada no Sistema de Contas Regionais do IBGE (2020).

Ao observar a Tabela 08, identifica-se que no período de cinco anos, as características de produção se mantiveram no mesmo perfil econômico, ao demonstrar a força do macrossetor terciário no estado de Sergipe, que obteve 75% do VAB total. Em seguida, tem-se a Indústria com 20% e a Agropecuária com 5%.

É significativo expressar que este padrão não foi observado no município de Itabaiana, pois apesar do setor terciário ter sido o mais importante nesse mesmo período, (2016 a 2020), com representação de 83% do VAB total, o segundo macrossetor mais relevante foi o Agropecuário com 9% e por fim, a Indústria adicionou uma produção de 8%.

De acordo com as Tabelas 07 e 08, nota-se ainda que no período de 2016 a 2020, a participação do município de Itabaiana no VAB total da economia de Sergipe foi de 4,23%. Em uma análise individual, o setor de serviços de Itabaiana adicionou um valor bruto correspondente a 4,73% ao VAB de Serviços de Sergipe. Nesta mesma vertente, a Indústria do município somou apenas 1,64% ao VAB Industrial sergipano. Por fim, o setor agropecuário com 7,3% foi o que mais agregou valor produtivo municipal ao estado de Sergipe.

Após a exposição panorâmica das atividades econômicas, para seguir na consecução

<sup>23</sup> Atualidade econômica local, aqui, refere-se aos dados oficiais com publicação mais recente. Sistemas de Contas Regionais do IBGE só consta o VAB até o ano de 2020.

do objetivo desse capítulo, o próximo tópico irá estudar a presença do IFS no município de Itabaiana, evidenciando suas contribuições enquanto instituição de Educação Profissional e Tecnológica para o desenvolvimento local.

#### **4.2 Instituto Federal De Sergipe - Campus Itabaiana**

Segundo o IFS (2017), a implantação de um campus do Instituto Federal de Sergipe em Itabaiana ocorreu no ano de 2011, durante a primeira fase do processo de expansão da RFEPT, - consoante Figura 2, apresentada no capítulo anterior – objetivando atender às necessidades de um município em crescimento, sendo considerada a quarta maior cidade do estado sergipano com 96.839 habitantes, conforme estimativas do IBGE em 2021, possuindo ainda, o maior comércio do interior do estado.

Nesse sentido, Itabaiana detém uma grande concentração de atividades comerciais em áreas como alimentação, tecido e materiais de construção, tanto no atacado quanto no varejo, e de indústrias de pequeno porte (IFS, 2017). Além de possuir a maior feira livre do interior do estado, sendo o centro do comércio local, também é um município de grande destaque no setor de transporte devido à quantidade de caminhões existentes e sua posição geográfica privilegiada, favorecendo os diversos setores da economia local.

Desse modo, para seguir a vocação comercial do município e fornecer mão de obra qualificada para as empresas da região, ajudando a fomentar a economia local, no ano de 2011, o IFS-Campus Itabaiana iniciou suas atividades em um espaço cedido pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto, no Colégio Estadual Murilo Braga, localizado na Rua Quintino Bocaiúva, 659 – Centro, conforme Figura 10.

No segundo semestre de 2011 ofertou-se o Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, na modalidade subsequente. (IFS, 2017). É válido frisar que a escolha do curso considerou a relevância da área de informática para o comércio local, sendo coerente com a dimensão de desenvolvimento.

Figura 10 - Primeira Sede Provisória do IFS-Campus Itabaiana



FONTE: IFS – ASCOM-Itabaiana (2023); Site do Itnet, (2021).

No ano de 2012, após a transferência para outra sede, ainda provisória, localizada na Rua Dr. Augusto Cesar Leite, 1657- Centro (antigo colégio didático, conforme Figura 11) foi possível entrar em funcionamento mais dois cursos: o curso Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática e o Curso Técnico Subsequente em Agronegócio.

Além destes, foi implantando três programas do Governo Federal: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)<sup>24</sup>; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)<sup>25</sup>; e o PROFUNCIÓNÁRIO<sup>26</sup> (IFS, 2017 Apud Nascimento, 2020, p.71).

<sup>24</sup> O PROEJA foi criado em 2005, tem por objetivo atender à demanda de acesso de jovens e adultos à educação profissional e tecnológica de forma articulada com a elevação da escolaridade. (Site do MEC, 2022).

<sup>25</sup> O PRONATEC foi criado em 2011 com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por meio de ações de assistência técnica e financeira. (Site do MEC, 2022).

<sup>26</sup> O Profucionário é um curso à distância que visa à formação em nível médio dos funcionários de escola que estão em efetivo exercício, em uma habilitação compatível com a atividade exercida na unidade educacional. A partir de 2011, quando o gerenciamento do Profucionário foi transferido para a SETEC, o programa passou a contar com a participação dos IFs. (Site do MEC, 2022).

Figura 11 - Segunda Sede Provisória do IFS-Campus Itabaiana



FONTE: IFS – ASCOM-Itabaiana (2023);

Em 2013 aconteceu a implantação dos seguintes cursos: Técnico Integrado em Agronegócio; Programa Mulheres Mil; Superior de Tecnologia em Logística; Formação Inicial e Continuada (FIC) e os cursos de Técnico em Transações Imobiliárias e Técnico em Administração na modalidade de Ensino à Distância – EAD. (IFS/PDI, 2017, Nascimento, 2020, p. 72).

De acordo com IFS e o Sistema de Publicação do IFS (SisPubli) (2017), entre 2014 e 2016, o IFS/Itabaiana realizou várias atividades acadêmicas relevantes, como o Simpósio Sergipano de Logística (Sislog), as Jornadas de Agronegócio e Informática – eventos que aproximaram a comunidade da instituição, enfatizando a essência dessas áreas dentro das necessidades e potencialidades locais. Em 2017, a instituição já estava mais célebre no âmbito local, contando com cerca de seiscentos alunos. Nesse período, já estava ocorrendo a preparação para a mudança do prédio provisório para o prédio definitivo.

No ano de 2018, o IFS-Campus Itabaiana passou a funcionar em sua sede oficial, localizada na Avenida Padre Airton Gonçalves Lima, nº 1140, bairro São Cristóvão no município de Itabaiana, - conforme Figura 12 - pertencente à microrregião do Agreste de Itabaiana, estado de Sergipe, região Nordeste do Brasil, cuja distância da capital pontua 58,5 km.

Figura 12 - Sede definitiva do IFS-Campus Itabaiana



FONTE: IFS – ASCOM-Itabaiana (2023)

As novas instalações do IFS-Campus Itabaiana contém um amplo espaço físico, medindo 50.278,94 metros quadrados, equivalente a 16,6 tarefas, limitando-se ao norte, com José Monteiro de Lima; ao sul, com a Estrada de Deus; ao leste, com José Monteiro de Lima; e ao oeste, com o Lar Cidade de Deus, cujo imóvel está avaliado <sup>27</sup> em R\$ 11.900.000,00, conforme o relatório do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), enviado pela Coordenação de Almojarifado e Patrimônio (COALP) do IFS-Campus Itabaiana.

Em relação ao patrimônio móvel (bens permanentes) referente ao exercício de 2022, está mensurado em um valor líquido (excetuando a depreciação acumulada) de R\$ 1.911.595,38, cuja composição engloba: todos os tipos de aparelhos, equipamentos, utensílios, mobiliário, materiais bibliográficos, inclusive dois veículos de tração mecânica, consoante Relatório Mensal de Bens (RMB) emitido pelo Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos <sup>28</sup> (SIPAC) do IFS-Campus Itabaiana.

Nesse sentido, o IFS (2014) afirma que a frota oficial de veículos é de grande importância para o atendimento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão,

<sup>27</sup> A avaliação do imóvel foi realizada no dia 08/04/2022 com data de validade até 08/04/2024. O terreno foi doação do município de Itabaiana, conforme o relatório do SPIUnet emitido pela COALP-IFS-Itabaiana em 25/01/2023.

<sup>28</sup> O RMB é um relatório de controle mensal emitido pela Coordenação de Almojarifado e Patrimônio. Os dados aqui expresso, são referentes ao relatório emitido em 24/01/2023, referente ao exercício de 2022.

beneficiando a comunidade acadêmica no que tange às visitas técnicas, congressos, eventos esportivos e outras demandas. Outrossim, auxiliam nas atividades administrativas em geral, principalmente, nos deslocamentos para reuniões e eventos oficiais realizados fora do município de Itabaiana.

No que concerne à sua estrutura física e organizacional, a sede oficial é dotada de uma boa diversidade de setores, no intuito de atender com qualidade e eficácia tanto à comunidade interna quanto à externa, a saber: um Campus; uma Direção Geral, composta por cinco setores/coordenadorias; uma Gerência de Administração que perfaz 10 coordenadorias; uma Gerência de Ensino, englobando dezenove setores; treze salas de aula; onze laboratórios; um refeitório/cantina; uma biblioteca; um auditório; um setor de almoxarifado; um setor de apoio administrativo (terceirizados); e um amplo estacionamento, conforme informações fornecidas pelo setor de Gabinete da Direção Geral do Campus em 2023.

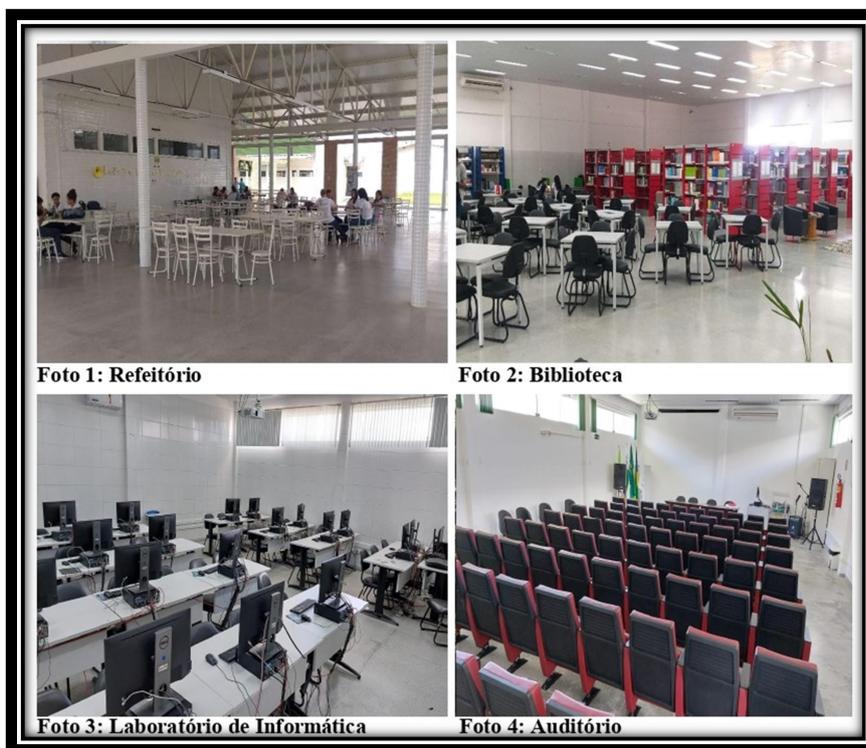
Quadro 6 - Estrutura física e organizacional do IFS-Campus Itabaiana



FONTE: Gabinete da Direção Geral-IFS-Campus Itabaiana (2023)

É válido informar que o Campus não possui um centro de saúde, porém existe uma Coordenadoria de Saúde Escolar com profissionais da área (médico, enfermeira, técnico de enfermagem) que realizam o atendimento aos alunos. Outrossim, os diversos ambientes internos e todas as coordenadorias/setores factuais (Figura 13) atuam conjuntamente para dar todo o suporte técnico, administrativo e acadêmico, objetivando a realização da missão da instituição.

Figura 13 - Setores e ambientes internos do IFS-Campus Itabaiana



FONTES: IFS – ASCOM-Itabaiana (2023)

Para exercer a missão de “Promover a educação profissional, científica, técnica e tecnológica de qualidade através da articulação entre ensino, extensão, pesquisa aplicada e inovação para formação integral dos cidadãos”, o IFS-Itabaiana possui um quadro de setenta e cinco servidores efetivos, dos quais quarenta e dois são docentes e trinta e três são técnicos administrativos; e vinte e cinco terceirizados, totalizando cem pessoas a serviço da comunidade interna e externa.

Quadro 7 - Servidores do IFS-Campus Itabaiana

| SERVIDORES               |                                 |               |
|--------------------------|---------------------------------|---------------|
| TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS | DOCENTES                        | TERCEIRIZADOS |
| 33                       | 42                              | 25            |
| (18% Mestres)            | (57% Mestres e<br>38% Doutores) |               |

FONTES: Gabinete da Direção Geral-IFS-Campus Itabaiana (2023)

O planejamento estratégico do IFS faz parte do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e está alinhado com o Plano Plurianual<sup>29</sup> (PPA), permitindo o cumprimento dos objetivos estratégicos que se integram às ações orçamentárias e relacionam-se com os macroprocessos finalísticos – ensino; pesquisa e inovação; extensão; assistência estudantil; gestão e manutenção - e de apoio da instituição.

Nesse ínterim, o orçamento executado no IFS-Campus Itabaiana no período de 2018 a 2021 foi de R\$ 8.038.244,27, detalhado em capital, custeio e assistência estudantil – termos já explicados no capítulo anterior. É cabível mencionar que o aumento expressivo do orçamento de capital no ano de 2020 ocorreu devido o início da obra de construção da quadra poliesportiva (obra ainda não foi concluída).

Quadro 8 - Recursos financeiros do IFS-Campus Itabaiana

| <b>RECURSOS FINANCEIROS</b> |                          |                          |                               |
|-----------------------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------------|
|                             | <b>ORÇAMENTO CAPITAL</b> | <b>ORÇAMENTO CUSTEIO</b> | <b>ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL</b> |
| <b>2018</b>                 | <b>101.170,37</b>        | <b>1.241.324,69</b>      | <b>356.682,55</b>             |
| <b>2019</b>                 | <b>95.743,49</b>         | <b>1.367.649,69</b>      | <b>551.463,33</b>             |
| <b>2020</b>                 | <b>707.956,00</b>        | <b>1.317.528,39</b>      | <b>569.978,66</b>             |
| <b>2021</b>                 | <b>25.000,00</b>         | <b>1.332.359,63</b>      | <b>371.387,66</b>             |

FONTE: PROAD-IFS (2023)

Em funcionamento no novo âmbito escolar, nos anos de 2018 e 2019, de acordo com o gabinete da direção do IFS-Campus Itabaiana, a unidade ofertou os seguintes cursos: Técnico Integrado e Subsequente em Agronegócio; Técnico Integrado e Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática; Superior de Tecnologia em

<sup>29</sup> O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do Governo Federal. Ele define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública federal, contemplando as despesas de capital (como, por exemplo, os investimentos) e outras delas decorrentes, além daquelas relativas aos programas de duração continuada. O PPA é estabelecido por lei, com vigência de quatro anos, iniciando-se no segundo ano de mandato de um presidente e se prolonga até o final do primeiro ano do mandato de seu sucessor. (Site do Ministério da Economia, 2023).

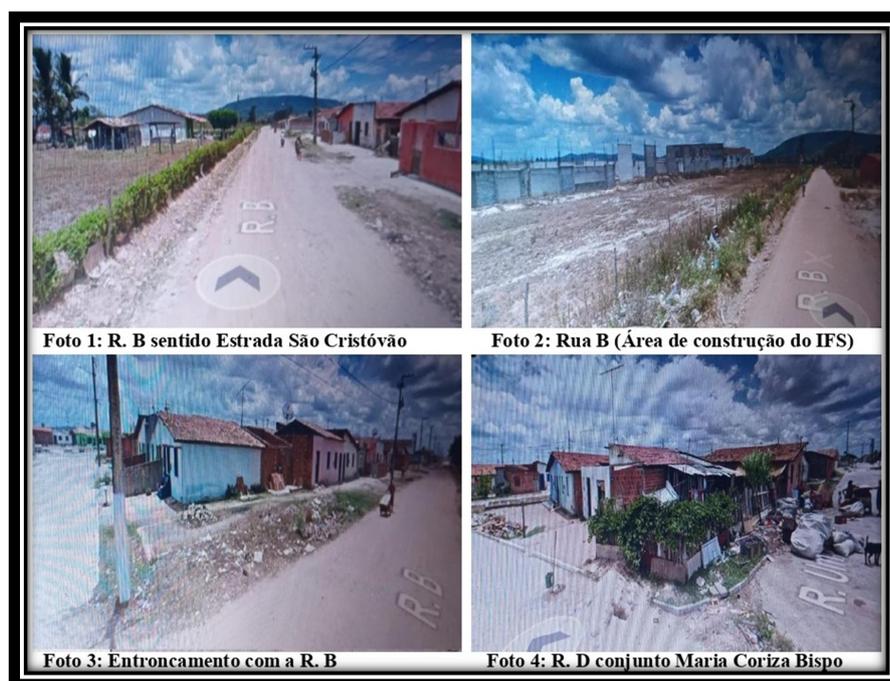
Logística; e Superior de Bacharelado em Ciência da Computação. Em 2020, o curso de Técnico Subsequente de Manutenção em Suporte em Informática foi extinto. Em 2022, foi implantado Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Operador de Microcomputador.

É relevante enfatizar que para haver a interiorização de unidades da rede federal, há estudos de viabilidade, considerando as três dimensões: social, geográfica e de desenvolvimento, atentando para indicadores populacionais e os APLs presentes na região, conforme explanado no capítulo anterior.

Nesse sentido, Nascimento (2020) afirma que o planejamento político pedagógico e estrutural dos cursos ofertados pelo IFS/Campus Itabaiana seguiram a mesma linha dos cursos ofertados nas demais unidades da rede federal de EPT presentes no estado, considerando, desde a gênese do Campus, os APLs efetivos na localidade, ponderando suas oportunidades e seus desafios, a fim de favorecer o desenvolvimento econômico e social do entorno.

É interessante ainda mencionar os efeitos de transbordamento positivo (spillovers) da implantação do IFS no bairro São Cristóvão, ainda que não tenha uma comprovação quantitativa da relação direta, é visível uma relação de cunho direto e/ou indireto e qualitativo, a partir de uma comparação visual das ruas antes e depois da presença do IFS nesse bairro, conforme Figuras 14 e 15, respectivamente.

Figura 14 - Bairro São Cristóvão antes do IFS



FONTE: Google Maps (2010)

É válido aludir que a construção do Campus ocorreu no final da antiga Rua B que dá acesso à estrada São Cristóvão, sentido povoado Bom Jardim. Atualmente, essa rua é denominada de Avenida Padre Airton Gonçalves, onde se encontra a Sede oficial do IFS nesta localidade.

Figura 15 - Bairro São Cristóvão após a implantação do IFS



FONTE: Messias (2023); IFS – ASCOM-Itabaiana (2023)

Dentro de uma perspectiva empírica é possível notar a melhoria na pavimentação das ruas e desenvolvimento urbano do bairro, além da arborização realizada doravante projeto do IFS, cujas ações ocorreram em períodos posteriores à transferência do IFS-Itabaiana para a sua Sede oficial na Avenida Padre Airton Gonçalves, bairro São Cristóvão.

Portanto, diante de tudo que foi exposto, há uma justificação contributiva para a implantação de uma unidade da rede federal de EPT na cidade de Itabaiana, cujo objetivo é atender à população do município (estendendo à sua microrregião) no que tange à qualificação acadêmica e profissional, abrindo leques para oportunizar admissões no mercado de trabalho.

Outrossim, a presença de uma unidade do IFS em Itabaiana facilita o ingresso dos alunos não somente deste município, mas da microrregião do agreste sergipano, que

anteriormente, só poderiam recorrer a RFEPT em cidades mais distantes - Lagarto, São Cristóvão, Aracaju - Unidades existentes até 2010.

Dessa maneira, pode-se dizer que o IFS contribui para o desenvolvimento local, uma vez que Silva e Carvalho (2001) afirmam que um processo compartilhado de informações e a geração de novas tecnologias tendem também a desenvolver-se em um determinado espaço geográfico. Massuanganhe (2019), por sua vez, alega que desenvolvimento local envolve políticas e estratégias influenciadas pelos protagonistas locais (ICTs, empresas e Governo). Além disso, tem como objetivo o de procurar, por meios endógenos, uma integração vantajosa de partilha de benefícios que vão impulsionar o desenvolvimento.

Portanto, dentro dessa perspectiva, a atuação do IFS no município de Itabaiana está coerente enquanto ator local, como também será demonstrado nos próximos tópicos com dados sobre ensino, pesquisa, extensão e ações na área social.

#### **4.2.1 IFS Campus Itabaiana: dados de ensino**

De acordo com Becker (1975), a escolarização é definida como uma instituição especializada em treinamento, sendo algumas escolas focadas em uma atividade específica (ensino técnico/profissionalizante) e outras que oferecem um conjunto diverso de conhecimentos, como a universidade. Desse modo, o papel das instituições de ensino é qualificar e capacitar indivíduos para o mercado de trabalho e, portanto, o treinamento ofertado por empresas e o conhecimento adquirido nas escolas são considerados complementares e possuem o mesmo escopo.

À vista disso, a Lei de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - 11.892 de 29 de dezembro de 2008 – tem como uma das suas finalidades: “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal”. (Art.6º, inciso IV)

Para atingir essa finalidade, o IFS busca ofertar cursos que atendam às necessidades e demandas profissionais do mercado de trabalho, cujas análises socioeconômicas realizadas anteriormente (tópicos 4.1, 4.1.1, 4.1.2,) demonstraram as potencialidades locais nos setores: agropecuário, industrial, comércio e serviços, principalmente nos dois últimos.

Desse modo, no período de 2018 a 2021 (período em que a unidade já estava

instalada na sede oficial), o Campus Itabaiana ofertou cursos que estavam diretamente ligados às realidades laborais peculiares à localidade, a saber: na área de logística (graduação); informática (graduação, técnico subsequente e integrado); e agronegócio (técnico subsequente e integrado), consoante Tabela 09.

TABELA 09 – Cursos ofertados pelo IFS-Itabaiana por oportunidades de emprego nos setores econômicos local

|                                      | 2018   | 2019   | 2020   | 2021   |
|--------------------------------------|--|--|--|--|
| <b>AGROPECUARIA</b>                  | Téc. Subsequente - Agronegócio                       | Téc. Subsequente - Agronegócio                       | Téc. Subsequente - Agronegócio                       | Téc. Subsequente Agronegócio                         |
|                                      | Téc. Integrado - Agronegócio                         |
| <b>INDÚSTRIA</b>                     | Graduação – Logística                                | Graduação – Logística                                | Graduação – Logística                                | Graduação – Logística                                |
|                                      | Téc. sub. - Manutenção e Suporte em Informática      | *Graduação – Ciência da Computação                   | Graduação – Ciência da Computação                    | Graduação – Ciência da Computação                    |
|                                      | Téc. Integrado - Manutenção e Suporte em Informática | *Téc. sub. - Manutenção e Suporte em Informática     | Téc. Integrado - Manutenção e Suporte em Informática | Téc. Integrado - Manutenção e Suporte em Informática |
|                                      |  | Téc. Integrado - Manutenção e Suporte em Informática |  |  |
| <b>SERVIÇOS (Inclusive comércio)</b> | Graduação – Logística                                | Graduação – Logística                                | Graduação – Logística                                | Graduação – Logística                                |
|                                      | Téc. sub. - Manutenção e Suporte em Informática      | Graduação – Ciência da Computação                    | Graduação – Ciência da Computação                    | Graduação – Ciência da Computação                    |
|                                      | Téc. Integrado - Manutenção e Suporte em Informática | Téc. sub. - Manutenção e Suporte em Informática      | Téc. Integrado - Manutenção e Suporte em Informática | Téc. Integrado - Manutenção e Suporte em Informática |
|                                      |  | Téc. Integrado - Manutenção e Suporte em Informática |  |  |

FONTE: Elaboração própria a partir dos dados do IFS (2023).

É significativo expor a função e aplicabilidade dos cursos ofertados, tendo em vista as oportunidades no mercado de trabalho nessas áreas. Deste modo, segundo Universidade de Caxias do Sul (UCS), a logística é o processo de coordenar e movimentar recursos (materiais, estoque e equipamentos) desde o local de armazenamento até o destino desejado e está intimamente ligada com o processo de satisfação e fidelização do cliente.

Assim, o profissional de logística é responsável por lidar com diversas atividades no setor, desde a produção, passando pelo armazenamento e distribuição dos produtos e tem um leque de oportunidades de empregos em diversas áreas, como: centros de distribuição; empresas de encomendas; transportadoras; portos; aeroportos; terminais de carga; setores do comércio; setores da indústria (agronegócio e alimentos, por exemplo). (UCS, 2023).

Em relação à área de informática, pode-se dizer que faz parte, praticamente, de todas as atividades profissionais, gerando possibilidades de trabalho em todos os setores da economia: primário, secundário e terciário, especialmente nos dois últimos, atuando na indústria, comércio, serviços, setor público e etc. Dentre tantas funções, conforme o IFS (2022), o profissional na área de computação pode reconhecer o caráter fundamental da inovação e da criatividade e compreender as perspectivas de negócios e oportunidades relevantes.

Segundo o IFS (2022), o curso de agronegócio aplica técnicas de gestão e de comercialização que visem ao aumento da eficiência do mercado agrícola e agroindustrial. Identifica os segmentos das cadeias produtivas do setor agropecuário. Avalia custos de produção e aspectos econômicos para a comercialização de novos produtos e serviços.

Além disso, o profissional dessa área idealiza ações de marketing aplicadas ao agronegócio e auxilia a organização e execução de atividades de gestão do negócio rural, tendo oportunidades de trabalho em propriedades rurais, empresas comerciais, estabelecimentos agroindustriais, empresas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa. (IFS, 2022).

Em relação à oferta de vagas, no período de 2018 a 2021, o IFS ofereceu em sua totalidade 1.652, nas quais se inscreveram 4.133 pessoas, destas, 1129 obtiveram êxito em suas matrículas, uma vez que o ingresso é por via de processo seletivo, excluindo um grande número de interessados. Já a quantidade de concluintes nesse ciclo delimitado correspondeu a 456 alunos, conforme Tabela 10.

TABELA 10 – Vagas ofertadas, inscritos, matriculados e concluintes no IFS-Itabaiana – 2018 a 2021

|                        | 2018  | 2019  | 2020 | 2021 | TOTAL |
|------------------------|-------|-------|------|------|-------|
| <b>Vagas ofertadas</b> | 335   | 315   | 340  | 662  | 1652  |
| <b>Inscritos</b>       | 1.093 | 1.458 | 992  | 590  | 4133  |
| <b>Matriculados</b>    | 311   | 299   | 241  | 278  | 1129  |
| <b>Concluintes</b>     | 119   | 94    | 132  | 111  | 456   |

FONTE: Elaboração própria baseada no SIGAA-IFS (2023)

Do total de vagas ofertadas, 43,16% foram na área de agronegócio; 35,78% na área de informática, 21,06% foram na área de logística. Em relação aos inscritos: 36,20% foram na área de agronegócio; 47,01% na área de informática; e 16,79% em logística. No que concerne aos matriculados: tem-se 42,87% na área de agronegócio; 41,81% em informática; e 15,32% em logística. Por fim, quanto aos concluintes foram: 50,65% na área de agronegócio; 39,69% em informática e 9,65% em logística.

É válido enfatizar que dentre os cursos existentes no período de 2018 a 2019, conforme mencionado na Tabela 10, o curso de graduação em Ciências da Computação só teve início em 2019, logo, ainda não houve concluintes. Outrossim, o curso Subsequente em Manutenção e Suporte em Informática foi extinto em 2020.

Considerando que os cursos na área de logística e informática possuem um leque maior de oportunidade no mercado de trabalho relacionados aos setores de indústria, comércio e serviços, pode-se afirmar a partir que 56,84% das ofertas no período supracitado estavam diretamente ligados com a principal vocação da cidade voltada para o comércio e serviços.

Diante dessa exposição e analisando os dados da Tabela 07, em relação ao Valor Adicionado Bruto a preços correntes por atividade econômica do município de Itabaiana – no período de 2018 a 2020 (demonstrada no tópico 4.1.2, panorama socioeconômico de Itabaiana), pode-se afirmar que 77,66% do produto interno bruto de Itabaiana provém do setor de serviços (inclusive comércio, exceto administração pública).

Além disso, analisando ainda os dados extraídos da RAIS nesse mesmo período, consoante Tabela 05 (demonstrada no tópico 4.1.2, panorama socioeconômico de

Itabaiana), 76,5% dos estabelecimentos existentes no município são dos setores de comércio e serviços, o que leva a acreditar que os cursos ofertados contribuem de forma direta para a formação e qualificação da mão de obra de trabalho, transbordando positivamente no desenvolvimento local.

É possível também analisar alguns resultados do ensino do IFS no município de Itabaiana, a partir do indicador nacional, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>30</sup> que possibilita o monitoramento da qualidade da educação pela população por meio de dados concretos, buscando estabelecer metas para melhoria. Nesse sentido, segundo o QEdU, – plataforma de dados educacionais – dentre as escolas públicas de ensino médio que existem no município, o IFS foi superior em todos os anos apresentados, conforme Tabela 11.

TABELA 11 - IDEB – Ensino Médio - Itabaiana

| <b>IDEB – Ensino Médio - Itabaiana</b> |             |             |             |
|--|-------------|-------------|-------------|
|  | <b>2017</b> | <b>2019</b> | <b>2021</b> |
| <b>Escolas Públicas</b>                | 3.1         | 3.2         | 4.1         |
| <b>IFS</b>                             | 4.3         | 5.3         | 4.7         |

FONTE: Elaboração própria baseada na Plataforma QEdU

De acordo com os dados expostos, percebe-se que nos anos de 2017 e 2019, o IFS apresentou, respectivamente, índices superiores de 28% e 40% em relação às escolas públicas de nível médio no município. Em 2021, a diferença diminuiu, porém o IFS continuou com indicador maior, representando uma taxa superior de 13%.

É válido enfatizar que apesar de o IFS oferecer cursos de graduação e pós-graduação, a essência das unidades da Rede de Educação Profissional e Tecnológica continua sendo a educação básica no nível de ensino médio profissionalizante. Por isso, esse resultado é muito expressivo, pois representa a relevância da oferta de educação pública de qualidade, desde a sua base acadêmica, estrutura primordial na formação pessoal e profissional dos cidadãos, demonstra ainda a importância do investimento em educação.

Nesse íterim, fazendo alusão à Teoria do Capital Humano, Schultz (1961)

<sup>30</sup> O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é um indicador sintético que relaciona as taxas de aprovação escolar, obtidas no Censo Escolar, com as médias de desempenho em língua portuguesa e matemática dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Desta forma, apresentam melhores resultados no Ideb os sistemas que alcançam, de forma concomitante, maiores taxa de aprovação e proficiência nas avaliações. (MEC,2021)

menciona que o investimento básico no ser humano se dá por meio da educação. As pessoas valorizam as suas capacidades, tanto como produtores, quanto como consumidores, pelo investimento que fazem em si mesmas, sendo a educação a melhor forma de se investir em capital humano.

Ainda conforme este autor (1973), o investimento em educação é o tempo que uma pessoa troca estudando, tendo assim um custo de oportunidade, ou seja, o indivíduo faz uma escolha, de modo que poderia estar ganhando dinheiro exercendo uma atividade remunerada no tempo que estuda, além disso, são os investimentos com livros e outros materiais didáticos. Desse modo, o valor econômico da educação depende, predominantemente, da procura e da oferta da instrução considerada um investimento.

Desse modo, sendo a educação a melhor forma de investimento no capital humano, a rede federal de EPT também oferta cursos de graduação e pós-graduação, pois entende a dimensão da continuidade do ensino, da pesquisa e extensão para a capacitação do indivíduo, assumindo assim, sua missão de “Promover a educação profissional, científica, técnica e tecnológica de qualidade através da articulação entre ensino, extensão, pesquisa aplicada e inovação para formação integral dos cidadãos”.

#### **4.2.2 – IFS Campus Itabaiana: dados de pesquisa, extensão e inovação**

Para Schultz (1973), o investimento no homem e na pesquisa – duas classes de investimentos importantes para circunstâncias modernas – foram negligenciados pelo pensamento econômico e essa negligência não se justificaria, pois, as capacidades adquiridas dos agentes humanos seriam a fonte mais importante dos ganhos de produtividade não explicados, sendo este o motivo principal para a criação do conceito de capital humano.

Dentro dessa perspectiva, a Lei 11.892 aborda em alguns de seus objetivos a relevância do investimento na educação para a formação do capital humano, por meio de elementos de pesquisa e afins, conforme Art. 7º, incisos III, IV e V:

Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. (Brasil, Lei 11.892; 2008).

Neste sentido, o IFS (2021) afirma que os programas de pesquisa, extensão e inovação são ações de apoio a projetos que são desenvolvidos com o propósito de alcançar determinadas finalidades definidas como prioritárias dentro do Plano de Desenvolvimento da instituição. Estas ações podem ser definidas como:

- Apoio administrativo – parte da gestão administrativa do projeto é feita pelo gestor do programa, tais como: pagamento do auxílio financeiro e bolsas; avaliação da prestação de contas; apoio técnico e consultoria sobre a gestão do projeto; e apoio e divulgação dos cursos e eventos que possam resultar dos projetos;
- Gestão dos editais - definição dos parâmetros que serão avaliados na escolha de quais projetos receberão apoio através da disponibilização de recursos financeiros e de pessoal; determinar a limitação em relação aos aspectos finalísticos dos programas, definindo por exemplo, os grupos que serão beneficiados com as ações do programa ou o tipo de produto que resultará da pesquisa; (IFS 2022, p. 53).

Deste modo, O IFS possui programas de pesquisa, extensão e inovação já consolidados que recebem adequações mediante a existência de novas demandas. Em outros casos, são criados programas específicos para atender a determinada finalidade. Assim, seguem alguns programas de pesquisa realizados: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC em CNPQ; Programa Institucional de Apoio a Pesquisa ao Técnico Administrativo – PPTAE; Voluntário-Pesquisa; Programa IFS Sustentável; Programa de Bolsas de Apoio ao Registro de Inovação Tecnológica, entre outros. (IFS, 2022).

As ações voltadas à extensão, articulada com o ensino e a pesquisa, surgiram através do olhar criterioso junto às comunidades dos territórios do estado de Sergipe, no intuito de construir um diagnóstico, seguido do preparo para aplicação do projeto em parceria com as comunidades locais, utilizando-se métodos para se buscar conhecer os problemas, visando no futuro próximo apresentar soluções para alguns dos problemas da localidade, mantendo-se o caráter científico, gerando conhecimento, despertando para a questão empreendedora e formando multiplicadores. (IFS, 2018)

Desta forma, há uma contribuição às comunidades assistidas, no sentido de facilitar o acesso ao mercado de trabalho, bem como, condições de gerar renda, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida.

O IFS busca estimular e incrementar a extensão através do Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX e da criação de outros novos programas, tais como: Programa Institucional de Cursos de Extensão, Programa Institucional de Pré-Incubação de Empreendimentos Inovadores e Empresas-juniores, Programa Pré-Música de Iniciação Musical, Informatização 2; Culturarte Integração; dentre outros que permitiram um aumento significativo no número de projetos apoiados e de bolsas ofertadas. (IFS, 2018)

Em relação à Inovação Tecnológica do IFS, de acordo com o Relatório de Gestão (2018), sua gênese ocorreu através do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Sergipe (NIT-IFS), tendo como missão fortalecer o relacionamento do IFS com a comunidade, envolvendo órgãos de governo, setor produtivo e demais organizações da sociedade civil, com o objetivo de criar oportunidades de inovação tecnológica para a transferência do conhecimento em prol do desenvolvimento econômico, tecnológico e social da região Nordeste e do País.

Para tanto, o NIT-IFS atuou em todos os Campi, executando a disseminação da cultura de inovação no IFS; orientando a sensibilização de alunos, professores e pesquisadores da Instituição para a PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação), promovendo ainda a capacitação da equipe para atuar na área de gestão e PD&I. (IFS, 2018).

Nesse ínterim, visando incentivar e divulgar o desenvolvimento da pesquisa aplicada, da inovação tecnológica e da extensão junto à comunidade, foi desenvolvido no IFS, no período de 2018 a 2021, um total de 1.416 projetos, sendo: 690 projetos de pesquisa; 472 projetos de extensão; e 254 projetos de inovação (IFS, 2022). No âmbito do Campus Itabaiana foram produzidos 58 projetos, 4,09 % em relação ao total, conforme Quadro 09.

Quadro 9 - Resultados Sociais – dados de pesquisa, extensão e inovação

| <b>RESULTADOS SOCIAIS – PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO</b> |                 |                 |                 |                |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|----------------|
|   | <b>PESQUISA</b> | <b>EXTENSÃO</b> | <b>INOVAÇÃO</b> | <b>EVENTOS</b> |
| <b>2018</b>   | <b>6</b>        | <b>8</b>        | <b>1</b>        | <b>15</b>      |
| <b>2019</b>   | <b>11</b>       | <b>6</b>        | <b>2</b>        | <b>24</b>      |
| <b>2020</b>   | <b>7</b>        | <b>1</b>        | <b>1</b>        | <b>12</b>      |
| <b>2021</b>   | <b>8</b>        | <b>7</b>        | <b>–</b>        | <b>31</b>      |

FONTE: IFS-SISPUBLI (2023)

Assim, de acordo com a Pró-Reitoria de pesquisa e extensão do IFS (2022), através do Sistema de Publicações (Sispubli), o Campus Itabaiana produziu 32 projetos de

pesquisa; 22 projetos de extensão; 4 projetos de inovação e 82 eventos dentro desse âmbito.

É interessante mencionar expressamente alguns projetos na área de logística social desempenhados na localidade, dentre eles, o de arborização realizado na Avenida Padre Airton Gonçalves Lima (onde se localiza o IFS) com intuito de melhorar a qualidade de vida dos moradores do entorno, em relação ao ecossistema. Segundo Menezes (2017), idealizadora do projeto, o bairro São Cristóvão apresenta sinais visíveis de desigualdade social, econômica e ambiental.

Gerou-se então, um “olhar à comunidade”, possibilitando a execução do projeto ligado ao tema agro social que envolveu a participação dos alunos e de vários habitantes do bairro, - cuja população estimada possui cinco mil habitantes - estabelecendo pontes de relacionamentos, extensão. (Menezes, 2017).

Nesse âmbito, pode-se destacar também o projeto “Inovação com a logística social e humanitária (HumSo), a partir das ações afirmativas do Laboratório Acadêmico-Profissional de Artes-Tecnologias para o Trabalho – LAPATTra”, com o intuito de conhecer as dificuldades encontradas na comunidade São Cristóvão, apontando também a integração entre os atores locais que interagem na comunidade estudada - Empresa, Meio Ambiente e Sociedade. (Menezes, 2017).

Caraguay (2016, apud Menezes, 2017) ressalta que a logística social é a integração da sociedade, empresas e meio ambiente, em que os esforços humanos e os custos envolvidos devem ser vistos como investimento a longo prazo, pois uma sociedade educada (à sustentabilidade, ao trabalho e à renda) é garantia à continuidade de suprimento, cooperando para o desenvolvimento local.

Um das dificuldades encontradas foi a falta de local para descartar resíduos eletrônicos, dando origem a outro projeto de contribuição social: “o descarte de resíduo eletrônico no IFS-Itabaiana, cujo objetivo propôs melhorar o cenário atual de descarte, envolvendo o sistema de coleta interno do IFS (em parceria com a empresa de coleta de resíduos - EcoTI), a fim de gerenciar os resíduos e proceder à destinação correta. (Menezes, 2017).

Tais ações demonstram o compromisso dos Institutos Federais acerca do papel social das instituições de ensino da RFEPT. No entanto, não há como mensurar economicamente os resultados desses projetos na comunidade local, porém são visíveis os benefícios de cunho qualitativo.

No âmbito de projetos de pesquisa, é cabível também acentuar a “Primeira Pesquisa

Geral com egressos dos cursos de nível técnico do IFS” realizada pelo Núcleo de Análises Econômicas (NAEC) em setembro de 2019, contando com a participação de 1.028 egressos dos cursos técnicos presenciais (nível médio), formados entre 2014-2019 (taxa de participação de 20,1%) entre todas as unidades do Instituto Federal de Sergipe.

O objetivo da pesquisa foi promover ações que facilitassem a entrada dos alunos no mercado de trabalho, além de identificar oportunidades de melhoria nos serviços prestados pelo Instituto. A distribuição da amostra entre os campi foi bastante similar à distribuição da população. Dessa forma, no Campus Itabaiana, a pesquisa contou com a participação de 63 alunos dos cursos existentes nesse período, correspondendo a 6% do total da amostra. (Andrade; Santos, 2019).

Conforme os autores supracitados (2019), em relação ao emprego, 6% dos alunos afirmaram utilizar os conhecimentos adquiridos e 5,6% afirmaram estar atuando em empregos relacionados ao curso técnico e que possuem satisfação com a atividade profissional. Ao considerarem a região onde vivem, cerca de 55% dos egressos apontaram existir poucas ofertas de emprego profissionais de suas respectivas áreas técnicas.

No que concerne à avaliação do mercado de trabalho técnico regional, em uma escala de 0 (muito ruim) a 10 (muito bom), a opinião dos egressos fez uma média 4,5. A aceitação dos egressos no mercado de trabalho em uma escala de 0 (muito mal aceito) a 10 (muito bem aceito), a média foi 4,4. (Andrade; Santos, 2019).

Segundo os discentes, o que mais dificultou a entrada no mercado de trabalho foi: 1) Pouca experiência profissional (25,4%); 2) Falta de contatos para lhes indicar vagas de emprego (21,7%); 3) Baixa demanda do mercado para suas respectivas áreas de atuação (19,3%); 4) Situação econômica desfavorável do país/estado (10,4%).

Por fim, é plausível ainda destacar que os egressos avaliaram bem o Instituto Federal nos aspectos gerais, como o corpo docente, ensino, infraestrutura de salas de aula, laboratórios e biblioteca, apresentando bons índices de satisfação com a formação recebida. (Andrade; Santos, 2019).

#### **4.2.3 - IFS – Dados de assistência estudantil**

A Política de Assistência Estudantil (PAE) executada no IFS tem como finalidade atender a todos os estudantes regularmente matriculados, independentemente de sua situação socioeconômica, visando a ampliar as condições de permanência e êxito no processo educativo. Efetiva-se por meio do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando (PRAAE).

De acordo com a Resolução nº 45/2015/CS/IFS, O PRAAE é um programa institucional composto por Projetos, Linhas de Ações e Serviços, sendo destinado a atender aos estudantes regularmente matriculados e aos estudantes que estejam em mobilidade nacional e internacional, tendo como objetivo garantir a igualdade de condições de permanência e contribuir para o êxito do estudante regularmente matriculado no IFS, buscando a inclusão social, a democratização do ensino e o direito à educação pública de qualidade.

Nesse ínterim, de acordo com a Pró-Reitoria de Administração (PROAD), o IFS-Campus Itabaiana obteve um orçamento total de R\$ 1.849.512,20 para gasto com assistência estudantil no período de 2018 a 2021, (consoante Quadro 08 – recursos financeiros).

Dentro dessa execução, conforme a Coordenação de Assistência Estudantil (COAE) do IFS/Itabaiana (2023), essa unidade de ensino concedeu no período supracitado, um total de 2.565 auxílios financeiros, dentre eles: 1.400 - Auxílio Permanência Estudantil<sup>31</sup>; 727 - Auxílio Evento<sup>32</sup>; 414 - Auxílio Emergencial de Inclusão Digital<sup>33</sup>, e demais auxílios financeiros (21 auxílios-monitoria e 3 eventuais), conforme Quadro 10.

Quadro 10 - Auxílios Financeiros - Assistência Estudantil

| <b>RESULTADOS SOCIAIS – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL</b> |                                    |                    |                                 |                                 |
|--|------------------------------------|--------------------|---------------------------------|---------------------------------|
|  | <b>AUX. PERMANÊNCIA ESTUDANTIL</b> | <b>AUX. EVENTO</b> | <b>AUX. DE INCLUSÃO DIGITAL</b> | <b>AUX. FINANCEIRO DIVERSOS</b> |
| <b>2018</b>  | <b>315</b>                         | <b>235</b>         | <b>–</b>                        | <b>21</b>                       |
| <b>2019</b>  | <b>326</b>                         | <b>492</b>         | <b>–</b>                        | <b>3</b>                        |
| <b>2020</b>  | <b>440</b>                         | <b>–</b>           | <b>198</b>                      | <b>–</b>                        |
| <b>2021</b>  | <b>319</b>                         | <b>–</b>           | <b>216</b>                      | <b>1</b>                        |

FONTE: IFS-Itabaiana (2023)

É válido mencionar que nos anos de 2020 e 2021, - período em que a população

<sup>31</sup> O Auxílio Permanência Estudantil é um auxílio monetário mensal, com a finalidade de contribuir com despesas relacionadas à alimentação, transporte, creche, impressão e fotocópia, dentre outras despesas para a permanência dos estudantes na instituição. (IFS, 2017).

<sup>32</sup> O Auxílio Evento destina-se à participação em eventos de natureza acadêmica, científica, tecnológica, desportiva, artística e cultural contribuirá para a formação do estudante em sua totalidade, bem como para seu desempenho na instituição. (IFS, 2017).

<sup>33</sup> O Auxílio Emergencial de Inclusão Digital possibilitou a inserção dos estudantes nas novas tecnologias no âmbito do IFS, durante a suspensão do calendário acadêmico pós-pandemia da Covid-19. A medida busca oportunizar aos alunos em condição de vulnerabilidade social acessar o atendimento remoto nas áreas de ensino e assistência estudantil. (IFS, 2017).

mundial viveu a pandemia da COVID-19 – buscando a fidelidade ao compromisso com o ensino público, gratuito e de qualidade também durante o ensino remoto emergencial e visando à redução dos impactos negativos da pandemia na vida pessoal e acadêmica dos discentes, o IFS desenvolveu ações de fortalecimento e apoio (educacional e material), fornecendo 331 tablets educacionais, 15 chips de conectividade e 698 cestas básicas no Campus Itabaiana, conforme Quadro 11.

Quadro 11 - Benefícios concedidos - Assistência Estudantil

| <b>RESULTADOS SOCIAIS – ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL</b> |                |              |                       |
|--|----------------|--------------|-----------------------|
|  | <b>TABLETS</b> | <b>CHIPS</b> | <b>CESTAS BÁSICAS</b> |
| <b>2020</b>  | <b>163</b>     | <b>–</b>     | <b>349</b>            |
| <b>2021</b>  | <b>168</b>     | <b>15</b>    | <b>349</b>            |

FONTE: IFS-Itabaiana (2023)

É relevante enfatizar que os equipamentos tecnológicos são ferramentas para o processo de inclusão digital de estudantes, e diante do Ensino Remoto estabelecido pela pandemia da Covid-19, tornaram-se essenciais. Nesse interim, cabe explicar que o fornecimento de tablets foi uma concessão de empréstimos sob critérios de análise de renda familiar. (IFS, 2021).

No caso dos chips de internet, foram doados aos alunos por meio do Projeto Alunos Conectados fruto de parceria do Ministério da Educação com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). A contemplação também passava por análise de renda familiar e a utilização se restringia ao período de suspensão das aulas. Já as cestas básicas (provenientes da agricultura familiar – como via de mão dupla para auxiliar também os pequenos agricultores durante a pandemia) foram distribuídas pelo IFS aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. (IFS, 2021).

Portanto, o PRAAE é um programa que faz parte da Política de Assistência do IFS, executado através de ações universais (voltadas a todo o estudante independente de vulnerabilidade socioeconômica) e/ou ações específicas (voltadas aos estudantes que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica). (IFS, 2023).

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação tem um papel crucial na aquisição de conhecimentos, construção de habilidades e aperfeiçoamento técnico do indivíduo, ao gerar mão de obra qualificada, influenciando no crescimento econômico do seu entorno geográfico. Nesse contexto, este trabalho teve como objetivo geral, analisar as contribuições do Instituto Federal de Sergipe no município de Itabaiana, destacando a importância da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a formação do capital humano e o desenvolvimento local.

Tal propósito foi desencadeado pela problemática central de demonstrar as contribuições geradas no município de Itabaiana para o desenvolvimento local, a partir da implantação do Instituto Federal de Sergipe.

Para isso, foram levantadas as seguintes hipóteses: o investimento em EPT favorece a formação do capital humano à medida que qualifica a força de trabalho, proporcionando desenvolvimento socioeconômico; a implantação do Instituto Federal de Sergipe no município de Itabaiana contribui para o desenvolvimento local, uma vez que o processo de interiorização dos campi valoriza a região, diminui as distâncias geográficas, ao favorecer o acesso à educação pública e de qualidade à população.

No intuito de cumprir o objetivo primordial e validar as hipóteses, recorreu-se inicialmente, a um debate teórico sobre o capital humano, a educação e o desenvolvimento econômico. Para tal fim, foi adequado realizar uma abordagem geral sobre a Teoria do Capital Humano a partir de seus principais autores e estudar a relação desse tipo de capital com o desenvolvimento econômico. Coube ainda trazer algumas abordagens críticas, a fim de ampliar a discussão.

Neste ínterim, constatou-se no segundo capítulo que a Teoria do Capital Humano teve como principais autores: Theodore W. Schultz e Gary Becker - ambos vencedores do prêmio Nobel de Economia - encarregados pela agregação do fator capital humano ao capital e trabalho, desvendando o terceiro fator de produção. Jacob Mincer também teve grande destaque, ao trazer modelos econômicos sobre a influência linear do nível de escolaridade sobre os salários.

Ademais, Robert Lucas e Paul Romer contribuíram expressivamente nos estudos sobre o capital humano, ao desenvolver a teoria do crescimento endógeno, atribuindo às forças internas - investimento em capital humano, inovação e conhecimento - como principais responsáveis pelo crescimento econômico.

Apesar de muitos posicionamentos favoráveis à Teoria do Capital Humano, alguns

estudiosos apontaram algumas críticas: o messianismo do capital humano; a maximização da utilidade individual e autorresponsabilização pelo sucesso profissional/nível de renda; o credencialismo.

De fato, o investimento no capital humano não resolverá por si só os problemas socioeconômicos, porém, é inegável que a educação tem uma relação direta com o desenvolvimento econômico, uma vez que propicia qualificação da força de trabalho, gerando crescimento na produtividade, aumento do nível salarial, e conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida da sociedade, ainda que tenha mais contundência no âmbito microeconômico do que macroeconômico.

No terceiro capítulo, procedeu-se a um estudo sobre a evolução histórica e a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, apontando a atuação do Instituto Federal de Sergipe, através de uma visão panorâmica com dados relativos ao Relatório de Gestão desta instituição no ano de 2021.

Outrossim, para ajudar a responder o problema central e ser coerente com o tema desta dissertação, fez-se necessário trazer uma breve discussão teórica sobre desenvolvimento local, no intuito ainda de estabelecer uma relação contributiva da Educação Profissional e Tecnológica no contexto socioeconômico local.

Em relação ao IFS, percebeu-se que sua participação no desenvolvimento do estado tem considerável importância, ao atuar através de ofertas de cursos do Nível Médio até a Pós-Graduação em sete microrregiões (39 cidades), considerando as principais demandas do mercado de trabalho, sobretudo no setor terciário, o principal produtor de Sergipe.

No entanto, ainda existem seis microrregiões (Carira, Nossa Senhora das Dores, Cotinguiba, Japarutuba, Baixo Cotinguiba e Boquim) compostas por 36 cidades, onde não há presença de unidades dessa instituição, o que sugere uma possibilidade de expansão nessas áreas descobertas, equivalente a 48% de todo o estado.

Refletiu-se ainda a identificação do desenvolvimento local com o paradigma do desenvolvimento endógeno que remete tanto ao desenvolvimento de uma cidade quanto ao de um grupo de cidades, envolvendo políticas e estratégias motivadas pelos protagonistas locais (governo, empresas e instituições de ensino) que precisam manter uma interação convergente, no intento de promover o crescimento econômico através da cooperação mútua.

Deste modo, enxergou-se nesse capítulo, através das ações do IFS, a dimensão das instituições de ensino enquanto ator local que faz parte do processo de desenvolvimento de um determinado entorno geográfico, ao atuar na perspectiva do fortalecimento das

capacidades e aptidões cognitivas humanas.

No quarto capítulo buscou-se evidenciar a atuação do IFS, demonstrando suas contribuições para o desenvolvimento local. Para isso, fez-se necessário apresentar a dinâmica socioeconômica dos municípios da Microrregião do Agreste de Itabaiana por meio de indicadores (retirados da RAIS e IBGE) para analisar a representatividade e a relevância de Itabaiana no âmbito local.

Neste aspecto, constatou-se a relevância do município de Itabaiana em todos os indicadores socioeconômicos em relação a sua Microrregião, a ratificar: melhor IDHM, 0,64; maior PIB per capita com R\$ 19.906,73, inclusive superando o valor de Sergipe no ano de 2020 (R\$ 19.583,07); maior população com 54,92% do total de pessoas; maior área territorial com 30,02%; maior ocupação de pessoal correspondente a 75,52% da quantidade total, revelando a sua atuação fundamental para o mercado de trabalho local.

A partir dos dados extraídos da RAIS sobre a Microrregião do Agreste de Itabaiana, no que tange à quantidade de estabelecimentos existentes, houve a constatação da predominância do macrossetor terciário em todos os municípios desta área geográfica, somando um percentual de 75%, sendo imprescindível para o crescimento econômico local. Ademais, este macrossetor é o mais relevante para o estado de Sergipe que possui 79% dos seus estabelecimentos em Comércio e Serviços.

Os dados aludidos enfatizaram a presença imponente de Itabaiana na empregabilidade em sua Microrregião, ao deter 74,87% do total dos vínculos empregatícios, destes, os maiores destaques são nos setores do Comércio com 38% e Serviços com 23%. É plausível mencionar que este padrão não se observa de forma exata no estado de Sergipe, pois neste, o mais importante é o setor de Serviços com 34,32%, seguido da Administração Pública com 28,08% da empregabilidade estadual.

Na sequência do capítulo quatro, foi realizado um estudo sobre a implantação do IFS no município de Itabaiana e sua atuação nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, a fim de estabelecer um diálogo de dimensão prática sobre o transbordamento positivo do IFS – enquanto EPT - para o desenvolvimento local, exprimindo seus resultados, no âmbito qualitativo e quantitativo.

Em suma, por meio da Lei 11.892/2008, os IFs trazem como uma de suas finalidades, a oferta de Educação Profissional e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Desta maneira, a partir de 2011, quando se iniciou o processo de implantação do IFS em Itabaiana, esta unidade da Rede Federal de EPT buscou ofertar cursos, programas e realizar eventos/atividades com o propósito de tornar a instituição mais conhecida nessa Microrregião e de aproximar a comunidade da instituição, ao enfatizar a essência da EPT para a qualificação dos cidadãos no âmbito acadêmico/profissional, visando ainda atender às necessidades e potencialidades socioeconômicas locais.

Destarte, no período de 2018 a 2021, através de sua estrutura física e organizacional (composta por mais de 30 setores com atuação de 100 pessoas), o IFS-Campus Itabaiana ofertou 1652 vagas de cursos nas modalidades médio-técnico e superior, nas áreas de agronegócio (43,16%), informática (35,78%) e logística (21,06%). Isto ratifica a preocupação do IFS em relação à oferta de cursos coerentes com as potencialidades do mercado econômico local. Ademais, no período supracitado, o IFS apresentou o melhor IDEB entre as escolas públicas do município de Itabaiana.

Em relação ao contexto de pesquisa, extensão e inovação, entre 2018 e 2021, o IFS executou 1.416 projetos no âmbito estadual. Destes, apenas 4,09% foi produzido pelo Campus Itabaiana. Isto aponta a necessidade de crescimento no âmbito de projetos, a fim de atingir o objetivo IV do Art. 7º de sua Lei de criação (11.892/2008): “Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos”.

No que tange às contribuições sociais, dentre as ações de fortalecimento e apoio educacional/material, no período de 2018 a 2021, o IFS- Campus Itabaiana concedeu aos discentes ativos: 2.565 auxílios financeiros; 331 tablets; 15 chips de conectividade; e 698 cestas básicas, consoante Quadro 11.

É interessante ainda mencionar, os efeitos de transbordamento positivo (spillovers) da implantação do IFS no bairro São Cristóvão, ainda que não tenha uma comprovação quantitativa da relação direta até o momento, é visível uma relação de cunho direto e/ou indireto e qualitativo, a partir da percepção visual do crescimento urbano, a pavimentação das ruas e a segurança, após a presença do IFS nesse bairro.

Em termos gerais, a atuação do IFS em Itabaiana é relativamente incipiente, devido a isso, ainda não foi possível realizar uma pesquisa de grandes proporções com egressos de nível superior, pois o curso de Graduação em Ciências da Computação só iniciou em 2019. Outrossim, realizar um estudo apenas com o curso de Logística, poderia não trazer dados

suficientes quanto à entrada de discentes no mercado de trabalho.

Além disso, em relação aos desafios encontrados no caminho da dissertação, houve morosidade de alguns setores no fornecimento de informações e dificuldades na obtenção de alguns fatos sobre o IFS e sobre o bairro São Cristóvão, por não haver publicações oficiais suficientes do próprio IFS e dos Órgãos Municipais. Aqui, vale apontar também a necessidade de se obter dados mais atualizados de órgãos estatísticos, pois a última inquirição somente fora realizada em 2010. (IBGE encontra-se em fase de colhimento de informações até a conclusão desta pesquisa, assim, alguns dados são estimativos, por exemplo, o número da população).

Destarte, tendo em vista, o singular tempo para a conclusão da dissertação, também não foi viável efetivar um questionário com os moradores do bairro São Cristóvão, com o propósito de conhecer o posicionamento acerca dos benefícios trazidos pelo IFS sobre questões como o desenvolvimento urbano do bairro, pavimentação das ruas e segurança. Tais informações foram confirmadas apenas de modo informal, através de diálogo com o agente comunitário de saúde e demais pessoas que já trabalharam em projetos nesta localidade. Por esta razão, recomenda-se futuras investigações e publicações oficiais a este respeito.

Sugere-se ainda, a realização de pesquisas após a conclusão da estatística do IBGE e a existência de concluintes da graduação de Ciências da Computação, juntamente com os egressos do curso de Logística com o escopo de dar mais fidedignidade aos resultados sobre os frutos do IFS na vida acadêmica/profissional dos discentes, especialmente no que tange à inserção no mercado de trabalho formal. Tal apuração também pode ser expandida ao corpo discente de nível médio-técnico, aumentando o número de amostras e a amplitude das análises.

Portanto, com base nos dados levantados, observou-se que a educação é a base primordial para o desenvolvimento acadêmico/profissional de um indivíduo, cuja formação contínua influencia de forma direta na qualificação da força de trabalho, esta por sua vez, beneficia o crescimento econômico. Verificou-se também que atuação do IFS nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão está ligada diretamente às potencialidades econômicas locais, o que possibilita afirmar que o IFS contribui para o desenvolvimento de Itabaiana, mesmo com resultados incipientes.

Diante do exposto, é possível sugerir a oferta de mais cursos de graduação voltados às potencialidades existentes na Microrregião de Itabaiana, como também, estabelecer convênios e parcerias com os atores locais, a fim de facilitar e/ou criar oportunidades para

o ingresso dos discentes no mercado de trabalho, como por exemplo, programas de estágio.

Estimula-se ainda a publicação oficial sobre a história, evolução e os resultados do IFS, a partir de sua implantação no município de Itabaiana com escopo de facilitar estudos futuros e para que estas informações possam ser disponibilizadas à sociedade, órgãos públicos e privados, demonstrando os benefícios da Rede Federal de EPT.

Por fim, o objetivo deste trabalho não foi findar as discussões ou trazer verdades absolutas, e sim, fundamentar a relevância do investimento no capital humano, por meio da educação, enfaticamente do IFS, como fator de produção capaz de gerar o desenvolvimento econômico no âmbito local/regional, através da ampliação do acesso à educação pública, ao qualificar a força de trabalho, formando assim, o capital humano.

## 6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, E. P. de; PEREIRA, R. S. **Críticas à teoria do capital humano: uma contribuição à análise de políticas públicas em educação**. Revista de Educação, v. 9, n. 15, 2000.

ANDRADE, R. **Teoria do Capital Humano e a Qualidade da Educação nos Estados Brasileiros**. 2010. 75 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS.

ANDRADE, A. M. **O Papel das instituições científicas e tecnológicas (ICTS) nos processos de licenciamento e transferência de tecnologias**. 2016. 102 f. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

ANDRADE, N.F.S.; SANTOS, W.O. Acompanhamento de Egressos no Instituto Federal de Sergipe. 2019. Disponível em: apresentacao\_egressos\_tecnico.pdf. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

BAPTISTE, I. Educating lone wolves: pedagogical implications of human capital theory. **Adult Education Quartely**, Washington, v. 51, n. 3, p. 184-201, May. 2001.

BARROS, R.; MENDONÇA, R. **Investimentos em Educação e Desenvolvimento Econômico**, Texto para Discussão. N. 525, Rio de Janeiro, nov. 1997.

BECKER, G.S. Investment in human capital: a theoretical analysis. **The Journal of Political Economy**, Part 2: Investment in human beings, Chicago, v. 70, n. 5, p. 9-49, Oct. 1962.

\_\_\_\_\_. Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education. 2. Ed. Nova Iorque: NBER, 1975.

\_\_\_\_\_. Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education. 3<sup>rd</sup> ed. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

\_\_\_\_\_. Human capital. Library of Economics and Liberty. The Concise Encyclopedia of Economics, 2006.

BELLINGIERI, J.C. Teorias do desenvolvimento regional e local: uma revisão bibliográfica. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XIX – V. 2 - N. 37 - Agosto de 2017 - Salvador, BA – p. 6 – 34.**

BLAUG, M. **Introdução à economia da educação**. Tradução Leonel Vallandro e Volnei Alves Correa. Porto Alegre: Globo, 1975.

BRÁS, F. A. Necessidade e dificuldades em valorizar o capital humano. **Revista de Estudos Politécnicos**. V. IV, n.7, p. 291-319, 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, edição 253, p. 1, 30 dez. 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em 04 de novembro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.243, de 11 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, a capacitação científica e tecnologia e à inovação e altera a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei no 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei no 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional no 85, de 26 de fevereiro de 2015. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan.2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113243.htm). Acesso em 04 de novembro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.044, de 20 de novembro de 2014**. Confere ao Município de Itabaiana no Estado de Sergipe o título de Capital Nacional do Caminhão. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113044.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113044.htm). Acesso em 02 de janeiro de 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Versão de 31 de maio de 2008. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.18.ConceitoHist%C3%B3ricoDesenvolvimento.31.5.pdf> (2008). Acesso em 10 de maio de 2022.

CARVALHO, D.M. COSTA, J.E. A questão da centralidade urbana em Itabaiana/SE: uma abordagem preliminar. **Scientia Plena**. Vol. 5, Num. 9. 2009.

CASTRO, C. de M. **Desenvolvimento econômico, educação e educabilidade**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, FENAME, 1976.

COSTA, Eduardo José Monteiro da Costa. Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional. **Mais Gráfica Editora**, Brasília, 2010.

CUNHA, J. V. A. Doutores em Ciências Contábeis da FEA/USP: **análise sob a óptica da Teoria do Capital Humano**. 2007. 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Universidade São Paulo, São Paulo: 2007.

DOLAN, P., & GALIZZI, M. M. (2015). Like ripples on a pond: Behavioral spillovers and their implications for research and policy. *Journal of Economic Psychology*, 47, 1–16. <https://doi.org/10.1016/j.joep.2014.12.003>

DUARTE, L. **Itabaiana conquista título de capital**. Disponível em: <https://www.caminhoes-e-carretas.com/2014/11/itabaiana-conquista-titulo-de-capital.html>.

Acesso em 02 de janeiro de 2023.

EMDAGRO. Informações Básicas Municipais. Município De Itabaiana. Secretaria De Estado Da Agricultura, Do Desenvolvimento Rural E Da Pesca – Seagri. Sergipe 2018.

FERREIRA, B. T. **A resignificação da teoria do capital humano diante da crise estrutural do capital**. 2016. 49f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

FIGUEIREDO, L.; NAKABASHI, L. **Capital humano e crescimento: impactos diretos e indiretos**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.

FIRMINO, P.C.S; LIRBÓRIO, L.F. Arapiraca/al e Itabaiana/se, brasil: apontamentos acerca do Processo de industrialização em dois centros regionais. **Geosul**, Florianópolis, v. 33, n. 68, p.201-222, set./dez. 2018.

FREITAS, V. J.; CARVALHO, W. V. Os desafios para a consolidação da pesquisa aplicada no Instituto Federal Catarinense: uma análise do Campus Avançado Sombrios. **Metodologia e Aprendizado**, Vol. 2, 2020.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 3 edição. São Paulo. 1989.

\_\_\_\_\_, G. **Educação e a crise do capitalismo real** / Gaudêncio Frigotto.- 6. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_, G. **Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: gênese e indeterminação da identidade e campo de disputas**. In FRIGOTTO, G. (coord.geral). Ofertas formativas e características regionais: A Educação Básica de nível médio no Estado do Rio de Janeiro. Relatório de Pesquisa apresentado à FAPERJ em julho de 2015, pp. 85-99.

FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. **Educação básica no Brasil na década de 1990:subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educação & Sociedade. Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr.2003.

FGV. Fundação Getúlio Vargas. Felipe Neri – Equação de Salários Minceriana. Disponível [https://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas\\_sociais\\_alunos/2011/pdf/BES\\_EquacaoMinceriana.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/pesquisas/Políticas_sociais_alunos/2011/pdf/BES_EquacaoMinceriana.pdf). Acesso em 10 de maio de 2022.

IBGE. Sistemas de Contas Regionais. 2020. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html/>. Acesso em 06 de abril de 2023.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 05 de outubro de 2022.

\_\_\_\_\_. CIDADES. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se>. Acesso em 03 de dezembro de 2022.

IFS. Instituto Federal de Sergipe 2022. Relatório de Gestão do Exercício de 2017. 2018. 2021. Aracaju: IFS, 2022. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao/relatoriodegestao>. Acesso em: 27 de abril de 2022.

\_\_\_\_\_. 2023. SISPUBLI. Consulta de projetos aprovados. Disponível em: <http://publicacoes.ifs.edu.br/index.php/projetos-execucao>. Acesso em 12 de dezembro de 2022.

\_\_\_\_\_. Campus Itabaiana. 2023. Disponível em <http://www.ifs.edu.br/itabaiana>. Acesso em 18 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_. Campus Itabaiana. 2023. Disponível em <http://www.ifs.edu.br/estrutura-administrativa-itabaiana/coordenacoes>. Acesso em 18 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_. 2017. Política De Assistência Estudantil Do IFS. Resolução nº 37/2017/CS/IFS.

\_\_\_\_\_. 2015. Reformulação do Regulamento do Programa de Assistência e Acompanhamento ao Educando – PRAAE/IFS. Resolução Nº 45/2015/CS/IFS.

\_\_\_\_\_. 2014. Relatório de Gestão do Exercício de 2013. Aracaju. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/planejamento-e-gestao/relatoriodegestao>. Acesso em: 23 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_. 2014. Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2020. Aracaju: IFS, 2014. Disponível em: [http://www.ifs.edu.br/images/PDI\\_IFS\\_-\\_2014-2019\\_-\\_final.pdf](http://www.ifs.edu.br/images/PDI_IFS_-_2014-2019_-_final.pdf). Acesso em: 08 de outubro de 2022.

\_\_\_\_\_. Cursos. 2022. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/cursos-nova-pagina>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

\_\_\_\_\_. Campus Itabaiana. 2017, Disponível em <http://www.ifs.edu.br/sobre-o-campus-itabaiana>. Acesso em 18 de janeiro de 2023.

JORGE, M. A. **Economia do Trabalho: Diferenciais Compensatórios de Salários e Taxas de Homicídio no Brasil**. São Cristóvão: Editora da UFS, 2011.

KELNIAR, V. C.; LOPES, J. L.; PONTILI, R. M. **A teoria do capital humano: revisitando conceitos**. VIII Epct – Encontro De Produção Científica E Tecnológica. Campus do Campo Mourão-Universidade Estadual do Paraná. Paraná, 2013.

KUENZER, A. Ensino de 2º grau: **O trabalho como princípio educativo**. 3edª. São Paulo: Cortez, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, R. Mercado de trabalho: o capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 1, n. 1, p. 217-72. 1980.

LINS, H. N.. Universidade e desenvolvimento local ou regional: aspectos do debate e abordagem de uma experiência em Santa Catarina. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.37, nº3, p.801- 824, dez.2016.

LUCAS, Robert Emerson. On the mechanics of economic development. **Journal of monetary economics**, v. 22, n. 1, p. 3-42, North Holland, 1988.

MACHADO, L. R. de S. **Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982. (Coleção educação contemporânea).

MASSUANGANHE, I.J. Teoria geral do desenvolvimento local. Instituto Superior Politecnico e de Tecnologias. Julho de 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/334679592\\_Teoria\\_Geral\\_Do\\_Desenvolvimento\\_Local](https://www.researchgate.net/publication/334679592_Teoria_Geral_Do_Desenvolvimento_Local). Acesso em: 05/09/2022.

MEC. Educação Profissional e Tecnológica. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/212-noticias/educacao-superior-1690610854/30891-ha-106-anos-brasil-iniciava-atividades-que-nos-dias-de-hoje-formam-mais-de-700-mil-pessoas?Itemid=164>. Acesso em 09 de dezembro de 2022.

MENEZES, D.A. Um ano com LAPATra: Ensino-Aprendizagem para o trabalho. Aracaju: Infographics, 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Concepção e diretrizes. 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets\\_livreto.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets_livreto.pdf). Acesso em: 16 de junho de 2021.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota Informativa Do Ideb 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portal\\_ideb/planilhas\\_para\\_download/2021/nota\\_informativa\\_ideb\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2021/nota_informativa_ideb_2021.pdf). Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

\_\_\_\_\_. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/> Acesso em 03 de outubro de 2022.

MELLO, M. I. C. A inovação na perspectiva de um Instituição de Ciência e Tecnologia: Um olhar sobre o Núcleo de Inovação Tecnológica. **Revista Espacios**, Caracas, v.37, nº35, 2016.

MENDONÇA, M. NE-Notícias. 2019. Disponível em: <https://www.nenoticias.com.br/ja-e-lei-feira-de-itabaiana-e-oficialmente-patrimonio-cultural-imaterial-de-se/> Acesso em: 04/01/2023.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul./set, 1993.

MINCER, J. Investment in Human Capital and Personal Income Distribution. **Journal of Political Economy**, v. 66, n. 4, p. 281-302, ago. 1958.

\_\_\_\_\_, J. Schooling, experience, and earnings. New York: Columbia University Press, 1974.

\_\_\_\_\_, J. Economic Development, Growth of Human Capital and the Dynamics of the Wage Structure. **Journal of economics growth**, v.1, p. 29-48, mar.1995.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. 2023. Plano Plurianual (PPA). Disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa> . Acesso em 28/01/2023.

MONTEIRO, Waleska de Fátima. A metodologia neoclássica da teoria do capital humano: Uma análise sobre Theodore Schultz e Gary Becker. **Ver. Econ. Do CentroOeste – REOESTE**, Goiânia, v.2, n.1, 2016.

MOTTA, V.C. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 6 n. 3, p. 549-571, nov.2008/fev.2009.

MULS.L.M. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. **Revista Economia**. Janeiro/Abril 2008.

NASCIMENTO, J.R.N. **A contribuição do instituto Federal de Sergipe para o desenvolvimento regional**. 2020. 115 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade Federal de Sergipe.

OBSERVATÓRIO DE SERGIPE. Disponível em: <https://observatorio.se.gov.br>. Acesso em 17/10/2022.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PEREIRA, J. M. **Educação X Crescimento Econômico: Um Estudo sobre os Investimentos Governamentais em Educação na Região Norte do Brasil no período 1994-2004**. 2008. 69 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas/TO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABAIANA. 2022. Disponível em <https://itabaiana.se.gov.br>. Acesso em 10 de dezembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR. 2022. Disponível em <https://malhador.se.gov.br/texto/1/historia-do-município>. Acesso em 19 de dezembro de 2022.

QEdU. Plataforma digital de dados educacionais. Disponível em <https://qedu.org.br/>. Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

RAIS. Relatório Anual de Informações Sociais 2021. Disponível em <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

REIS, Dálcio Roberto dos. *Gestão da Inovação Tecnológica*. São Paulo: Manole Ltda, 2008.

ROLIM, L.F. **Análise da Eficiência dos Gastos das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil**. 2017. 44 f. Monografia (Graduação em Economia) – Universidade Federal da Paraíba.

ROMER, Paul. Endogenous technological change. **Journal of Political Economy**, v. 98, n. 5, p.71-102, Oct.1990.

SANTOS, J.A política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: quais são as perspectivas para a nova territorialidade e para a nova institucionalidade? In FRIGOTTO, G. (coord.geral). *Ofertas formativas e características regionais: A Educação Básica de nível médio no Estado do Rio de Janeiro*. Relatório de Pesquisa apresentado à FAPERJ em julho de 2015, pp. 100-112.

SCHULTZ, T. W. Capital formation by education. **The Journal of Political Economy**, Chicago, v. 68, n. 6, p. 571-583, Dez. 1960.

\_\_\_\_\_, T. W. Investment in human capital. **The American Economic Review**, Cambridge, v. 51, n. 1, p. 1-17, Mar. 1961.

\_\_\_\_\_, T. W. O valor econômico da educação. Trad. De P.S. Werneck. Ver. Técnica de C.A. Pajuaba. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

\_\_\_\_\_, T. W. O capital humano: investimento em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SILVA, G.E.F.; CARVALHO, E.B.S. A Teoria do Crescimento Endógeno e o Desenvolvimento Endógeno Regional: Investigação das Convergências em um Cenário Pós-Cepalino. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. Especial p. 467-482, novembro 2001.

SILVA. P.A.J. **A educação profissional, científica e tecnológica e os apls: Instituto Federal de Sergipe e o APL de Tobias Barreto**. 2021. 143 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade Federal de Sergipe.

SILVA, P.C; SOARES, M.J.N. Itabaiana Grande: cenários econômicos e culturais da cidade dos Caminhoneiros. **Diversitas Journal**. Santana do Ipanema/AL. vol. 5, n. 4, p.3030-3058, out./dez. 2020.

SOUZA, Eda Castro Lucas de; CASTIONI, Remi (org.). **Institutos Federais: os desafios da institucionalização**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. 224 p.

SOUZA. J.S. O recrudescimento da teoria do capital humano. *Marxismo e Educação*. **Caderno cemarx**, nº 3. 2006.

Universidade de Caxias do Sul – UCS. *Profissional de logística: o que faz,*

responsabilidades e salário. Disponível em: <https://ead.ucs.br/blog/profissional-de-logistica>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera de. Capital humano e crescimento econômico. **Interações**, Campo Grande, vol.11, n. 2, p. 137-148, Jul./dez. 2010.